



Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – VRPPG
Centro de Ciências Humanas – CCH
Mestrado em Psicologia

Salete Maria Salomoni

Moradores do Universo:
afetos e significados da relação exclusão/inclusão social
em programa de melhoramento urbano.

Universe residents:
emotions and meanings of the social inclusion/exclusion
dynamics of the program of urban improvement.

Fortaleza - Ceará

2009

Salete Maria Salomoni

Moradores do Universo:
afetos e significados da relação exclusão/inclusão social
em programa de melhoramento urbano.

Universe residents:
emotions and meanings of the social inclusion/exclusion
dynamics of the program of urban improvement.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia, do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na linha de pesquisa Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Sylvia Cavalcante.

Fortaleza - Ceará

2009

S173m Salomoni, Salete Maria.

Moradores do Universo: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programa de melhoramento urbano/ Salete Maria Salomoni. - 2009. 123 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2009.

“Orientação: Profa. Dra. Sylvia Cavalcante.”

1. Afeto (Psicologia). 2. Exclusão / Inclusão Social. 3. Ética.

4. Psicologia Ambiental. 5. Psicologia Social. I. Título.

CDU 159.942




Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Mestrado em Psicologia
Sujeito, Sofrimento Psíquico e Contemporaneidade

Dissertação intitulada “**Moradores do Universo: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programa de melhoramento urbano.**”, de autoria da mestrande Salete Maria Salomoni, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profa. Dra. Sylvia Cavalcante – UNIFOR – Orientador



Profa. Dra. Zulmira Aurea Cruz Bomfim – UFC

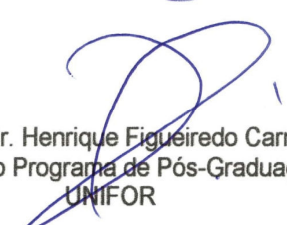


Profa. Dra. Regina Heloisa Mattel de Oliveira Maciel – UNIFOR



Prof. Dr. José Olinda Braga – UFC

Fortaleza, 21 de dezembro de 2009

Visto: 
Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIFOR

A Deus,

Compreendido à luz da Ética:
Absolutamente infinito.
Virtude, Liberdade.
Amor.

AGRADECIMENTOS

À Clarissa e Livia, pela alegria da coexistência;
à minha mãe, Afife, por compartilhar sua alegria de viver;
ao meu pai, Geraldino João, por compartilhar seu amor à Natureza;
à minha família, por compartilhar o amor na cotidianidade;
aos amigos, pelas alegrias das presenças (presentes!);
ao Luiz por compartilhar Spinoza, e com ele, a vivência da ética e do amor;
à Raimundinha, João Vitinho e Betinho, pelo carinho e apoio;
aos amigos e professores do mestrado, pelo convívio e aprendizado;
à Sylvia por me acompanhar, em especial, nesta travessia;
aos mestres e doutores – Olinda, Regina, Sylvia e Zulmira –, por compartilhar a sabedoria e a amizade;
aos amigos do LERHA, pelas reflexões e ações “pró-ambientais”;
à STDS, por ensejar esta travessia;
aos amigos do trabalho, pelo carinho e compreensão;
aos moradores do CRPU e seu entorno, por compartilhar seus afetos; e
à vida, por sua potência!

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender a constituição dos afetos e articulação dos significados decorrentes da relação exclusão/inclusão social, vivenciados pelos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU) e aqueles do seu entorno, no bairro Vila União, Fortaleza. Respalhada no método de análise e sinopse das configurações, a pesquisa revelou, dentre outros, que o medo e a rejeição constituem afetos predominantes entre os moradores do entorno na inter-relação com os vizinhos. Afetos provocados pela “invasão de seu território” por sujeitos provenientes de áreas de risco e preservação ambiental que “ameaçam” a imagem de “boa sociedade”, levando-os a estigmatizá-los como “moradores Carandiru”. Por outro lado, a vergonha e a indignação predominam entre os moradores do CRPU por serem estigmatizados. Tais afetos criam configurações que se repetem na instalação da segunda etapa do CRPU, quando os novos moradores são estigmatizados como “morador favelado”, desta feita, pelos moradores da primeira etapa. Considera-se que a presença do “outro”, do qual o sujeito se separa e se diferencia, caracteriza o jogo de ‘um dentro’ e ‘um fora’, definindo o incluído e o excluído. Estas são configurações que tendem a habitar diferentes universos, podendo conduzir à potência de padecimento e produzir “sofrimento ético-político”. Podem ser superados por uma ética afetiva, mediante a potência de ação, potência que principia pelo entendimento de que a inclusão e a exclusão social constituem par indissociável, próprio de qualquer relação humano-ambiental.

Palavras - chave: 1. Afeto (Psicologia). 2. Exclusão / Inclusão Social. 3. Ética. 4. Sofrimento ético-político. 5. Psicologia Ambiental. 6. Psicologia Social.

ABSTRACT

This study aimed at understanding the emotional aspects and the articulation of meanings implied in the interplay of social inclusion-exclusion domains. The study has taken place at the Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU) and in the Vila União area, Fortaleza-CE. Based on the analytical method and on the understanding of configurations, this study has found that the fear and rejection constitute the pervasive emotions amongst those communities. Emotions triggered by the ‘surpassing of their territories’ by individuals coming from the at-risk areas, as well as environmental preservation that ‘threaten’ the ‘good society’ image, which leads to the stigma of ‘Carandiru residents’. On the other hand, the shame and indignation are pervasive amongst the CRPU community, given the societal stigmatization. Such configurations are also present in the settlement of the second compound of CRPU, when the new residents are stigmatized as ‘slum residents’ by CRPU first compound residents. The presence of the ‘other’, from which the individual distinguishes him/herself - and differentiates from - defines the dynamics of ‘inclusion’ (*one in*), and ‘exclusion’ (*and the other out*). These are some emotions that pervade different universes, and are conducive to suffering as they enable the ‘ethics-politic suffering’. Finally, the ethics of one’s affect, given the potential action, emerge from the understanding that the dynamics between social inclusion and exclusion are indissoluble, and are peculiar to the relationship between man and his environment.

Key words: 1. Affect/emotions (Psychology). 2. Social Exclusion, and Inclusion. 3. Ethics. 4. Ethic-politic suffering. 5. Environmental Psychology. 6. Social Psychology.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Imagem do filme Linha de Passe.
- Figura 2. Imagem do frevo pernambucano.
- Figura 3. Composição de fotos ilustrando a realidade socio-física do CRPU.
- Figura 4. Espaço Vida, CRPU e Muro RFFSA.
- Figura 5. Linha do trem que divide as comunidades: CRPU e entorno.
- Figura 6. Moradias do Entorno CRPU
- Figura 7. Imagem do filme Ensaio sobre a Cegueira.
- Figura 8. Muro da BAZF ao lado esquerdo do CRPU- vista pela Av. Borges de Melo.
- Figura 9. Diferentes tipologias da área da Lagoa do Opaia.
- Figura 10. Área urbanizada da Lagoa do Opaia.
- Figura 11. Área em que foi construído o CRPU.
- Figura 12. Planta aérea do CRPU
- Figura 13. Residências do entorno (ao fundo à direita - o CRPU).
- Figura 14. Residências da Favela do Trilho, em frente ao CRPU.
- Figura 15. À esq. Av. Via Láctea, paralela à dir. Rua Engº Edmundo Almeida.
- Figura 16. Imagem de roupas estendidas nos varais e janelas dos aptos do CRPU.
- Figura 17. Muro da RFFSA que limita CRPU e entorno.
- Figura 18. Residências do entorno exposta à venda.
- Figura 19. Casas com muros elevados.
- Figura 20. À esq. blocos em construção CRPU/Maravilha. Foto: ano 2007.
- Figura 21. Mesma área habitada. Foto: ano 2009.
- Figura 22. Avenida 13 de Abril e CRPU/Maravilha.
- Figura 23. Vânia retornando ao CRPU com material da “banquinha”.
- Figura 24. O enxoval completo.
- Figura 25. Comissão de negociação.

SIGLAS

BAZF – Base Aérea de Fortaleza

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

COHAB – Companhia de Habitação

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CRPU – Conjunto Residencial Planalto Universo

HABITAFOR – Fundação de Habitação de Fortaleza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LERHA – Laboratório de Estudos das Relações Humano-Ambientais

PHBB – Programa Habitar Brasil BID

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

RFFSA – Rede Federal Ferroviária

SER – Secretaria Executiva Regional

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS TEORIAS QUE ILUMINARAM A TRAVESSIA EM MEIO AO UNIVERSO DOS MORADORES	23
2.1 Sujeito - ambiente: constituição mútua e Contínua	24
2.2 A relação exclusão/inclusão social	30
2.3 O afeto como mediação das intersubjetividades	34
2.4 A ética como possibilidade de potência de ação	36
3 CAMINHO PERCORRIDO EM MEIO AO UNIVERSO DOS MORADORES	40
3.1 Considerações sobre o método, as técnicas e os sujeitos colaboradores	41
3.2 Procedimento metodológico	46
4 UM OLHAR E VÁRIAS ESCUTAS PARA DESCREVER A TRAVESSIA NO UNIVERSO DOS MORADORES	49
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAVESSIA NO UNIVERSO DOS MORADORES	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
Anexos	115
Apêndices	118

Recentemente, em passagem pela cidade de São Paulo,
assisti ao filme *Linha de Passe* dos diretores
Walter Salles e Daniela Thomas,
humanistas por excelência.

O filme se passa na zona leste desta Cidade,
periferia que, a exemplo de outros lugares,
revela com profundidade a relação
inclusão/exclusão social,
vivida por uma empregada doméstica,
mãe de quatro filhos, grávida do quinto.
À sua maneira, todos tentam
inventar suas histórias,
entre experiências de
potência de ação e padecimento.

‘O que os autores do filme fazem é quase tomar
o espectador pela mão para lhe mostrar o mundo -
o dos pobres, que na fantasia da classe média
freqüentadora de cinema existe, basicamente,
para colocar em risco bens e vidas’,
comenta Araújo¹*

Segundo a diretora Thomas,
informa este mesmo crítico,
Linha de Passe não é um repertório
de obras autorrelevantes, contém em si
‘um desejo de entender e, talvez, perdoar-se
por não enxergar o que você não enxerga e,
entrando na alma de um outro diferente de você,
tentar resolver isso’.

Desejo na travessia deste processo dissertativo,
seguindo as veredas das *linhas de passe*,
penetrar *o Universo dos Moradores*.

E em seus lugares-comuns,
desvendar territórios afetivos,
e, quem sabe, desenvolver
uma racionalidade ético-afetiva
que permita uma reflexão sobre
as possibilidades de potencializar a vida.

Figura 1 – Cena do filme *Linha de Passe*.

¹ Inácio Araújo é crítico de arte da *Folha de São Paulo*. Matéria publicada no Caderno Ilustrada p. E4, em cinco de setembro de 2008 [Imagem do filme *Linha de Passe*, retirada do site: <http://www.cinemaemcena.com.br>].

1 Introdução

Esta dissertação tem como temática central o entendimento da constituição dos afetos e articulação dos significados decorrentes da relação de exclusão/inclusão social dos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo – CRPU, em seu novo local de moradia, o bairro Vila União, Fortaleza. Objeto de uma política pública habitacional voltada para o melhoramento urbano e a inclusão social², o CRPU abriga populações provenientes de variadas áreas de risco³ e de preservação ambiental.

Dentre meus propósitos neste trabalho, destaco, como fundamental, a minha intenção de transpor antigas fronteiras entre o individual e o social, entre a interioridade abstrata de estruturas psicológicas e a exterioridade representativa das coletividades sociais, necessidade pertinente ao meu campo profissional como trabalhadora social. Para isto, busco sustentação em Sawaia (2000) que concebe a **afetividade** como o ponto de contato/encontro que supera a oposição entre a subjetividade e o objetividade.

Sawaia (2007) compreende a afetividade como sentimentos e emoções. Ela recorre à *Teoria dos Sentimentos*, de Agnes Heller (1979), para formular seu conceito, definindo-a como:

A afetividade é a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer que não se refere a objetos específicos; 2) emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta. (SAWAIA, 2007, p. 68).

Sawaia (2000) propõe penetrar o universo da população vulnerável pelo estado de pobreza por meio dos afetos. É pelo afeto que é possível revelar potência ou padecimento e, acima de tudo, produzir vida na própria vida, no território identificado entre a ética criadora e a moral universalizante. (CERQUEIRA, 2006). Moral e ética, no pressuposto de Spinoza (2008), se opõem. Enquanto a ética aponta para a experiência libertadora, a moral remete à imposição de códigos e regras. A moral situa-se no plano da dominação e subserviência do sujeito, em contraste com a ética que está no terreno da efetuação de potências e afirmação da vida. (CERQUEIRA, 2006).

² Conjunto Residencial construído com recursos proveniente do Programa Habitar Brasil/BID, em parceria com o Governo Federal/CEF – Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Fortaleza /HABITAFOR – Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza, órgãos responsáveis pela formulação e implantação da política habitacional na cidade de Fortaleza.

³ Situadas localizações que contrariam a legislação ambiental ou de segurança civil, como margens de rios, lagoas e outros mananciais; dunas, falésias; abaixo de fios de alta tensão; área de segurança máxima de linhas férreas; próximo a refinarias de petróleo ou em prédios condenados ou abandonados.

A afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas, ela é a síntese do encontro que permite, sem perder o rigor teórico-metodológico e sem deixar de manter viva a capacidade de se indignar diante da pobreza, pensar o todo intermediado pelos sentimentos e emoções. (SAWAIA, 2007).

A concepção de Sawaia comunga com a compreensão de que sujeito e ambiente se constituem mutuamente (Bomfim, 2003; Higuchi & Kuhnen, 2004; Pinheiro & Günther, 2008), numa dinâmica mediada por vínculos sociais, criadas e recriados na cotidianidade, em inter-relações constantes. Segundo Spinoza (2008), estas tanto podem levar a uma potência de ação (alegria, resistência, invenção) quanto a uma potência de padecimento (tristeza, medo, vergonha, apatia, resignação).

Meu interesse por esta temática, inicialmente, provém de minha experiência profissional exercida nos espaços das políticas públicas junto ao fenômeno da exclusão/inclusão social vivido pela população em estado de pobreza. Comumente, nesses espaços, “observa-se que não se prioriza desejo, temporalidade e afetividade, nem se justifica sentimentos e emoções quando se fala de fome”. (SAWAIA, 2007, p. 49).

Ao longo de minha trajetória profissional como assistente social, aprendi a observar em meio às adversidades, a alegria e as forças mobilizadoras do público assistido pelas políticas públicas da assistência social, numa atitude afirmadora de vida; sem denegar, contudo, os desumanos sofrimentos visíveis e gritantes das desigualdades sociais produzidas pelas lacunas destas políticas. Este sofrimento é denominado por Sawaia (2007) de *sofrimento ético-político*; ela o considera decorrente da relação inclusão/exclusão social.

Para compreender a perspectiva exposta por Sawaia (2007), é importante dizer que tanto a inclusão quanto a exclusão social não constituem conceitos em si, mas sim pertencem à mesma instância e formam um par indissociável que se constituem na própria relação. A afetividade propicia a dinâmica desta relação e possibilita a existência de uma sociedade como sistema. Ela é a aporia fundamental sobre como a sociedade experimenta o “enigma de sua coesão e tenta conjugar os riscos de sua fratura”. (CASTEL, 1999, p.108).

De acordo com Heller (1979), o sofrimento ético-político pertence a todos aqueles que se relacionam conscientemente com a *genericidade*, ou seja, com o sentimento pertencente ao gênero humano, que faz parte da ética e “torna as pessoas capazes de se indignar com o mundo e consigo mesmo, por questões universais”. (SAWAIA, 2007, p.112).

Neste sentido, a temática ora apresentada encontra-se implicada em minha subjetividade, tendo sido confirmada no carnaval de 2007, no retorno à minha origem, quando vivenciava o centenário do frevo pernambucano – comemoração popular peculiar à fisionomia de minha cidade, Recife, e à minha própria identidade.

Ao (re)ouvir o frevo-canção de Capiba, *Cala Boca Menino!*, composto em 1966, quando eu tinha nove anos de idade, sinapses foram produzidas, despertando afetos que trouxeram à memória tantos outros carnavais, lembrando o processo mútuo da constituição sujeito – ambiente (mundo), onde é impossível distinguir bem se o frevo, que é música, trouxe o passo ou se o passo, que é dança, trouxe o frevo. “As duas inspiram-se uma na outra e se completam, num trabalho recíproco de colaboração”, conforme relata Oliveira (1945, p.43).



Figura 2. Frevo pernambucano.

Oliveira (1945), médico, teatrólogo e escritor pernambucano que fez parte de minha infância – conta que o frevo foi criado com base no movimento de transvalorização das armas da capoeira em sombrinhas do frevo. Fez da luta uma dança que deu origem a um ritmo que pertence a todos – negro, índio, branco, mulato/mestiço, misturas de raças, gêneros, classes e etnias.

*Cala a boca menino!*⁴ retrata, especificamente para mim, as intersubjetividades produzidas na constituição de afetos e articulações de significados, capazes de aumentar ou diminuir a potência da vida. Talvez a menina que se fazia presente em mim, naquela época, desejasse que os refrões do frevo pernambucano verdadeiramente anunciassem: “já se

⁴ Letra da música de Capiba – **Cala Boca Menino!** “Sempre ouvi dizer que numa mulher, não se bate nem com uma flor. Loira ou morena, não importa a cor, não se bate nem com uma flor. Já se acabou o tempo, que a mulher só dizia então: Chô galinha! Cala a boca menino! Ai, ai, ai, não me dê mais não”.

acabou o tempo” da dominação/servidão que afeta a todos, homens e mulheres, pobres e ricos, adultos e crianças, indiscriminadamente.

Em meio à lúcida inocência, quiçá a menina daquele tempo indagasse, como o fez Spinoza (2008) em pleno século XVII: Por que a maioria dos homens se conforma com a dominação/servidão e por que estão todos assim propensos a abraçá-la? (P. 65). Esta indagação, creio eu, talvez tenha despertado meu olhar para os afetos e a emancipação humana e, provavelmente, tenha sido esta a razão pela qual a mulher que se faz presente em mim tenha escolhido como profissão o Serviço Social, e decidido trabalhar com os processos de desigualdades sociais decorrentes de um sistema contraditório de dominação e exclusão social.

Em 1966, enquanto Capiba lançava *Cala a Boca Menino!*, coincidentemente, neste mesmo ano, Foucault (1999) editava *As Palavras e As Coisas*, um convite a desvendar, mediante pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber, práticas discursivas ou não, que produzem regimes de dominação, articulando realidade e discurso, onde subjetividade e objetividade aparecem complexamente imbricadas.

O convite de Foucault (1999) leva-me a aprofundar conhecimentos que possam subsidiar minha compreensão da realidade, para que, a olhando de fora, embora imersa na cotidianidade, possa inventar outras formas de existência em tempos desprovidos de poesias (ROLNIK, 2006), em que urge acreditar que o homem é uma invenção recente. (FOUCAULT, 1999).

Nas vicissitudes próprias da idade adulta, constato caminhos de abertura à liberdade (SPINOZA, 2008) que desmitifica a ideia de uma sociedade homogênea, ordenada e polarizada (SENNETT, 1988), e passo a compreender que a dominação acontece na relação (FOUCAULT, 1988), na cotidianidade da vida (HELLER, 1970), podendo se resistir a ela ou se cristalizar nela. Resistir, entendido como invenção subjetiva e de existência social, exige posicionamento ético político e requer libertar-se de condicionamentos dicotômicos do raciocínio binário, entre os campos da subjetividade e objetividade. (SAWAIA, 1997).

Estas concepções têm me impulsionado ao longo de minha trajetória profissional a buscar formações complementares⁵, saberes que trazem outras visões para a questão social, possibilitando observar o potencial humano “esquecido” ou “negado” (ROLNIK, 2006) nos espaços populares assistidos pelas políticas públicas.

⁵ Formação em Abordagem Sistêmica, Biodança, Arte Terapia, dentre outras abordagens no campo da subjetividade.

Meu ingresso, em 2007, no Mestrado em Psicologia da UNIFOR, outra iniciativa neste caminho, possibilitou reabrir a questão: “o que podemos nós, nestes tempos sem poesia, para continuar abrindo novos possíveis”. (ROLNIK, 2006, p.16). Em outras palavras, como ativar nos dias de hoje a potência ético-afetiva da vida?

Em 2007, além de ingressar no mestrado, fui convidada a participar da avaliação do Programa de Participação Comunitária do Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU). O convite decorreu da experiência adquirida junto à Companhia de Habitação do Ceará (COHAB/CE), onde intervim em Programas de Moradias Populares. Com foco na área de participação comunitária e em estudos e avaliações de experiências habitacionais, desenvolvi a pesquisa “A visibilidade da mulher enquanto sujeito político em Programas de Mutirões Habitacionais”, em minha especialização (Unifor, 1999).

Interessante é notar que há dez anos pesquisava o sujeito político, enquanto hoje minha atenção se volta para o sujeito ético político, fato este que me fez eleger o Conjunto Residencial Planalto Universo – doravante denominado CRPU – e o seu entorno como o campo empírico para guiar a discussão da constituição dos afetos e articulação de significados da relação inclusão/exclusão social.

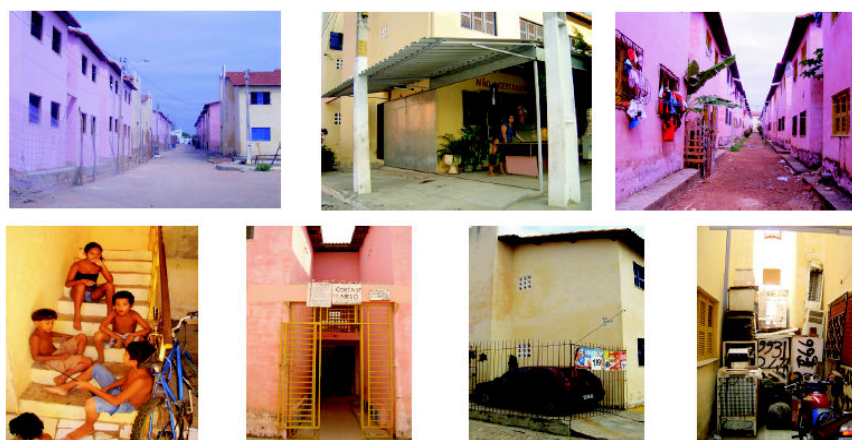


Figura 3. Composição de fotos ilustrando a realidade sócio-física do CRPU.

Entre acertos e desacertos compreendidos por meio da avaliação desse programa, a expressão Comunidade Carandiru, nomeação atribuída aos residentes do CRPU pelos moradores do entorno, chamou em especial minha atenção. Nesta expressão, pressupus que, embora mudadas as condições estruturais urbanas, os moradores deste universo continuavam ocupando um espaço limiar marcado por instabilidade social, cultural e existencial, avivando a relação contraditória da exclusão e inclusão social, a qual Sawaia (1997) traduz como *inclusão perversa*: um lugar insuportável do ponto de vista objetivo – por se viver o mínimo.

O CRPU, construído em duas etapas, possui 648 unidades habitacionais ocupadas por famílias procedentes de áreas de risco e de preservação ambiental de localidades diversificadas: Lagoa do Opaia, reassentados em 2004, e a Maravilha, em 2007. Estes moradores apresentam diferenças sociais em relação ao seu entorno, os residentes do bairro Vila União. Segundo qualificação da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), este é um bairro considerado nobre na cidade de Fortaleza, por seu valor imobiliário.

Interessante é relatar que meu primeiro contato com o CRPU e seu entorno ocorreu em dezembro de 2005, mediante um convite do Espaço Vida (organização não governamental, situada em frente ao CRPU) para facilitar uma vivência de Biodança⁶.



Figura 4. À esquerda, Espaço Vida. À direita, o muro RFFSA e o CRPU.

Ao chegar ao Espaço Vida percebi o som de um *reggae* que atravessava uma grande extensão de muro. Perguntei então aos presentes sobre aquele muro e os prédios que ficavam atrás dele, de onde vinha a música. Fui informada de que o muro pertence à Rede Federal Ferroviária (RFFSA), tendo sido construído nos anos 1970, com o objetivo de delimitar a área de proteção dos trilhos dos transportes ferroviários, e que os prédios fazem parte de um conjunto residencial recém-construído para famílias “pobres” procedentes de áreas de risco.

Percebi certo estranhamento e desconforto das pessoas ao se referirem ao CRPU. Recordo-me de que o conjunto observado a partir do Espaço Vida, por trás do extenso muro, assemelhava-se a uma prisão, no entanto, a música que vinha de lá sutilmente me anunciava que ali existia vida, potência de vida.

⁶ Biodança é um sistema de integração afetiva e de desenvolvimento humano, criado pelo antropólogo e psicólogo chileno Rolando Toro, nos anos 1960. Tem como base a meditação sobre a vida na poética do encontro humano. Este sistema foi inserido no Brasil, especificamente no nordeste brasileiro, no início dos anos 1980, criando-se, dentre outras, a Escola de Biodança do Ceará, onde me titulei como facilitadora, em 2002.

Constatei então que aquele muro, concreto e simbolicamente, separa, no bairro Vila União, as comunidades fronteiriças, distribuindo desigualmente seus moradores no espaço, ressaltando o que Santos (2007) denomina de *espaço dividido*⁷.

Aqueles
que não
comem e
não
dormem
por que
tem fome.



Aqueles
que não
dormem
com
medo dos
que tem
fome.

Josué de Castro, 1961
Geografia da Fome

Figura 5. Linha do trem que divide as comunidades: à dir. o CRPU e à esq. o seu entorno.

A linha visível do trem que separa o CRPU e seu entorno denota a linha invisível das desigualdades sociais que divide o mundo entre “aqueles que não comem e não dormem porque têm fome e aqueles que não dormem com medo dos que têm fome”, como diz Josué de Castro, em *Geografia da Fome* (1992).

Na ocasião, como trabalhadora social, com atenção voltada para a população de baixa renda, indaguei-me como ocorrem os afetos dos moradores do CRPU em suas intersubjetividades, na relação exclusão/inclusão social. Que sentimentos e emoções decorrem dessas inter-relações, em seu novo local de moradia?

Hoje, na qualidade de pesquisadora, percebo que o muro, ao mesmo tempo em que divide e limita, é o ponto de contato entre as duas comunidades fronteiriças – o lugar de encontro dos diferentes. Transpor seus limites, mediante uma suspensão, como sugere a arte de César et al. (2005) no vídeo *Escadas*, é questionar os modos de existência, transgredir as divisões do espaço urbano e inventar novas potências de agir.

⁷ A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou o sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também de seu lugar geográfico – o **espaço dividido**. (SANTOS, 2007, p. 11-12).



Figura 6. Moradias do Entorno do CRPU.

Esta suspensão possibilita perceber a complexidade da realidade e indagar ainda como sucedem os afetos dos moradores que assistiram, *da noite para o dia*, à instalação de aproximadamente setecentas famílias em um Conjunto Habitacional em sua vizinhança, modificando a fisionomia de seu bairro.

Estas percepções me levaram às reflexões fenomenológicas de Cavalcante (2004) sobre *a porta*. Esta autora buscou entender, com a observação deste elemento espacial e seus significados potenciais, a segmentariedade humana (DELEUZE & GUATARRI, 1996) e suas possibilidades de intersubjetividades. Ela defende a idéia de que a porta é a síntese das topologias de abertura e fechamento, sendo um indicador de subjetividade por se revestir de afetos.

Segundo Cavalcante (2004), nossos constantes movimentos e configurações nos fazem, alternadamente, ora habitantes, ora estrangeiros ou visitantes. Tal conclusão corresponde às idéias de Sawaia (2007), em que acentua que a inclusão e a exclusão social é um par indissociável, constituído na relação, e a afetividade é o componente de sua dinâmica. As topologias de abertura e fechamento se vinculam aos conceitos de público e privado, elementos constitutivos do campo ético-político. Segundo Arendt (1997), especialista nesta temática, conviver significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto nos que habitam nele, como uma mesa que se interpõe aos que se assentam ao

seu redor. E, como todo intermediário, o mundo separa e ao mesmo tempo estabelece relações entre os sujeitos.

Tanto a porta como a mesa afirmam, de forma análoga, que não é possível assumir dois papéis, habitantes e estrangeiros, ao mesmo tempo: um exclui o outro. “Como a tristeza e a alegria que não são como óleo e água, eles coexistem”. (SARAMAGO, 2003).

Podemos todos ser excluídos de algumas situações e incluídos em outras. Não existe alguém completamente incluído ou completamente excluído. O que há são jogos de poder (FOUCAULT, 1988) em que, dependendo da situação ou localização, alguns são enquadrados e outros não.

Adentrar o universo desta população é reconhecer que de fato a constituição dos afetos e articulação de significados decorrentes da relação inclusão/exclusão social é uma experiência vivida tanto pelos moradores do CRPU quanto pelos moradores do seu entorno. Este problema, contudo, configurou desde o “novo” ambiente do bairro, com a chegada da instalação do CRPU.

Como abordar este tema sem cair nas armadilhas comuns aos muitos estudos que envolvem as desigualdades sociais, em que se percebe um universo de denúncias encharcado de sentimentalismo, mecanismo salvacionista e consciência culpada? Este é um dos desafios deste trabalho.

Tendo definido os interesses e estabelecido o recorte desta pesquisa, cabem agora **as perguntas de partida** para impulsionar esta investigação: quais são os afetos e significados da relação exclusão/inclusão social vivenciados pelos moradores do CRPU e moradores do seu entorno? Como sentem e interagem com os diferentes significados atribuídos no novo ambiente? Esses significados potencializaram suas ações ou os conduziram a um padecimento?

Serão utilizados para esta investigação os **referenciais teóricos** da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, privilegiando-se os conceitos: afetividade (SAWAIA, 2007 e BOMFIM, 2003), exclusão/inclusão social (SAWAIA, 2007; PAUGAM, 2003; ELIAS e SCOTSON, 2000), ética (SPINOZA, 2008) e ambiente (ITTELTSON, *et all*, 1974; SOCKZA, 2005; SOMMER, 1973; TUAN, 1983; THIBAUD, 2004).

Esta pesquisa pretende chegar ao **objetivo geral**, que é compreender a constituição dos afetos e a articulação dos significados decorrentes da relação inclusão/exclusão social, com base na vivência dos moradores do CRPU e daqueles do seu entorno. Os **objetivos específicos** são: compreender a dinâmica da relação exclusão/inclusão social com suporte no “novo” ambiente do bairro Vila União, configurado com a instalação de um conjunto

residencial de melhoramento urbano; identificar possível “sofrimento ético-político” decorrente da denominação “moradores Carandiru”; compreender a potência de ação e/ou potência de padecimento nos moradores do CRPU e naqueles do seu entorno decorrentes de afetos vivenciados na relação exclusão/inclusão social.

Considero que a **relevância desta pesquisa** decorre do foco inovador direcionado ao estudo da exclusão social, analisando-a pela dimensão objetiva da desigualdade social, pela grandeza ética da injustiça e pela subjetiva do sofrimento – análise que emerge da base afetiva dos sujeitos de direitos das políticas públicas da área social.

Acredito que o estudo da afetividade poderá contribuir com a sinalização de caminhos que possam transpor muros construídos com base em místicas sociais acerca da exclusão e do excluído socialmente e, quem sabe, abrir portas para propor políticas públicas orientadas à emancipação humana.

O escopo desta investigação será dissertado em quatro partes distintas: esta introdução, em que constam a apresentação do tema, minha motivação, objetivos e relevância da pesquisa; o referencial teórico descritivo, pautado nos conceitos da Psicologia Social e Psicologia Ambiental; a metodologia, respaldada numa abordagem qualitativa, inspirada no método de análise e sinopse das configurações (ELIAS & SCOTSON, 2000) e apoiada nas técnicas da observação sistemática / participante e do grupo focal (GATTI, 2005); a elaboração teórica será descritiva, seguindo uma posição fenomenológica; por fim, as considerações finais e o referencial bibliográfico.

Em última instância, acredito que o propósito desta pesquisa é conjugar razão e sensibilidade, expressão da racionalidade ético-afetiva de potência de vida. Neste sentido Graciliano Ramos (1999) fala por mim:

Desejo ir além das aparências, quero tentar descobrir nas pessoas qualquer coisa imperceptível aos sentidos comuns. Compreensão de que as diferenças não constituem razão para nos afastarmos, nos odiarmos. Certeza de que não estamos certos, aptidão para enxergarmos pedaços de verdade nos absurdos mais claros. Necessidade de compreender, e se isto é impossível, a pura aceitação do pensamento alheio. (P. 101).

Concluo, portanto, dizendo que a realização deste trabalho decorre, em parte, da minha formação como assistente social, convivendo diretamente com pessoas que vivem em condições de pobreza. Por outro lado, pelo desejo de *ser-mais* ante uma ética universal (FREIRE, 2005) que preza e privilegia a alegria de viver. (SPINOZA, 2008).

2 As teorias que iluminaram a travessia em meio ao Universo dos Moradores:

2. 1 Sujeito - ambiente: constituição mútua e contínua.

O referencial teórico descritivo desta dissertação tem como suporte a Psicologia Social - PS e a Psicologia Ambiental – PA. Ambas, no contexto das ciências sociais, estão relacionadas e buscam a compreensão dos problemas psicossociais. A segunda é originária da primeira. Elas mantêm diálogo comum com foco nos relacionamentos entre o sujeito e as coletividades, contudo, a Psicologia Ambiental privilegia a concretude da experiência humana (con)vivida no ambiente; aspecto destacado nesta investigação.

Com base no enfoque inovador nos estudos das problemáticas psicossociais, a Psicologia Ambiental - PA, também chamada de “Psicologia do Espaço”, analisa “percepções, atitudes e comportamentos individuais e comunitários em explícita relação aos contextos físico e social, dentro dos quais se vive”. (MOSER, 2001, p. 191). Ao incluir o ambiente em suas análises psicossociais, esta disciplina evidencia e toma como pressuposto a idéia de que o espaço físico é perpassado por dimensões subjetivas, éticas, culturais, econômicas e políticas, configurando-se numa troca permanente entre o sujeito e os espaços nos quais está inserido. (RIVLIN, 2003).

Nesta perspectiva, as análises propostas pela Psicologia Ambiental buscam entender a complexidade das inter-relações sujeito-ambiente, de forma molar, isto é, continuada e intencional, articulando também contribuições de natureza interdisciplinar, tais como as da Psicologia, Sociologia, Arquitetura, Geografia, Direito, Políticas, Antropologia Social, dentre outras. (MOSER, 2001).

É importante ressaltar aqui a contribuição do antropólogo Da Mata (1997) que, em um ensaio clássico sobre a relação dos brasileiros com os espaços, aborda a questão nesta mesma perspectiva e diz: “O espaço é como o ar que se respira. (...) Do mesmo modo, para que se possa ‘ver’ e ‘sentir’ o espaço, torna-se necessário situar-se. Para ele (p. 29) situar-se significa “meter-se numa certa perspectiva”, isto é, entender a ordem do social, suas invenções e convenções, as mediações complexas das redes socioambientais. Para nos situar, portanto, dependemos da lógica com a qual está organizada a estrutura social, levando em consideração tanto os aspectos culturais quanto os ambientais.

Entender os fenômenos psicossociais na visão da Psicologia Ambiental e Psicologia Social significa compreender a expressão subjetiva de um mundo objetivo, em que a percepção do mundo é a história do sujeito no mundo. Na verdade, como diz Sawaia (1995), “o espaço e o homem compartilham da mesma materialidade e subjetividade. Nos

espaços construídos formam-se discursos e manipulam-se impulsos cognitivos e afetivos próprios”. (P. 20-21).

É importante ressaltar que a contribuição da Psicologia Ambiental se materializou por meio da óptica sobre a relação fundamental do sujeito com o espaço físico, pois não é possível conceber a experiência humana fora dele, da mesma forma que não é possível concebê-la fora do tempo. Espaço e tempo são referências fundamentais para nos situar, o que fica evidente quando nos observamos como seres num *continuum* de movimento e repouso.

A noção de ambiente para a Psicologia Ambiental difere daquela da maioria das outras ciências que o concebem de forma independente, separado do sujeito. Ela não apenas “enxerga o ambiente como fazem outros ramos da Psicologia” (MOSER, 1998, p. 123), mas sim busca a influência que os espaços exercem sobre os sujeitos e vice-versa, abordando as inter-relações sujeito-ambiente em toda sua complexidade.

Um dos pressupostos nos quais se assenta a Psicologia Ambiental precisa que “a pessoa tem qualidades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais”. (ITTELSON et al. apud RIVLIN, 2003, p. 217). Deduz-se que os componentes da díade sujeito e ambiente são parte de um mesmo estofa, contribuindo para o que acontece no local, criando uma atmosfera (ambiência) própria, desde sua permanente interação instaurada numa realimentação contínua. Nesta perspectiva, esboçando-se “uma fenomenologia do espaço se conclui que existe um espaço sensível, um espaço relacional que não dicotomiza objetivo e subjetivo”. (SANSOT apud BOMFIM, 2003).

Ao dar destaque aos espaços físicos na vida do ser humano, a Psicologia Ambiental identifica uma série de comportamentos socioespaciais humanos, dando origem a conceitos correlatos àquele de ambiente, que merecem ser abordados aqui: “território”, “lugar”, “ambiência”, “identidade de lugar”, “apropriação”, “apego ao lugar”, dentre outros.

Território é definido pela Psicologia Ambiental como área delimitada, demarcada e apropriada pelo sujeito, de modo a servir de suporte a suas necessidades de sobrevivência. Os estudos etológicos (sobre o comportamento básico dos organismos vivos) permitiram que este conceito fosse transposto, por analogia, para o universo humano. O comportamento territorial dos sujeitos, todavia, não depende exclusivamente das características físicas de um lugar; é expresso de modo mais sutil. No interior dos quadros sociais, a territorialidade humana se manifesta pela existência de fronteiras intersubjetivas e cria uma complexa rede de interações psicossociais, assumindo um papel fundamental na

organização da vida, seja no fluxo individual, grupal, comunitário ou planetário. (SOCZKA, 2005).

Altman e Chemers (1984) reúnem três razões principais para a criação de um território: reagir à presença atualizada ou implícita do outro responder as propriedades do ambiente e satisfazer aos estados emocionais. Figueiredo (2005) menciona de modo mais específico estas funções, o que pode facilitar a observação da realidade: o domínio, a marcação do território, a gestão e a regulação do espaço, da distância e da densidade, a limitação das relações intersubjetivas.

A delimitação do território ou a criação de fronteiras acontece, no universo humano, por meio de marcadores concretos, simbólicos e ou virtuais: muros, portas, inscrições ou mesmo uma expressão facial. É importante frisar, porém, o elemento relacional embutido no comportamento territorial: a suposição da presença de um “outro” do qual o sujeito se separa e se diferencia, por meio dos limites que estabelece cria “um dentro” e “um fora”; um lugar para si, como habitante, um aqui, diferente de um alhures, território do estrangeiro, enfim, uma marca que define incluído e excluído.

Assim sendo, os territórios podem ser considerados áreas de conflitos e/ou vinculação, de relações contraditórias que se penetram em graus variados: ao mesmo tempo em que podem propiciar uma rede social solidária, também podem ser alvo de invasões e violência.

O que começa como um espaço, área física, quando delimitado e apropriado, torna-se território e transforma-se em lugar para os sujeitos que estão vinculados a ele. (TUAN, 1983). “O espaço habitado transcende o espaço geométrico”. (BACHELARD, 1958, p. 47). Para a Psicologia Ambiental, um espaço é lugar quando entra na esfera do significado, ganhando valor articulado na convivência, pelos sentimentos e emoções (afetos). Sua criação e reconhecimento pressupõem o uso habitual; o espaço constitui referência para a identidade daqueles que o habitaram (HALL, 1998) – identidade de lugar (SPELLER, 2005) – mesmo quando deixa de existir fisicamente. De acordo com Tuan (1977), lugar é a segurança, o espaço, a liberdade. Os sujeitos se vinculam ao primeiro e querem o segundo. Transformar os espaços em lugares é dotá-los de valor, é articular significados e criar laços de identificação.

Segundo Figueiredo (2005), além da territorialidade, o comportamento espacial humano assume duas outras categorias distintas: o “espaço pessoal”. (SOMMER, 1969), que é o território móvel e invisível a envolver o corpo do sujeito, e a privacidade, que é o controle seletivo do acesso ao *self* ou ao grupo, por meio de barreiras físicas ou

psicológicas. Controlam-se, com efeito, as inter-relações, a distância e a densidade. A impossibilidade desse controle enseja ansiedade e estresse, pois o sujeito se acha violado. Dependendo do ânimo afetivo, este fenômeno poderá favorecer a violência.

Recuperando a distinção elaborada por Altman (apud STOKOLS, 2003) existem três tipos de territórios: o primário (lugar duradouro em termos de vinculação psicológica e de identidade – casa, quarto, o gabinete), ou seja, são aqueles onde é possível exercer controle e, por consequência, desfrutar da proteção física, muitas vezes necessária para o alcance da privacidade; o secundário (partilhado com o outro num grupo privado ou de iguais – família, amigos, vizinhos) e o terciário (aberto ao acesso público – praça, *shopping* etc).

Nos territórios secundários, a apropriação é mais ambígua na medida em que os usuários proporcionados por estes espaços são compartilhados entre iguais, conhecidos ou sujeitos passíveis de identificação. Assim, as regras de acesso se explicitam de modo mais sutil do que nos territórios primários. Geralmente, os estranhos ao grupo sofrem alguma espécie de pressão (olhares, isolamento ou mesmo pedido de explicação sobre sua presença no espaço), também considerada como controle do acesso decorrente do apego ao lugar.

Apego ao lugar é uma necessidade humana fundamental, condição essencial para se estabelecer vínculos. Giuliani (2004) reconhece este conceito como a dimensão entre o ambiente físico e o sujeito, produzindo deste encontro o sentimento de pertença. Com base nele, é possível observar os indicadores de fortalecimento de identidade, enraizamento, compromisso, apropriação, conceitos vinculados à noção de afetos. Estes conceitos estão cada vez mais fragilizados na sociedade contemporânea, em razão da uniformidade espacial e a mobilidade social, assegura essa autora. Ela acredita estarmos vivendo um estágio entre o apego total e a falta de apego.

Apropriação é outro termo impresso na Psicologia Ambiental. Korosev-Sefarty (apud POL, 1996) o contrapõe ao conceito de alienação, pois busca sua base nas teorias de Marx, Heidegger e Lefebvre. A autora o define como “o sentimento de possuir e gerir um espaço independentemente da propriedade legal, por uso habitual ou por apropriação”. (Korosev apud Pol, 1996, p. 45). Ele é uma dinâmica, de interação do sujeito com seu entorno, em que se traduz um sentimento de apego e de defesa do lugar.

Segundo Bomfim (2003), a apropriação exprime “um sentimento de pertinência que possibilita a transformação de espaço em lugares, promovendo o cuidado do habitante com sua localidade ou comunidade”. (P.72). Apropriar-se significa, portanto, identificar-se e transformar-se a si mesmo, a coletividade e o entorno. Isto que dizer que “o que se é inclui,

de maneira determinante, os lugares que temos sido e os lugares que somos”. (PROSHANSKY, 1978 apud BOMFIM, 2003, p.72). Pressupõe movimentos circulares de ação-transformação e identificação, exigindo sua reelaboração de forma contínua, o que lhe dá um caráter de movimento e temporalidade.

Identidade de lugar (SPELLER, 2005) constitui subestrutura da subjetividade constituída do entrelaçamento do sujeito com o seu entorno físico e social; a opinião e as atitudes dos “outros” sobre os cenários físicos influencia a sua formação. Relaciona-se a um conjunto de cognições e vinculações afetivas e articulação de significados que os sujeitos dão ao ambiente; sujeito e ambiente, constituindo-se mutuamente. Ela é também identidade social à medida que os espaços físicos estão intrinsecamente relacionados à existência social e cultural de um grupo. A função primária da identidade de lugar e social é ensinar um senso de pertença e conexão que leva à apropriação.

A ambiência é outro conceito da Psicologia Ambiental cunhado por Thibaud (2004). Esse autor assegura que um trabalho orientado pela ambiência situa o sujeito que percebe exatamente no meio do mundo percebido.

A noção de ambiência pressupõe um contexto que interliga e dá sentido ao conjunto de elementos (objetos ou eventos) que constitui um todo contextual. Consiste de três elementos básicos: a unidade, a disposição e o processo. Daí se concluir que a ambiência está diretamente relacionada com o modo de agir e de se comportar perante os fenômenos, num constante dinamismo e caráter temporal que leva a outras possibilidades. Ela é parte de um movimento completo que expressa e condiciona o modo como nos comportamos e agimos coletivamente.

A ambiência dá ênfase à natureza envolvente do ambiente ressaltando o contato imediato com a situação em sua inteireza, isto é, com as condições concretas em que ocorre. Thibaud (2004) assegura que ela pode ser descrita com esteio na situação como um todo, podendo ser alegre ou triste, assustadora ou descontraída; unifica a situação, colorindo tudo a sua volta. Este é um conceito que pertence ao reino do sentimento imediato, carrega a emoção e o sentir corporal e atribui valor estético à experiência cotidiana; localiza-se no campo de atividade definido pela interação de cada um com o ambiente. (THIBAUD, 2004). Portanto, ele submerge, impregna ou captura o sujeito. Pode transportá-la ou paralisá-la, estimulá-la ou desestimulá-la, prendê-la ou libertá-la.

“A ambiência tanto pode aumentar como reduzir nossa capacidade de ação ao nos colocar numa disposição física e emocional peculiar [pois] não percebemos a ambiência, percebemos de acordo com a ambiência”. (THIBAUD, 2004, p.355). Ela potencializa

perceber o sentido de inclusão e exclusão, apreciação, que passo a abordar no item subsequente.

2.2 A relação exclusão/inclusão social

'Sempre na sua visão da Natureza,
De uma coisa, acima de tudo, toma nota:
Nada está dentro, nada está fora.
O que está no interior está também no exterior:
Portanto, sem tardar, agarra este mistério,
Abertamente revelado'.
Goethe, 1820.

Como vimos no item anterior, a interposição de limites demarca territórios, definindo incluídos e excluídos: é a materialização do problema da exclusão/inclusão social. Tais delimitações constituem a expressão visível de barreiras sociais, culturais, econômicas e/ou políticas que diferenciam os atores sociais, legitimando o pressuposto da Psicologia Ambiental, ao assinalar não haver ambiente físico não intrinsecamente envolvido por estes sistemas. (RIVLIN, 2003).

Muitos autores da Psicologia Social e da Sociologia, como Sawaia (2007), Sposati (2006, 2007), Paugam (1999, 2003), Wacquant (1997), Castel (1999), Elias e Scotson (2000), abordam a exclusão social como fenômeno inerente ao processo de acumulação, característico do modo de produção capitalista. Pelo fato de reconhecerem o caráter estrutural da exclusão, esses autores asseguram que o conceito traz implícito o problema da desigualdade social: os excluídos são privados de algo que outros, os incluídos, usufruem.

Pensar a exclusão social implica necessariamente refletir sobre a inclusão social, termos no senso comum considerados opostos e denotam ações contrárias: enquanto a exclusão afasta ou elimina, a inclusão insere, ou seja, é o estado daquilo ou de quem está comprometido dentro de algo. Ora, se não há existência humana fora do social, se a condição humana ocorre na *coexistência* (ARENDDT, 1997), percebe-se que não há exclusão antes da inclusão; uma só pode existir em relação à outra, pois elas se objetivam reciprocamente.

Sawaia (2007) compreende que tanto a exclusão como a inclusão constituem um par indissociável que se estabelece na relação; com isto, ela assegura que é preciso desestabilizar os consensos que consideram o excluído como um conceito homogêneo e inerte, ocupado apenas, no caso dos fragilizados socialmente, com a sobrevivência física.

Para refletir a exclusão social como processo não antagônico de inclusão, Sawaia (2007) recorre à crítica que Baudrillard (1992) fez às oposições conceituais reducionistas das segmentariedades (DELEUZE & GUATARRI, 1996; CAVALCANTE, 2004), tais

como homem – mulher, normal – louco, pobre – rico. Esse autor acentua que estes conceitos não são diferentes no interior de uma mesma escala de valores, não possuem ordem imutável, mas se inscrevem numa circularidade como o dia e a noite; eles são estabelecidos socialmente, reversíveis e discriminantes entre si, e se configuram na relação.

Na verdade, ninguém se constitui plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento e da possibilidade de sua reversão. Por consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito ou sujeitos que vivenciam uma relação de exclusão/inclusão.

No senso comum, a exclusão social é compreendida como um afastamento ou uma eliminação/impossibilidade de uso ou gozo de algum direito, enquanto que, nas ciências sociais, este termo, como tantos outros, priva-se de uma definição precisa. Em sua origem, foi utilizado para superar deficiências de conceitos correntes, tais como oprimido, próprio dos anos 1960, e marginalizado, em uso nos anos 1970-80.

Paugam (1999) assegura que exclusão social é expressão variada e imprecisa que, freqüentemente, torna-se inconsistente e, às vezes equivocada, assemelhando-se mais a “um paradigma social do que mesmo a um conceito sociológico”. (P. 49). Atualmente sua utilização continua sendo largamente contemplada pelos estudos das ciências sociais e humanas sobre diferentes situações de desigualdades sociais consideradas crescentes no mundo globalizado, referendando novas problemáticas de investigação.

É importante, todavia, confrontar a exclusão em sua relação com a inclusão no sentido de situar a análise no patamar ético-político, como questão de justiça social, possibilitando a descoberta de outras dinâmicas sociais. (SPOSATI, 2006). Sem dúvida, a banalidade da relação exclusão/inclusão social pode se tornar um perigo pelo uso substituído aos conceitos de opressão, dominação, exploração, subordinação, entre outros tantos, como mera modernização do conceito de pobre, carente, necessitado, oprimido.

Nesta perspectiva, o conceito de exclusão/inclusão social torna-se inseparável ao de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir dos direitos sociais considerados essenciais, como o conforto urbano, que inclui direitos espaciais, culturais, sociais e econômicos.

Atualmente percebe-se que há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere ainda à discriminação e à estigmatização, enquanto a pobreza se define por uma situação absoluta ou relativa. Assim, pobre é o que não tem recursos financeiros, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo

feminino, cor negra, homossexualidade, velhice, renda insuficiente etc (Sposati, 2007), isto é, não está dentro dos padrões em voga na sociedade.

Atkinson (1998) esclarece esta perspectiva, ao acentuar que o conceito de exclusão social é dinâmico, mais abrangente do que o de pobreza, sendo esta compreendida muito frequentemente como aspecto material, vinculado à renda, enquanto a exclusão social estabelece

[...] a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade (...) ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços. (P. 109).

Esta diferenciação, bem como o acento na dinâmica da exclusão social, reforça o entendimento de que este termo expressa as contradições do sistema capitalista – por si só excludente –, encarando a exclusão como um estado de fatalidade, estático, cujos processos de excludência são naturalizados. A pobreza estrutural globalizada nos leva a pensar sua naturalização, impondo explicações como algo inevitável, o que dificulta uma visão na perspectiva de elaboração política, conforme esclarece Zaluar (2000):

A pobreza é um conceito comparativo, e sua qualidade relativa aos outros gira em torno da desigualdade social. Esta não é uma consequência de sua cultura, mas o resultado de políticas públicas que provocam uma real privação material e uma real exclusão dos pobres nos campos ocupacional, educacional e político. (P. 14).

Tais políticas incluem “pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente necessários em termos daquilo que é racionalmente conveniente e imprescindível à (mais) eficiente (e barata) reprodução do capital” (Martíns, 1997, p.20), provocando políticas de inclusão precária e marginal – uma das formas mais perversas da exclusão social.

Sawaia (2007) denomina esta forma de incluir como *inclusão perversa* e assinala que ela produz por si, sofrimento, o qual é originado socialmente quando imposto ao sujeito pelas condições sociais em que vive; provoca dor psíquica, a qual a autora chama de *sofrimento ético-político*. Sawaia (2007) ressalta que é preciso

[...] buscar outros referenciais de análise de exclusão, capazes de desorganizar os consensos que mutilam a vida, especialmente os referenciais que consideram que os excluídos constituem uma categoria homogênea e

inerte, ocupada apenas com a sobrevivência física e presa às necessidades. (P.109).

Castel (1999) chama atenção para não reduzir a questão social à exclusão, alertando para o fato de que é preciso perceber a relação entre exclusão e sociedade salarial e conceber esse conceito em situações específicas e não de forma generalizante. A categorização da população como excluída faz recair sob o sujeito o peso de suportar um déficit pessoal, tornando-o “inapto” para a vida social. O autor alerta para a noção de que a maioria das pessoas caracterizadas como “problema” não são “inválidas, deficientes ou casos sociais”, pois são sujeitos fora do mercado de trabalho e, portanto, tornam-se ‘inválidas’ pela conjuntura, em função da estrutura social e não por causa de uma incapacidade pessoal. Sugere reportar-se ao social e não ao sujeito, num enfrentamento à exclusão do mercado de trabalho que situa os sujeitos em situação de miséria.

Esta percepção implica a compreensão de que a exclusão social alcança valores culturais discriminantes, significando que ela inclui o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento do tecido social nas relações de convívio, o sentido de solidariedade, aspectos estes que necessariamente não passam só pela questão da pobreza.

Com suporte nesta razão, percebe-se que esta temática é inerente ao processo econômico, político, social e ético, mas também pertence, sobremaneira, ao psicológico e ambiental, que requerem tanto a configuração ético-social, pautada na justiça, como a incorporação da dimensão que aborda o ambiente e o emocional além do racional e que trazem à cena as forças mobilizadoras da humanidade.

É preciso, assim, desvendar a vida pulsante do abundante sistema que é o universo humano, desconstruindo a visão de homem limitado, onde imperam a fraqueza e a incapacidade, e pensar, com apoio nas possibilidades de criação da vida de forma afirmativa, o vasto mundo “de paixões, encontros e paisagens existenciais” (CERQUEIRA, 2006), o vasto mundo dos afetos.

Em cada afeto há uma multiplicidade de significados, positivos e negativos, os quais, para serem compreendidos, precisam ser inseridos no âmbito social de cada humano; significado compreendido como “o princípio organizador do desenvolvimento da consciência; é inseparável da palavra, embora não idêntico a esta. Desempenha papel importante na interligação das diferentes funções psicológicas, das mais elementares às mais complementares”. (SAWAIA, 2007, p. 103). Este é referência imprescindível no campo de estudo desta investigação, passando a ser abordado no item a seguir.

2.3 O afeto como mediação das intersubjetividades

O afeto é um dos componentes psicológicos que exercem papel fundamental na organização e no funcionamento psíquico do ser humano. Existem amplas discussões e tendências na definição deste termo. A referência desta dissertação ancora-se em Sawaia (2007), que se respalda para o estabelecimento deste conceito na Teoria dos Afetos e na Teoria dos Sentimentos, elaboradas por A. Heller (1979) e B. Spinoza (2008), respectivamente.

Sawaia (2007) diferencia sentimentos e emoções. Por sentimento entende as reações moderadas de prazer e desprazer, mais duradouras, que não se referem a objetos específicos. Paralelamente, reconhece a emoção como um fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta. (P.68).

O sujeito está sempre implicado com algo ou alguém, em movimentos constantes de variações constituídas desde as emoções simples até os sentimentos mais complexos que o caracterizam. Os sentimentos e as emoções são guiados pelas objetivações sociais e estão diretamente relacionados às experiências subjetivas. (HELLER apud BOMFIM, 2003, p. 48).

Sawaia (2007) reconhece a afetividade como matéria-prima básica à condição humana; ela é constitutiva de pensamento e ação, coletiva e individual, boa e má. A afetividade significa, portanto, estar implicado em algo que “pode ser outro ser humano, um conceito, um processo, uma situação, outro sentimento ou mesmo outra implicação”. (Heller, 1979, p.17). Não se acumula conhecimento prévio e não existe desenvolvimento de afetos fora da experiência. Ela é um “processo imanente que se constitui e se atualiza com os ingredientes fornecidos pelas diferentes manifestações históricas” (SAWAIA, 2007, p. 100), caracterizando-se como elemento de superação entre a subjetividade e a objetividade.

A afetividade distingue os sujeitos como pertencentes à espécie humana e, ao mesmo tempo, os diferenciam na qualidade de sujeitos sócio-históricos, constituídos na intersubjetividade do campo ético e político que demarca a ontologia.

Lane (apud FURTADO & REY, 2002) constatou que o sujeito é a síntese do particular e do universal, ou seja, a subjetividade se funda, necessariamente, na relação objetiva com o ambiente geográfico, histórico e social, e se desenvolve mediante de suas ações. Segundo ela, “o psiquismo humano é constituído, fundamentalmente, pelos conceitos de consciência, atividade e afetividade”. (P. 12).

As emoções, o pensamento e a linguagem são mediações constitutivas da consciência, atividade e afetividade. Elas são responsáveis pela subjetivação/objetivação do psiquismo humano. São eminentemente sociais, visto que o ser humano só é o que é nas inter-relações, ou seja, nas ações transformadoras que abarcam, ao mesmo tempo, a subjetividade e a objetividade, a mente e o corpo, a razão e a emoção. Lane (1995) conclui que

A emoção, a linguagem e o pensamento são mediações que levam à ação, portanto, somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos a afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam. (P. 62).

A abordagem da afetividade mostra que é preciso recuperar o sujeito perdido nas análises sociais, econômicas e políticas, sem perder de vista o sujeito coletivo, nem deixar de lado os valores dominantes da sociedade moderna que exclui e discrimina.

É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social, capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA, 2000, p. 27).

Para alcançar tal propósito pelo viés do público assistido pelas políticas públicas de melhoramento urbano e inclusão social, foco deste trabalho, é necessário perpassar a dimensão objetiva das desigualdades sociais, a dimensão subjetiva do sofrimento humano e a dimensão ética da injustiça social. (SAWAIA, 2007).

Sawaia (2007) convida a se compreender as nuances das configurações dessas dimensões, sugerindo que a dimensão objetiva da desigualdade social e a subjetiva do sofrimento ético-político podem ser superadas pelo exercício da dimensão ética.

A ética é um dos raros eixos teórico-metodológicos comprometido com a emancipação humana, por fazer parte de uma nova racionalidade experimentada por meio dos afetos e que nega a neutralidade das reflexões científicas ao ultrapassar a oposição entre razão e paixão, e ao afirmar a possibilidade de uma racionalidade ético-afetiva capaz de produzir outros espaços relacionais. (SAWAIA, 2000, 2002).

Sawaia (2007) ancora sua concepção nos postulados éticos de base filosófica em Spinoza (2008), compreensão que assegura não existir bem e mal, mas sim bons e maus encontros que podem conduzir ao crescimento ou à diminuição da potência de ação – conceitos que passam a ser tecidos no item a seguir.

2.4 A ética como possibilidade de potência de ação

Spinoza sabia que nem todo mundo pode fazer filosofia.
Fazer filosofia tem uma causa; não fazer, também.
Uma das causas da não-filosofia é que a regra, em uma sociedade,
é antes a superstição, a servidão e a obediência,
em vez do conhecimento, da liberdade e da compreensão.
(SCALA, 2003, p.9).

Apesar de as ideias de Spinoza estarem entrelaçadas nas concepções anteriormente apresentadas, acredito ser cabível aprofundá-las em item separado, por considerá-las imprescindíveis em um tempo em que se começa a perceber que são os afetos de cada qual que dão o tom da relação; urge, portanto, aclamar por uma ética da alegria!

Spinoza, filósofo excluído em sua época, século XVII, “não recusou a exclusão, mas demonstrou como e porque os poderes necessitam dela, evidenciando a fragilidade real que determina esses poderes e a nós mesmos, desde que sejamos coniventes com eles”. (CHAUI, 1999, p. 5). Para ele, excluído não é aquele que está fora do mundo social, político e cultural, mas o que foi posto para fora de um mundo que não pode suportar o risco de sua presença. Sua inquietante indagação continua pertinente nos dias atuais: “Por que a maioria dos homens se conforma com a dominação/servidão e por que estão todos assim propensos a abraçá-la?” Esta pergunta desencadeou sua reflexão sobre a Ética; com base nela rompeu com a ideia de conceitos absolutos e imposições das leis morais.

Bem e mal não designam nada de positivo a respeito das coisas, consideradas em si mesmas, e nada mais são do que modos de pensar ou de noções, que formamos por compararmos as coisas entre si. Com efeito, uma mesma e única coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo e ainda indiferente. (SPINOZA, 2008, p. 267).

“A formação de ideias e invenções de modelos universais em detrimento de outros, tanto para coisas naturais como artificiais” (Spinoza, 2008, p. 263) é a base do preconceito que reforça a ideia de perfeição e imperfeição. Não existe imperfeição, e sim a passagem de uma perfeição menor para uma maior, e vice e versa.

As ideias provêm dos afetos, ou seja, nascem das “afecções do corpo, pelas quais a potência de agir é aumentada e diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. (SPINOZA, 2008, p. 163).

Afetos são definidos como ação e paixão, em termos de causa adequada e de causa inadequada. Quando adequada, os sujeitos são ativos, o seu intelecto por uma força que lhe é própria conhece por si mesmo, de forma clara e distinta. Desta forma, se age, o que leva a se escapar da condição servil. Quando inadequada, se padece. A atividade se reduz a

associar imagens parciais e confusas que se formam sem que se conheçam as suas causas verdadeiras, sem que seus efeitos possam ser compreendidos. Ao acentuar que a ação é uma potência positiva, enquanto a paixão, um declínio da potência, Spinoza, ao contrário da tradição, não considera a paixão como anomalia da natureza humana. Ele distingue os afetos entre alegres e tristes. A alegria é um afeto pelo qual a potência de agir é aumentada ou estimulada. A tristeza diminui ou refreia a potência de agir. Uma tristeza intensa é uma paixão fraca; uma alegria intensa, uma paixão forte, pois fraco e forte se referem à qualidade do *conatus*.

Conatus, para Spinoza, significa a essência do homem, sua virtude, seu esforço para perseverar na existência. É o poder para vencer os obstáculos exteriores a sua existência, ou seja, a própria potência de ser e agir. Na mente, o *conatus* se chama vontade. No corpo, apetite. Quando consciente, desejo. “Todos os afetos estão relacionados ao desejo, à alegria ou à tristeza”. (SPINOZA, 2008, p. 233). Eles formam os afetos primários, e deles surgem os demais.

A alegria é a *passagem* do homem de uma perfeição menor para uma maior. A tristeza é a *passagem* de uma perfeição maior para uma menor. *Passagem* porque a alegria não é a própria perfeição. Pois se o homem já nascesse com a perfeição à qual passa, ele a possuiria sem ter sido afetado de alegria, o que se percebe mais claramente no afeto da tristeza, que é o seu contrário. (SPINOZA, 2008, p. 239).

A alegria e o desejo nascido da alegria (e, portanto, o desejo nascido de todos os afetos de alegria, como o amor, a amizade, a generosidade, o contentamento, a misericórdia, a benevolência, a gratidão, a glória) são as paixões mais fortes. Assim, o bem é o que se procura para aumentar a potência; o mal, aquilo que diminui a potência.

A Ética não é senão o movimento de reflexão, isto é, de interiorização, no qual o ser humano interpreta seus afetos, por meio das afecções de seu corpo, destruindo as causas externas imaginárias e descobrindo o seu corpo como causas reais dos apetites e desejos. A possibilidade da ação reflexiva encontra-se, portanto, na estrutura da própria afetividade: é o desejo de alegria que impulsiona rumo ao conhecimento e à ação. Pensa-se e age-se não contra os afetos, mas graças a eles. A afetividade é a relação originária da mente com o corpo e de ambos com o mundo. A vida ética começa no interior das paixões, pois o ser humano é essencialmente afetivo. A afetividade é a condição de existência. Ela é o poder e a capacidade que o ser humano experimenta incessantemente de afetar e ser afetado.

Corpo e mente são compreendidos como uma e a mesma coisa, esta concebida ora sob o atributo do pensamento/mente, ora sob o atributo da extensão/corpo. Mesmo sendo uma e a mesma coisa, o corpo não pode determinar a mente a pensar, nem a mente pode determinar o corpo a permanecer em movimento ou repouso, embora tudo o que ocorre no pensamento tenha seu equivalente na extensão e vice-versa. Cada corpo é necessariamente determinado ao movimento e ao repouso por outra coisa singular, outro corpo, e assim sucessivamente. O sujeito afeta e é afetado, permanentemente, pelo outro. Tudo é relação, diz Spinoza (2008).

A chave da ética encontra-se, portanto, na posição do *conatus*, ou seja, sua potência de ser e agir, que tem como fundamento, primeiro e único, a virtude. Esta palavra no olhar de Spinoza não tem o sentido moral de valor e modelo a ser seguido, mas o sentido etimológico de força interna. A virtude do corpo é poder afetar, de inúmeras maneiras simultâneas, outros corpos e ser por eles afetado de inúmeras maneiras simultâneas. (CHAUI, 2005, p. 63).

Spinoza (2008) concebe, portanto, os seres humanos como realmente são, não em uma ordem social que se opõe binariamente. Esta ordem implica uma dimensão ambiental porque os sujeitos são, além de afetivos, espaciais. A coexistência é dentro e fora de cada um, nos espaços socioambientais, nas permanentes inter-relações sujeito-ambiente.

É no ambiente que os sujeitos vivem suas experiências cotidianas e articulam significados decorrentes de seus afetos, como já exposto. Com efeito, recupero estudiosos da dimensão afetiva dos ambientes, como Corraliza (1998) e Bomfim (2003). Esses autores procuram dar entendimento da afetação do sujeito por seu entorno e vice versa. Corraliza (1998) compreende o ambiente visto como “território emocional”. Bomfim (2003) enfatiza que o ambiente deve ser entendido, não como uma variável a mais, mas coexistindo na relação, onde ambos se afetam e são afetados. Esta concepção busca romper a dicotomia entre subjetividade e objetividade, sujeito e ambiente. É neste sentido que está fundamentado este ensaio. Passo agora a apresentar a metodologia que dará sustentação ao experimento.

Ensaio Sobre A Cegueira, obra literária de José Saramago, traz a estrutura metafórica que tenta levar os sujeitos a fazer uma relação com outras situações concretas, em que o ser humano se encontra num momento de crise consigo e com o ambiente/mundo.

O autor situa o leitor num contexto aparentemente absurdo e improvável, que é uma “cegueira branca”.

Com suporte nela, explicita como o homem contemporâneo se inter-relaciona, levando a se perguntar sobre a antiga indagação de Spinoza:
Por que a maioria dos homens se conforma com a servidão humana e por que estão todos assim propensos a abraçá-la?

O que realmente falta para se enxergar? É isto o que instiga a metáfora de Saramago nas imagens de Meirelles.

Sabe-se que os afetos são da ordem do impalpável, intangível e inqualificável. Como acessá-los entrelaçados nas intersubjetividades da relação inclusão/exclusão social?

A pretensão deste texto dissertativo, mediante abordagens múltiplas, é captar as metáforas advindas dos
Moradores do Universo
 Para, quem sabe, enxergar o invisível, o intangível nesta pesquisa.

Figura 7. Imagem do filme *Ensaio sobre a Cegueira*.

* Texto produzido baseado na entrevista com Ângela Ignatti, *O Povo* (Fortaleza – CE), Vida & Arte, p. 7, em 14 de setembro de 2008 – Uma metáfora para enxergar o que os olhos não querem ver. [Imagens do filme ‘Ensaio sobre a cegueira’, dirigido por Fernando Meireles disponível no site: <http://www.ensaiosobracegueirafilme.com.br>]

3 Caminho percorrido em meio ao universo de moradores

3. 1 Considerações sobre o método, as técnicas e os sujeitos colaboradores

A metodologia trata do percurso e do instrumental utilizado para a aproximação da realidade, incluindo as técnicas que possibilitaram sua apreensão. É fundamental em sua elaboração manter o objeto de investigação definido e delimitado, pois ele é a base de todo o processo de desvendamentos e descobertas: os afetos e a articulação de significados decorrentes da relação inclusão/exclusão social, por intermédio das vivências dos moradores do CRPU e dos habitantes de seu entorno – tema central desta pesquisa.

Para esta busca, a pesquisa contou com uma elaboração metodológica respaldada na abordagem qualitativa, que se inspirou no Método de Análise e Sinopse das Configurações, elaborado por Elias e Scotson, em *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000). Este método me convida a

[...] aprender a observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 57).

Elias e Scotson (2000), desde a observação em ‘Winston Parsa’ – nome fictício de um povoado no interior da Inglaterra – no final dos anos 1950, criaram um modelo explicativo em pequena escala de uma figuração que acreditam ser universal, para explicar as diferenças de poder nas relações estabelecidas entre duas comunidades claramente divididas, embora relativamente homogêneas.

Este método, o qual chamou de modelo figuracional, possibilita levar o observador, “desde que não vedado por dogmas preconcebidos”, a perceber que a ideia de que o conceito pessoal das normas de uma comunidade é uma abstração ou uma generalização feita com arrimo em um conjunto de opiniões individuais que logo se dissipam no contexto social. Esclarecem, ainda, que é preciso diferenciar a estigmatização grupal do preconceito individual, relacionando-os entre si e revelando seu caráter de interdependência, o que equivale a dizer que algo não pode ser entendido no plano individual, sem que se perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo.

As opiniões de cada um sobre o seu bairro e os bairros vizinhos, não são inicialmente formadas por cada indivíduo para si mesmo; formam-se no âmbito de uma troca de ideias contínua dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exercem considerável pressão uns sobre os outros, para que todos se conformem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento; nesse padrão de controle da vizinhança, as redes familiares mais altamente

respeitadas ocupam uma posição chave: enquanto têm poder suficiente, agem como guardiãs da imagem comunitária e das opiniões e atitudes aprovadas. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 54-55).

Como suporte para a formulação deste método, seguindo orientações dos autores Elias e Scotson (2000), foram empregados recursos fotográficos, pesquisa-acervo⁸ e aplicação das técnicas de observação sistemática / participante.

Convém esclarecer que a observação sistemática é uma técnica que conduz o pesquisador a ter um contato direto com a realidade, procurando recolher e registrar fatos sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Enquanto isso, a observação participante se diferencia da primeira, na medida em que o pesquisador se integra ao ambiente investigado, deixando de ser um observador externo aos acontecimentos e passando, temporariamente, a fazer parte ativa do universo pesquisado. (QUARESMA, 2005).

No decorrer das observações houve a necessidade de criar outros lugares de onde se olhar para esta complexa realidade, trazendo mais luzes à compreensão da problemática baseada nas falas dos sujeitos colaboradores. Assim, optei pela pesquisa participativa com a constituição de grupos focais. A aplicação desta técnica, também considerada como entrevistas coletivas, constituiu um instrumento necessário para complementar esta investigação. (GATTI, 2005).

As observações participantes ocorreram durante o período de fevereiro a agosto de 2009, numa sistemática de duas visitas semanais, de aproximadamente duas a três horas cada uma; enquanto os grupos focais aconteceram no período de março a junho de 2009, em três encontros de duas horas aproximadamente.

Foram realizados três grupos focais, dois com os moradores do CRPU – procedentes da primeira e segunda etapas do CRPU – e um com os moradores do entorno, além da observação participante em que três moradoras colaboraram de forma expressiva. Os sujeitos colaboradores são constituídos, portanto, de três modos: primeira etapa, segunda etapa e entorno.

A definição do número de integrantes dos grupos focais seguiu a orientação de Gatti (2005), ao ensinar que “a composição de um grupo focal deve ter, preferencialmente, entre seis a 12 pessoas”. (P. 22). Desta perspectiva, entrevistei coletivamente 19

⁸ Avaliação da Execução do Projeto Integrado de Urbanização da Lagoa do Opaia e do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS, executados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza-Ceará e elaborado pela equipe da Consultoria Empresarial PLM.

moradores, sendo sete moradores da primeira etapa do CRPU, seis da segunda do CRPU e seis do entorno. A tomada ocorreu aleatoriamente, nos contatos mantidos durante as observações sistemáticas e a disponibilidade de participação dos sujeitos.

O grupo focal seguiu o princípio da não-diretividade, sendo apoiado por um roteiro pre-elaborado (Apêndices B e D), que possibilitou descobrir práticas cotidianas destes moradores e conhecer seus pontos de vistas, crenças, valores, preconceitos e estigmas relacionados a seus vizinhos e ao seu bairro. Ademais, possibilitou identificar as configurações internas aos grupos, sinalizando pistas fecundas e norteando a proposta de trabalho.

Uma descrição mais aprofundada das histórias e características sociais, culturais, econômicas destes sujeitos, por motivos metodológicos em que se elegeu uma atitude fenomenológica de descrição em que valoriza e legitima o cotidianamente vivido e relatado por eles em suas intersubjetividades, foi contemplada no item a seguir, em que se entrelaça à descrição compreensiva da elaboração teórica desta dissertação.

Seguem, porém, nos quadros abaixo, caracterizados de acordo com a área de residência, as apresentações dos perfis dos sujeitos colaboradores, com base em algumas informações consideradas importantes para a investigação, levantadas por um instrumento preenchido (Apêndices A e C), durante aplicação do método, pelos moradores ou pela pesquisadora, nos casos dos participantes analfabetos. Foram empregados nomes fictícios criados pelos próprios sujeitos colaboradores, atentando para o rigor do sigilo.

Quadros 1- Perfil dos Moradores da Primeira Etapa do CRPU – procedentes da Lagoa do Opaia.

Nome	Idade	Nível de Instrução	Ocupação	Com quem reside	Tempo em que mora no bairro
Dayse	63	Analfabeta	Dona de casa	Marido e 3 filhos	5 anos
Sandra	41	Ensino médio	Dona de casa	Marido e 1 filho	4 anos
Rossana	56	Ensino médio	Zeladora	1 filho	5 anos
Léa	40	Ensino médio	Dona de casa	Marido e 3 filhos	5 anos
Elen	36	Analfabeta	Dona de casa	Marido e 2 filhos	4 anos
Lenita	25	Alfabetizada	Desempregada	Mãe e 4 irmãos	5 anos
Maria de Jesus	68	Ensino médio	Aposentada	1 filha	5 anos

Quadros 2 – Perfil dos Moradores da Segunda Etapa do CRPU – procedentes da Maravilha.

Nome	Idade	Nível de Instrução	Ocupação	Com quem reside?	Tempo em que mora no bairro
José	78	Analfabeto	Aposentado	Mulher	2 anos
Antônia	70	Ensino médio	Lavadeira	Filho e 2 netos	2 anos
Lourdes	72	Analfabeta	Aposentada	Filha e sobrinha	2 anos
Socorro	63	Analfabeta	Aposentada	Filhas e netos	2 anos
Maria	69	Analfabeta	Aposentada	Marido	2 anos
Inês	52	Ensino médio	Faxineira	3 filhos e 4 netos	2 anos

Quadro 3 – Perfil dos Moradores do Entorno do CRPU

Nome	Idade	Nível de Instrução	Ocupação	Com quem reside?	Tempo em que mora no bairro
Fernanda	27	Superior incompleto	Autônoma	Mãe, irmã e 1 filha	13 anos
Fátima	48	Superior	Pensionista	2 filhas e 1 neta	13 anos
Vilma	50	Superior	Func. Pública	1 tia	6 anos
Josélia	77	Médio	Aposentada	1 irmã e 2 sobrinhos	42 anos
Laís	23	Superior	Professora	Marido	23 anos
Simone	49	Médio	Func. Pública	Marido e 2 filhos	20 anos

Além desses, mantive contato em conversas informais com três moradoras da primeira etapa do CRPU que foram identificadas na observação sistemática. Elas demonstraram de forma efetiva a disponibilidade em colaborar com a pesquisa. Destas, uma é ex-moradora do CRPU, que optou por vender seu imóvel e retornar à antiga área de moradia: Lagoa do Opaia. Esta foi uma oportunidade criada para visitar o lugar de origem

dos residentes da primeira etapa do CRPU e ampliar o universo de informações. No quadro seguinte estão especificados perfis destes sujeitos colaboradores.

Quadro 4 – Moradoras que participaram das entrevistas durante a observação participante.

Nome	Idade	Nível de Instrução	Ocupação	Com quem reside?	Tempo em que mora no bairro
Vânia	31	Analfabeta	Vendedora ambulante	2 filhos, 1 tia	5 anos
Luíza	35	4ª série	Manicure	Marido, filhos	5 anos
Maroca	42	3ª série	Lavadeira	3 filhas, netos	Ex-moradora

A seguir descrevo os procedimentos desenvolvidos durante a aplicação do método e os instrumentos técnicos utilizados para alcançar os propósitos deste estudo.

3.2 Procedimento metodológico

Para iniciar esta pesquisa, parti da seguinte questão: como acessar um universo tão amplo, como chegar aos moradores do CRPU e àqueles do seu entorno? Decidi começar pela observação sistemática, registrando espaços, fotografando a realidade percebida, conhecendo a dinâmica do bairro, seus equipamentos e contornos.

Na qualidade de assistente social, minha experiência profissional me levou ao conhecimento, em momentos outros de atuação junto ao CRPU, que existiam dois equipamentos comunitários construídos naquele Conjunto Residencial. Durante a observação, percebi que apenas um deles estava funcionando: a Creche Comunitária. O Centro Social estava “abandonado”, sem nenhuma gerência, seja por parte da comunidade ou do poder público, segundo os moradores.

Resolvi visitar a Creche Comunitária. Apresentei-me à direção e esclareci os propósitos desta pesquisa, estabelecendo vínculo e solicitando disponibilidade do espaço para encontros com os participantes dos grupos focais. Recebi apoio e tive acesso às fichas de inscrições das crianças matriculadas. Selecionei alguns moradores para participar de um grupo focal, estabelecendo os seguintes critérios: ter acima de 18 anos e residir na área do CRPU.

Elaborei 12 convites e distribuí, pessoalmente, aos pais no horário de saída das crianças, esclarecendo meus objetivos. Destes, apenas três compareceram, atendendo a minha solicitação. Remarcamos novo encontro após nova mobilização, haja vista a orientação necessária à formação de um grupo focal: preferencialmente, seis a 12 pessoas. (GATTI, 2005).

Na observação sistemática, notei que estava acontecendo um grupo de ginástica no pátio externo do Centro Social “depredado” – único espaço existente para o desenvolvimento de atividades coletivas. O grupo de ginástica era constituído essencialmente por mulheres, cujas aulas são ministradas pelos militares do Corpo de Bombeiros. Aproximei-me das mulheres, após ter encerrado a aula. Apresentei-me e expliquei o motivo de minha presença, convidando-as a participar de um grupo focal. Com seus consentimentos, ocorreu o primeiro grupo focal.

Durante a realização do grupo focal, senti que este grupo foi constituído apenas por moradores da primeira etapa do CRPU, procedentes da Lagoa do Opaia, fato que despertou minha atenção. No decorrer das narrativas dos participantes do grupo focal, foi evidenciado o fato de que havia uma “divisão” interna no próprio Conjunto Residencial,

havendo o Planalto Universo I, universo pertencente aos moradores procedentes da Lagoa do Opaia e Planalto Universo II, pertencente aos moradores da Maravilha. Com tais percepções, foi criada a necessidade de constituir um grupo focal específico com os moradores da segunda etapa do CRPU, conforme ocorreu de forma espontânea com os moradores da primeira etapa.

A observação participante junto aos moradores da segunda etapa do CRPU aconteceu por meio de visitas a alguns pontos comerciais daquela área residencial: mercadinhos, lanchonetes, bares etc. Ali pude estabelecer contato e participar com certa regularidade das “conversas informais”, nos bancos improvisados das ruas do CRPU. Estes contatos possibilitaram, gradativamente, estabelecer a confiança necessária para a concretização do grupo focal, que aconteceu também na Creche Comunitária.

Planejei acessar os moradores do entorno do CRPU por meio do Espaço Vida, com o qual tive contato por ocasião do meu primeiro encontro com o *locus* desta pesquisa. Durante observação sistemática, porém, descobri que ele havia sido desativado. Desta forma, o grupo focal com os moradores do entorno do CRPU foi formado de maneira aleatória, com amparo em uma rede de sujeitos conhecidos que participaram e/ou indicação de alguém residente do local.

Para esta mobilização, visitei as casas desses moradores, esclareci meus propósitos e contei com suas colaborações. Esta oportunidade propiciou observar o entorno do CRPU e sua dinâmica. O encontro deste grupo focal aconteceu na residência de uma de suas participantes, que disponibilizou uma área específica de sua casa, reservada para este fim.

Conforme já especificado, foram aplicados três grupos focais, um em área específica, seguindo roteiro preestabelecido (Apêndice B e D). Cada encontro teve a duração de uma hora e meia a duas horas. Em todos eles, foi estabelecido o compromisso de sigilo, assim como restou formalizados o termo de consentimento (Apêndice E), e as entrevistas foram gravadas com a aquiescência dos participantes.

É válido destacar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo A) de acordo com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CNS/MS. Ele se regeu pelo princípio de total respeito aos sujeitos-colaboradores, respeitando o Código de Ética do Psicólogo.

Durante as observações sistemáticas, tive oportunidade de conhecer a três moradoras que participaram mais ativamente das observações, duas delas residentes da primeira etapa do CRPU e a outra uma ex-moradora deste Conjunto Residencial que, por não concordar com o “estilo de vida” existente no CRPU, decidiu trocar seu apartamento

por uma casa no seu antigo local de moradia, ou seja, na área reurbanizada do Programa de Melhoramento Urbano e Inclusão Social.

Estas moradoras se disponibilizaram a participar de forma efetiva e expressiva. Elas possibilitaram meu acesso às suas moradias, às suas histórias de vida, além de uma imersão durante dois sábados sequenciais, quando pude observar suas rotinas diárias. Com elas, percorri a comunidade, visitei os lugares de suas antigas moradias, conheci seus vizinhos, fui à favela do Trilho, localizada em frente ao CRPU. Suas colaborações subsidiaram a melhor compreensão deste universo tão complexo. Algumas de suas falas estão entrelaçadas na descrição das narrativas dos participantes desta pesquisa.

Além das observações e aplicação dos grupos focais, tive acesso a informações de revistas, relatórios e documentos. Embora não se trate de uma pesquisa documental, o acesso a este material colaborou na ilustração e complementação do conteúdo coletado. Esta combinação de instrumentos é sugerida por Elias & Scotson (2000) na aplicação de seu método.

As técnicas de observações – sistemática e participante – permitiram contato direto com a realidade onde ocorre o fenômeno estudado, possibilitando captar situações que não se obteriam apenas por meio de entrevistas coletivas durante os grupos focais, de maneira a facilitar o entendimento entre o que é expresso pelos seus moradores e seus significados.

As observações sistemáticas desenvolvidas junto aos moradores do CRPU e aqueles do seu entorno foram registradas em um diário de campo e as entrevistas coletivas nos grupos focais e observação participante foram gravadas, transcritas, lidas e relidas, tomando os objetivos como guia para estabelecer idéias-chaves que nortearam a descrição da realidade existencial dos moradores investigados, com suporte numa perspectiva fenomenológica.

Como já expressei, a atitude fenomenológica privilegia e legitima a cotidianidade vivida e narrada pelos sujeitos em suas intersubjetividades. Com efeito, a elaboração teórica e compreensiva deste estudo parte das falas dos sujeitos colaboradores, entrelaçadas em suas intersubjetividades em respostas às perguntas formuladas e observações das configurações socioambientais. Elas estão elaboradas, portanto, de modo descrito, com início no item a seguir.

4 Um olhar e várias escutas para descrever a travessia no Universo dos Moradores

O bairro Vila União e o Conjunto Residencial Planalto Universo

O Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU), com seu entorno, é o ambiente territorial onde realizei a travessia para efeito deste estudo. Nele estão inseridos os sujeitos colaboradores desta pesquisa, moradores que pertencentes a universos distintos, de ordem cultural, econômica, social e política. Estão situados no bairro Vila União, em Fortaleza.

O bairro Vila União localiza-se na zona sul de Fortaleza, distando cerca de cinco quilômetros do centro da Cidade. Este é um bairro considerado nobre, por ser valorizado pelo mercado imobiliário.

Nós somos muito bem situados. Tem a Avenida Borges de Melo, a Rodoviária, o Aeroporto. A gente está na divisa dos bairros do Aeroporto, Montese, Parreão e Fátima. É tudo juntinho. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Os limites do bairro são reconhecidos pelos seus moradores. Trata-se realmente de um bairro com pequena extensão territorial. Ele se caracteriza pela dificuldade de interligação com as áreas circunvizinhas, em função das grandes extensões dos muros do Aeroporto e da Base Aérea de Fortaleza (BAZF).



Figura 8. Muro da BAZF ao lado esquerdo do CRPU- vista pela Av. Borges de Melo.

No bairro o que eu gosto mais é do clima. O clima é gostoso, tranquilo. Eu acho o clima diferente. Não sei se é porque já morei no Centro e no Benfica. Acho que o trânsito faz o clima ficar bem mais pesado. O fato é que aqui é mais tranquilo e quanto ao clima: a gente sente mais a ventilação. (Vilma, 50 anos, moradora do entorno).

A dificuldade de interligação apresentada no bairro Vila União se contrapõe às extensas áreas preservadas que impedem construções urbanas e reduzem a circulação de automóveis em suas vias. Estes aspectos parecem contribuir para a formação de um clima agradável do bairro, conforme citado nos relatos dos moradores e expresso na narrativa da Vilma.

A população do bairro Vila União estava perto de 14.744 habitantes, de acordo com dados do IBGE, ano 2000. Segundo os moradores do entorno e os habitantes do seu entorno,

Morar neste bairro é muito bom, calmo. O acesso se dá pelas Av. Borges de Melo e Luciano Carneiro e tem muitos transportes coletivos. É perto da Av. Aguanambi que liga a tudo, além de saídas estratégicas para a BR. Ele possui sistema de esgoto, ruas pavimentadas e coleta de lixo. A estrutura de comércio é muito boa também: supermercado, banco, farmácia, panificadora, hospital, escolas. A pessoa resolve praticamente tudo de sua vida sem precisar se deslocar para Centro ou Aldeota. Aqui tem até shopping, só não tem bons restaurantes. (Fátima, 48 anos, moradora do entorno).

Eu particularmente gosto muito de morar aqui. Pelo espaço físico, pelo fato de ser aconchegante. É bom, é calmo. A localização é boa, próxima de tudo. Aqui tem farmácia, supermercado, hospital, posto de saúde, nossa creche. Nós somos muito bem situados. Nós temos como referência o Terminal Rodoviário, a Base Aérea e o antigo Aeroporto de Fortaleza. Tem a Borges de Melo que é muito movimentada. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Percebe-se que o significado do bairro é similar para os diferentes moradores pesquisados. Ambos – sejam eles moradores do CRPU, sejam do seu entorno – acham um bairro calmo e gostam de morar neste local da Cidade.

Outra referência evidenciada pelos moradores é a Lagoa do Opaia. Trata-se de uma área de proteção ambiental de exuberância natural, onde foi implantado, na década de 1980, o Polo de Lazer Lagoa do Opaia.

Naquela época vinha gente de todos os lugares de Fortaleza para o nosso Pólo. Tinha quiosque e pedalinhos para passear na lagoa. Lá podia pescar e tomar banho, porque era tudo limpo e bonito. (Vilma, 50 anos, moradora do entorno do CRPU).

A falta de manutenção e conservação do espaço, porém, tanto por parte da população quanto do Poder Público local, contribuiu para acentuar problemas de “depreação” e “abandono” dessa área. Estes problemas, por sua vez, agravados por outros

de ordem social, deram margens à ocupação do local com construções precárias e desordenadas construções, constituindo-se assim a primeira área de risco deste bairro.

Áreas de risco são lugares que contrariam a legislação ambiental e/ou segurança civil. Comumente, possuem assentamentos subnormais sob o risco de inundações e alagamento, com precárias condições de moradia e habitabilidade. Segundo as descrições dos próprios moradores que viveram a experiência de morar nestas áreas, este é um lugar com sub-humanas condições de existência.

Lá nos barracos era horrível, muito rato, cobra e um monte de coisa... Eu tinha que pasturar para os ratos não roerem os dedos dos meninos. Quando eu dormia, era menino acordando chorando com o dedo saindo sangue. A pouca coisa que nós tinha a gente perdia na época das chuvas. (Dayse, 63 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Eu cansei de não dormir com medo da água subir. Meu filho quando ia dormir dizia: 'Mãe quando começar a chover me chama'. E eu dizia: 'Não menino, eu não vou deixar tu morrer afogado não'. Uma vez eu tava com a água bem aqui (apontando para o pescoço). Aí ele disse: 'Mãe vai saindo vai saindo... E eu sair, mas eu nem sei como foi que eu cheguei lá na linha do trem. (Maria, 69 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Não eram apenas as ocupações precárias caracterizadas pelos barracos de “madeirite” sobre palafitas no espelho d’água que compunham o cenário da área de preservação ambiental da Lagoa do Opaia. Lá existiam também nichos de casas construídos desordenadamente, ocupando toda a extensão de seu entorno. Havia ainda casas de alvenaria com grande dimensão, pertencentes às famílias com 25 a 40 anos de ocupação. Estas casas foram edificadas nos prolongamentos das ruas, em trechos aterrados da Lagoa. Havia também sítios particulares com situação fundiária regularizada, localizados às margens do sangradouro da Lagoa, onde se cultivavam hortaliças.

Tais características físicas e populacionais fizeram com que a área da Lagoa do Opaia fosse eleita como o primeiro foco de intervenção de um programa governamental de melhoramento urbano e inclusão social na cidade de Fortaleza⁹. Um programa que visou a

⁹ Trata-se do Programa Habitat Brasil/BID (PHBB), resultado de um contrato firmado, em setembro de 1999, entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o propósito de implantação da Política Habitacional de Interesse Social e Melhoramento Urbano. Direcionado à população com renda de até três salários mínimos, residentes em assentamentos subnormais das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais dos estados brasileiros. Em Fortaleza, foi implantado na administração de Juracir Magalhães, continuando com Luiziane Lins. Sua execução está a cargo da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), sendo seu investimento na ordem de R\$9.710.193,42.

integrar um conjunto de ações, desde a preservação ambiental de sangradouros e lagoas da região central do município à construção de moradias direcionadas às famílias com renda até três salários mínimos que ocupavam a extensão de área a ser preservada.

Desta intervenção governamental, originou-se o Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU), alvo desta pesquisa. Ele contemplou tanto os moradores de área de risco como os moradores da área de preservação ambiental, os quais apresentavam condições habitacionais, sociais e culturais diferenciadas entre si, conforme esclarecem os relatos a seguir das moradoras de área de risco e de preservação ambiental:

Meu barraco na Lagoa era de tábua que a gente conseguia nas ruas. Foi feito em cima das águas da lagoa, suspenso por uns paus. Só tinha mesmo um vão. Lá nós ‘morava’ tudinho: eu, meu marido e meus dois filhos. A gente sofria muito quando chovia. (Elen, 36 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A minha casa lá na Lagoa do Opaia era bem grande, alta, toda no piso bom, toda boa. Tinha quintal grande. Eu fiz um alicerce muito bom, todo de pedra que sustentou todo este tempo que eu morei lá, mais de 30 anos. As águas nunca invadiram minha casa. A única coisa ruim lá era o perigo da lagoa que era muito encostada. A minha casa era a última para chegar aos peixinhos. Da minha janela eu via os peixinhos pulando. Mas uma vez choveu tanto que eu tive medo: ‘Aí meu Deus será que vai invadir minha casa?’. (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Nos relatos acima, percebem-se acentuadas diferenças sociais entre os moradores residentes neste local, sinalizadas, sobretudo, na descrição das tipologias habitacionais. Todas essas diferentes tipologias, entretanto, se encontravam irregulares perante a legislação do uso do solo urbano. Estas residências violavam tanto os direitos humanos quanto os ambientais.

A composição de imagens exposta na figura 8 expressa as diferentes tipologias de habitações da área de risco e preservação ambiental da Lagoa do Opaia. Ela ilustra o antigo cenário existente naquela localidade. Tal ilustração poderá facilitar perceber as diferenças sociais entre os moradores procedentes desta área e possibilita melhor compreensão das descrições de seus relatos.



Figura 9. Diferentes tipologias da área da Lagoa do Opaia.

O programa de melhoramento urbano, além de visar ao reassentamento das famílias que ocupavam a área de risco e preservação ambiental da Lagoa do Opaia, incluía a urbanização do espaço, ou seja, a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores que permaneceram fora do alcance da área de preservação da Lagoa.

As famílias que vivenciaram a mudança, por habitar em local que contrariava a legislação ambiental ou a segurança humana, puderam escolher entre a indenização de seus imóveis ou o reassentamento no Conjunto Residencial Planalto Universo. Este aspecto foi percebido nos relatos dos residentes do CRPU, conforme exprime Rossana:

A gente veio morar aqui no Planalto Universo porque morava em área de risco e proteção ambiental. Tiveram que demolir nossas casas para fazer a urbanização da lagoa. Hoje está tudo bonito lá. Nós podíamos ter indenização em espécie ou trocar nossa casa por este apartamento daqui, que por sinal são melhores do que nossas casas de lá, pelo menos da maioria. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).



Foto 10

Figura 10. Área da Lagoa do Opaia urbanizada.

No relato da moradora Rossana, percebe-se que na antiga área residencial predominavam moradias que sinalizam o estado de pobreza de seus habitantes. Esta informação é também constatada nos acervos pesquisados, onde observei que, das 634 unidades cadastradas no Programa de Melhoramento Urbano e Inclusão Social, 273 famílias possuíam casas de alvenaria ou barracos com área média de 30m², ocupadas de forma densa e desordenadas; 76 barracos de madeira ou plástico com área média de 25m² no espelho d'água da Lagoa; 111 moradias precárias em becos cimentados pelos próprios moradores; e apenas 69 casas de alvenaria com área média de 65m², instaladas em sistema viário com manta asfáltica.

Das 634 famílias cadastradas, 130 optaram por indenização e as demais compuseram o cenário da primeira etapa do CRPU, agregando-se, posteriormente, aos 144 moradores da segunda etapa, provindos da área de risco da Maravilha.

Quero a casa, é mais futuro. O meu quartinho não valia 100 reais, eu ia bem perder? Teve casa para todo mundo que morava em área de risco e proteção ambiental. A Tereza morou 11 anos de aluguel e hoje tem o apartamento dela, próprio. Ela recebeu o apartamento e o dono do imóvel foi indenizado. (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A construção do CRPU

A área desapropriada para a instalação do CRPU situa-se a uma distância de 485 metros da Lagoa do Opaia. Os moradores do conjunto reconhecem que não foram para muito longe de sua moradia original, inclusive identificam o que havia no local onde foi edificado.

Aqui onde foi construído o conjunto não é longe de nossas antigas casas. Aqui havia três campos de futebol que eram utilizados pelos moradores do bairro, não só daqui, mas o pessoal do Montese e Aeroporto também jogavam com os daqui. (Lenita, 25 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).



Figura 11. Área em que foi construído o CRPU.

O CRPU possui 648 unidades habitacionais, distribuídas em 81 blocos, com dois pavimentos. Em cada bloco há oito apartamentos similares, sendo quatro unidades no térreo e quatro no primeiro andar. Cada apartamento possui dois quartos, sala, cozinha e banheiro, com área média de 42m², com exceção de 57 unidades que têm em média 50m². Estas unidades possuem três quartos, foram destinadas às famílias mais numerosas e/ou àquelas que têm como ocupação principal o comércio na própria residência.

A construção do CRPU aconteceu em duas etapas, num período de cinco anos, de 2002 a 2007. A primeira etapa, com 504 moradias, foi destinada às famílias da Lagoa do Opaia, bairro Vila União, construída entre junho de 2002 a novembro de 2004.

A segunda etapa, com 144 casas, foi direcionada aos moradores da área de risco do canal Tauape, na Favela Maravilha, bairro São João do Tauape, localizada a

aproximadamente dois quilômetros do CRPU. Sua construção aconteceu no período de setembro de 2006 a novembro de 2007 e a transferência destes moradores só ocorreu três anos após a instalação da primeira etapa.

Depois que fizeram nosso cadastro, passou-se uns 2 a 3 anos para a gente se mudar. ‘Vocês vão lá ganhar nada’ - era o que o povo dizia. Muitos não acreditavam. Era muita demora. Eu dizia: ‘Vou ganhar uma casa’. E minha irmã dizia: ‘Vai ganhar é nada, vai morar em baixo de um viaduto’. Ela dizia desse jeito. (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A morosidade na execução de alguns programas públicos enseja muitas vezes um estado de descrença, desconfiança e até ansiedade por parte da população atendida, aspectos revelados nessa narrativa da moradora Vânia.

O CRPU e o seu entorno

O CRPU possui um entorno bastante diversificado: ao norte, localiza-se a Avenida Borges de Melo, que demarca a divisa com o bairro de Fátima; ao leste, delimitada por extenso muro, situa-se a Base Aérea de Fortaleza; ao sul, direcionada à área da Lagoa do Opaia, está localizada a avenida Treze de Abril, onde residem famílias de níveis econômicos variados, de baixo a médio; ao oeste, demarcadas pelo muro da Rede Federal Ferroviária (RFFSA) encontram-se residências de famílias com padrão socioeconômico mais elevado.

A ilustração disponível no Google Earth na Figura 12 a seguir sinaliza melhor a localização do CRPU e o seu entorno.



Figura 12. Planta aérea do CRPU (imagem apresenta a segunda etapa, em construção).

O espaço ocupado pela população do entorno, sobretudo ao oeste, possui algumas características diferentes das famílias procedentes da Lagoa do Opaia. Ele é ocupado por famílias com nível socioeconômico mais elevado, suas áreas residenciais são maiores, as casas são todas de alvenaria, tendo a maioria delas muros altos, algumas com grades ou cerca elétrica e estão localizadas em ruas pavimentadas, conforme ilustra a Figura 13.



Figura 13. Residências do entorno (ao fundo à direita - o CRPU).

***A chegada dos primeiros habitantes ao Conjunto Residencial Planalto Universo (CRPU)
– os moradores da primeira etapa, provenientes da Lagoa do Opaia***

Eu, particularmente, gostei muito de vir morar aqui. A localização do nosso conjunto é boa, próxima de tudo. É um bairro calmo e você ainda tem um pouco de tranquilidade, na medida do possível. Até porque o Vila União é nosso bairro e todas as pessoas que vieram para cá já eram velhas conhecidas desde criança ou adolescente. (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A construção do CRPU próximo ao local de origem das antigas moradias foi uma das exigências do Programa de Melhoramento Urbano e Inclusão Social, assim como o envolvimento dos moradores em todas as etapas de sua construção. Este aspecto é bastante realçado nos vários estudos da Psicologia Ambiental (SOCZKA, 2005), em que mostram sua importância para o sucesso de um programa habitacional. Este foi um dos fenômenos também mais ressaltados e valorizados pelos sujeitos participantes deste programa, bem como o reconhecimento da melhoria das condições estruturais urbanas e habitacionais. Segundo Lenita, moradora do CRPU,

A gente teve prioridade em continuar no mesmo bairro e escolher nossos vizinhos. Eles [os técnicos do programa] perguntavam se queriam morar no apartamento em baixo ou em cima. Escolhi em baixo porque você tem acesso lá fora. Antes de vir para as casas eles trouxeram a gente para fazer a visita. O que mais gosto daqui é o fato de ser aconchegante e das nossas casas serem enxutinhas. (Lenita, 25 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Conservar os moradores próximos ao local de origem e preservar os vínculos afetivos constituídos em sua antiga vizinhança parece também ter sido um dos aspectos que favoreceu a manutenção da identidade social deste grupo de moradores reassentados na primeira etapa deste Conjunto Residencial. Esta ação parece ter contribuído com o estabelecimento do sentimento de pertença ao lugar da nova moradia.

O significado da casa para os diferentes Moradores do Universo

Independentemente do tempo e do lugar, bem assim da condição social em que se está inserido, a casa é uma experiência necessária a qualquer ser humano, conforme explica Luíza, moradora do universo:

Se uma pessoa tem uma casa, pode-se dizer que ela tem tudo. Porque você supera tudo é dentro de casa. E você não tendo? (Luíza, 35 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, lembranças e sonhos do homem, cujo passado, presente e futuro, por sua vez, dão dinamismos diferentes a ela. (BACHELARD, 1998, p. 26).

Para um estudo fenomenológico dos valores de intimidade do espaço interior, a casa é, evidentemente, um ser privilegiado, isso, é claro, desde que a consideremos ao mesmo tempo em sua unidade e em sua complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental. (BACHELARD, 1998, p. 26).

Vânia, moradora do CRPU, tentou descrever o inefável: a alegria de ter uma casa.

No dia de ganhar nossa chave era uma felicidade muito grande, era uma felicidade tão grande que parecia até... Ah, não tenho nem palavra para descrever isto! (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

“As experiências íntimas são difíceis, mas não impossíveis de expressar”. (TUAN, 1983, p. 13). Vânia, que tentou descrever o inefável, morou com a mãe quando criança numa casa de taipa com frente de alvenaria, no Município de Pacajus. “Não tinha comida em casa não, porque a mãe bebia muita cachaça, o jeito era pedir esmola ou pegar, com os irmãos, as comidas dos porcos, na fazenda ao lado”. Aos cinco anos, foi “dada” para morar na “casa dos outros”, “morar assim: morar e trabalhar”. “Apanhava muito porque era danada e não sabia fazer as coisas direito”. Com 15 anos, foi “posta para fora da casa” porque engravidou. Ficou de “casa em casa” até conseguir comprar um “quartinho” por R\$700,00 na Lagoa do Opaia. Quando soube que iria receber o apartamento, “começou a juntar dinheiro” para investir em sua nova casa, conforme relata:

Investi na minha casa, coloquei a grade e reboquei. Depois, a cerâmica no piso. Foi caríssima, gastei quase ‘mil real’ que juntei, eu mesma. Não foi Peixoto, eu não comprei tudo isso aqui à vista? Eu tenho que manter a casa que nunca tive em minha vida, bonita do jeito que eu queria, com minhas coisinhas. Mas menina, eu fiquei muito feliz, um luxo. Meu sonho foi realizado. A minha casa, meu emprego, meus dois filhos em casa comigo. (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Relativamente a narrativa de Vânia, pergunto: que significados particulares têm a casa como valor fundamental para cada um dos moradores destes distintos universos: CRPU e entorno?

Para os moradores do CRPU, a casa significa:

Hoje eu posso dizer: eu gosto muito do meu espaço. É lá meu refúgio, é lá onde eu me sinto hoje... Eu me deito e digo: É a minha casa, é o meu mundo, é o meu tudo. Eu posso encher a boca e dizer: Hoje eu estou aqui na minha casa. Aonde eu chego do meu trabalho e me descanso. Às vezes eu me torno até egoísta... de olhar ali meus filhos, estão ali e então pronto – o meu tudo está ao meu redor. É só agradecer. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/ Lagoa do Opaia).

Enquanto isso, para os moradores do entorno do CRPU, este elemento espacial que integra todos os valores particulares num valor fundamental significa:

A casa para mim significa o meu porto seguro. É um lugar de muita paz. O local onde me sinto mais confortável, mais à vontade, que eu me sinto melhor. Você faz as coisas na hora que você quer – não é como no trabalho. Você deita na hora que quer, se você quiser ficar pelada, você fica à vontade. Então é o lugar que eu mais amo, é ficar na minha casa. Eu adoro, eu quero chegar rápido em casa, quando eu entro em casa para mim é uma paz e pronto. A gente se sente segura. (Lais, 23 anos, moradora do entorno).

Tanto para os moradores do CRPU quanto para aqueles do seu entorno, a casa tem significado semelhante. Embora residam em universos que apresentam características culturais, sociais e econômicas distintas entre si, este significado não difere. A casa é, conforme o relato da moradora Rossana, “o meu mundo, o meu tudo”. Seu significado independe das condições sociais e econômicas dos seus habitantes. É Bachelard (1998) quem novamente esclarece este fenômeno, dizendo em síntese que a casa é para todos nós “o nosso primeiro universo! É nosso canto no mundo”. (P. 24).

O espaço da casa no CRPU

Fico imaginando se a gente ainda morasse na Lagoa do Opaia este ano, com estas chuvas fortes, estariam todos dentro d'água. Aqui é maravilhoso: chove e em 10 minutos está tudo enxutinho. Em outro lugar você não pode passar de uma casa para outra, ou sair numa rua que está cheio de água. (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Apesar de o sentimento de satisfação em relação à casa ter sido demonstrado pela maioria dos moradores do CRPU que participaram das observações participantes e dos encontros dos grupos focais, estes habitantes reconhecem que o espaço reduzido relativo à casa é uma de suas características negativas mais gritante no novo local de moradia.

Aqui é melhor assim... no estilo. Mas o espaço... O espaço lá... Todos tinham espaço maior lá, né? Só que eu gosto de morar aqui... Eu acho muito melhor morar aqui. Mas a única coisa é o espaço. O espaço é muito pequenininho. Quando a gente abre a porta já respira o outro, né? (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Este fenômeno foi frequentemente narrado pelos moradores, conforme explicita a seguir a moradora Sandra:

Aqui é tudo pequenininho. Você abre a porta para entrar em casa e já vê a sala, os quartos, a cozinha e o banheiro, não dá para ninguém se esconder. Tem dois quartos, mas bem pequenininho. Se a gente arma a rede, fica uma canoa. Aqui para lavar uma roupa é cruel, tem de ser de cócoras no banheiro. A casa é deste tamanhozinho [mostra com a mão]. (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Além das queixas constantes a respeito do espaço interno da casa, os moradores se referiram ao espaço comprimido entre um apartamento e outro, o espaço do vizinho.

Você abre a porta e já respira seu vizinho. Se eu vou lavar a minha casa, eu tenho que pedir licença ao vizinho e ter cuidado para está enxugando, senão entra na casa dele. O espaço aqui é muito pequenininho. Lá era vila, eu não morava porta com porta não. (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Outra dificuldade apresentada decorrente da falta de espaço diz respeito à mudança de hábitos, conforme esclarece Rossana a seguir.

A minha casa tinha quintal, tinha árvores. Lá eu podia criar um cachorro, um passarinho ou um gato, né? Tinha gente que criava galinha. Mas aqui a gente não tem espaço... (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O que significada porta com porta? Esta foi uma expressão presente em muitos discursos dos moradores do CRPU durante o encontro do grupo focal. É Maroca, ex-habitante do CRPU, quem tenta explicar este fenômeno:

Porta com porta é assim: Quando a gente abre a porta já respira o outro, né? A minha porta fica aqui e a sua aqui. Aí fica frente com frente. Se alguém está mudando de roupa e está com a janela aberta eu vejo. Se fala mais alto um pouquinho, eu escuto. É igual a um presídio, com uma porta na frente da outra: 'Ei fulano me dá aí um cigarro'. Não é assim dentro de um presídio? (Maroca, 42 anos, ex-moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A narrativa de Moroca e de muitos dos moradores que residem o universo do CRPU apontam para a necessidade de preservar o “espaço pessoal” (SOMMER, 1973); ou seja, o espaço da privacidade.

Segundo Sawaia (2007), o “mínimo” destinado comumente a este segmento da população prevê um lugar insuportável do ponto de vista objetivo. As considerações desta autora clareiam o entendimento da expressão dos moradores do CRPU que testemunham viver o espaço mínimo onde foram alocados.

Meus vizinhos dormem tarde, assistem à televisão até mais tarde, parece até que o som está dentro do meu quarto. Eu canso de me acordar atordoada da cabeça... A gente não pode mudar uma roupa que o vizinho vê, até dentro do banheiro vê, porque tem uns combogós que é bem baixinho e fica pro lado do corredor, onde passa gente na rua. (Dayse, 63 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Eu não gosto desta morada não. Ainda não me acostumei de viver assim em bloco, porta com porta. Gostava da minha casinha separada. Morar assim não gosto não. Porque a gente fica ouvindo tudo o que fica acontecendo na casa do outro, tudo que acontece a gente fica sabendo. Uns botam o som alto, a gente não vai falar pra não se trocar com ninguém. Eu fecho minha porta e janela. (Lourdes, 72 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Estes moradores enfocam as dificuldades que enfrentam por não terem a possibilidade de usufruir de um espaço que lhes propiciem privacidade. Pesquisas na área da Psicologia Ambiental mostram que são mais tensos os sujeitos que vivem em situações

nas quais não se respeitam as condições mínimas de distância entre eles. A este fenômeno dá-se o nome de apinhamento.

Apinhamento significa um “saber-se ser observado”. O sentimento decorrente dele é considerado por Tuan (1983) como antiético. Em seu clássico livro *Espaço e Lugar* (1983), esse autor relata alguns exemplos semelhantes aos comumente vividos pelos moradores do CRPU: “um fatigado pai que chega a casa depois de um dia de trabalho e não encontra um canto sossegado para descansar sem dúvida aumenta seu estresse”. (P. 73).

O fenômeno de apinhamento provoca um estado de isolamento que pode colaborar para o rompimento dos laços afetivos, fragilizando os vínculos das redes sociais estabelecidas no seio da comunidade, conforme revela Sandra a seguir:

Acho que você percebeu que nós não temos muito lazer, nós não temos lugar para nos reunir, assim a nossa opção de hoje é estar dentro de casa, fechados em nossa maloca que é muito pequenininha. É do trabalho para casa. A gente tem de deixar os filhos aqui também. É tudo muito individual. (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A narrativa de Sandra se opõe aos estudos realizados na Inglaterra com famílias que se mudaram de moradias apinhadas para um conjunto residencial ajardinado, relativamente espaçoso. Estes estudos “mostraram que elas se beneficiaram com a mudança: ficaram menos tensas porque era mais fácil desfrutar da privacidade”. (TUAN, 1983, p.71). No novo ambiente ajardinado, continua a relatar o autor, estas famílias passaram a desenvolver as tarefas da casa em conjunto, evidenciando que a ampliação do espaço favoreceu a aproximação entre os sujeitos residentes que compartilham o espaço comum.

Durante a observação participante, tive oportunidade de visitar a casa de Maroca, uma ex-moradora do CRPU, e ouvir sua história. Maroca residiu durante um ano no CRPU, e, por não concordar com o “estilo de vida de lá”, decidiu retornar ao seu antigo local de moradia. Para isto trocou seu imóvel por uma casa na área urbanizada da Lagoa do Opaia, próximo ao local onde havia morado.

Eu vou dizer uma coisa certa a senhora: se algum dia alguém vier tirar a gente novamente daqui [Lagoa do Opaia] e fizer um negócio daquele [CRPU], eu prefiro morar embaixo de um viaduto. Embora a gente não quisesse ouvir nem ver os vizinhos, a gente tinha que ouvir e ver. A casa é muito pequena, uma de frente para a outra. Eu dizia: Meu Deus do céu, eu estou ficando é louca. Então eu disse: Não. E saí, voltei para o meu antigo lugar. (Maroca, 42 anos, ex-moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Existem vários estudos para examinar as relações sociais e as apropriações do espaço em conjunto residenciais destinados a abrigar famílias de baixa renda. Soczka (2005) privilegiou a experiência do Conjunto Residencial Pruitt-Igoe, construído por meio de um programa público de habitação social em St. Louis-EUA, no ano de 1954.

Pruitt-Igoe foi considerado marco da modernidade, por sua construção avançada constituída por 33 blocos, com 11 andares e 2740 apartamentos. Ele, porém, não foi capaz de manter a complexa e rica teia de relações sociais estabelecidas nos bairros de origem. Ao romper o sistema de relações funcionais e afetivas que permitiam o sentimento de pertença e de identidade dos residentes, deu margens ao elevado índice de criminalidade, o que levou a sua implosão em 1972.

Pruitt-Igoe, apesar de proporcionar espaços habitacionais melhores, do ponto de vista material, reduzia a vida do bairro a dois espaços-limites. Esta construção rompeu o espaço do território secundário em que são estabelecidas as redes de vizinhança, do convívio comunitário, restando apenas o território primário (a casa de cada um) e o território terciário (o espaço público).

A experiência de Pruitt-Igoe abre espaço para fazer ligação entre desigualdade social e criminalidade. Ela denota que, quando os moradores enfrentam uma vida sem perspectiva e convívio social, partem para um mundo de ilusão, que é o mundo das drogas, e isto resulta em violência.

Estudos como estes são foco dos estudos de Psicologia Ambiental. Eles sinalizam a necessidade de recuperar e preservar a dimensão comunitária do espaço público, tão “negligenciada” no estilo de vida proposto pelas sociedades modernas.

Outras contradições decorrentes do processo de “inclusão social”

Além de destinar um espaço mínimo às moradias deste segmento da população, espaço que ultrapassa o nível de tolerância pessoal, tais políticas de melhoramento urbano e inclusão social apresentam outras dificuldades, segundo Francisca, moradora do CRPU.

Eu nem uma chinela eu posso comprar, porque tenho que pagar água e luz. Na Maravilha pagava não. Lá a água era clandestina. Já a luz a gente pagava bem pouquinho. Eu não pagava este absurdo não. Eu não tenho nem geladeira. Ai eu fico pagando neste sofrer. Elas dizem: ‘Se a senhora não pode pagar, manda

cortar'. Eu me zanguei disse umas coisas lá que nem devia ter dito e fui embora. Eu vou fazer o quê? (Francisca, 70 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Percebe-se na narrativa de Francisca que o sujeito é incluído em outra paisagem em que são mudadas as condições estruturais urbanas, a exemplo das tipologias habitacionais, no entanto, mantém o espaço limiar marcado pela instabilidade social, cultural, econômica e existencial. A vivência relatada por esta moradora parece expressar outras contradições decorrentes deste processo em que se denota potência de padecimento. A fala de Francisca, a seguir, aponta as dificuldades concretas que perpassam os sujeitos de direitos assistidos por tais programas.

Eu gosto de morar aqui, só não me sinto bem aqui é com a água e a luz que é um absurdo. O que ganho é só para eu sobreviver. Vivo da lavagem de roupa, mas o dinheiro está sendo somente para pagar água e luz. Eu pago R\$ 72,00 de água e R\$ 80,00 de energia, porque lavo roupa para fora. Em cada trouxa de roupa é R\$10,00 ou R\$15,00. É difícil na minha idade lavar nas casas dos outros, ninguém quer mais contratar. Tenho 70 anos e as patroas tem medo do INSS cobrarem os direitos. Eu 'preciso de comer'. Eu tenho um filho desempregado e dois netos que moram comigo. Eles estudam e 'precisam de comer'. Aí, se eu for deixar de lavar minhas roupas, vai morrer todo mundo morrer de fome. (Francisca, 70 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

As inter-relações dos moradores do CRPU e aqueles do seu entorno

Aqui é um bairro bom, tranquilo, mas o que atrapalha mesmo é o conjunto. A chegada desses moradores [do CRPU] atrapalhou, porque nós moramos mesmo em frente. Atrapalhou muito. (Fernanda, 27 anos, moradora do entorno).

A chegada dos moradores de área de risco e de preservação ambiental da Lagoa do Opaia ao CRPU, ou seja, a um espaço territorial já demarcado pela antiga população do bairro, afetou, sobremaneira, o ambiente. Este acontecimento interferiu na espacialidade dos seus habitantes e na significação de seus sentimentos em relação ao bairro.

Embora nós nunca fomos... entendeu?... vitimadas, assim... assaltadas... Como posso dizer? Afetadas, né? Mas atrapalha... Atrapalha assim: Eu moro aqui há 12 anos, eu adoro o bairro, apesar de ter assim... uma certa fama... porque onde eu

moro foi construído este conjunto que até de forma pejorativa chamam de Carandiru. (Fátima, 48 anos, moradora do entorno).

Segundo Fátima, moradora do entorno, mesmo não sendo “vitimada ou assaltada”, a chegada dos moradores ao CRPU afetou os antigos habitantes do local. O sentimento expresso por Fátima foi compartilhado pelos demais participantes do grupo focal, sendo frequentemente relatados por eles.

As afetações transcorridas deste processo de inclusão social parecem decorrer das características desta intervenção urbana que, de forma atípica, inclui um elevado número de famílias (aproximadamente 700), em um mesmo território, em um só tempo; condição que ainda tem como agravante o fato de que estas famílias apresentam níveis sociais reconhecidamente inferiores, o que dá maior visibilidade ao “outro diferente” que “ameaça” os moradores do seu entorno e os expõem a “uma certa fama”.

Esta intervenção urbana parece ainda ter provocado, em outra escala, o mesmo fenômeno descrito anteriormente pelos moradores do CRPU a respeito do “espaço reduzido” de suas moradias; sentimento que é esclarecido por Tuan (1983), quando assinala que “a companhia de seres humanos, mesmo de uma única pessoa, produz uma diminuição do espaço e ameaça a liberdade”. (P. 67).

São pessoas que tem um nível... Que são pobres, né? Mas que tem dignidade, né? Mas eu acho que tem muito preconceito. Geralmente as pessoas que quando tem assim ... Quando você mora perto de uma favela, todo mundo é ladrão, entendeu? Que ninguém presta... (Fátima, 48 anos, moradora do entorno).

Além da “produção da diminuição do espaço que ameaça a liberdade”, os novos habitantes são social e economicamente diferentes. Embora fisicamente vizinhos, são socialmente distantes. Estas características parecem acentuar a “distância espacial” que demarca o “território emocional” (CORRALIZA, 1998); território definido nas intersubjetividades. Ele cria uma barreira “psicológica” que busca “defender” o espaço demarcado pelo grupo. Este espaço é o que constitui a identidade social de um grupo.

A “invasão” das fronteiras do “território destes moradores” parece ter provocado insatisfação e rejeição aos moradores recém-chegados, os quais foram denominados, de forma pejorativa, de “moradores do Carandiru”.

Para defender “seu território” e marcar suas diferenças, parece que os habitantes do entorno do CRPU ativaram tal demarcação, reforçando a desigualdade social com a denominação “morador do Carandiru”, atribuída aos habitantes da área recém-ocupada.

Tal delimitação sugere revelar o medo da “ameaça” de quebrar a imagem de “boa sociedade”, elaborada historicamente no bairro Vila União, conforme esclareceu Fátima, moradora do entorno, em seu relato: “Quando você mora perto de uma favela, todo mundo é ladrão, entendeu? Que ninguém presta...”. Esta ameaça provoca medo de ser reconhecido como desqualificado socialmente que, por sua vez, produz sentimento de rejeição ao outro que “ameaça”.

“Por que é que a prefeita veio colocar isto [os moradores do CRPU] aqui perto da gente?” – esta é a pergunta de muitos que habitam o entorno de um conjunto residencial destinado à população em situação econômica e socialmente reconhecida como inferior. Ela foi formulada por dona Josélia, 77 anos, em sua espontaneidade, tão peculiar, durante o encontro do grupo focal dirigido aos moradores do entorno. Foi ela mesma quem respondeu a tal indagação, ao mencionar a explicação frequente que seu neto lhe dá quando de suas indagações constantes: “Se não colocasse aqui ‘vó’, iria colocar em outro canto, e os moradores dos outros cantos também não iriam gostar”.

Uma vez eu entrei aí [no CRPU] e eu disse para minha filha que me chamou para ir lá: ‘Lúcia, você não me chame mais para vir para cá, porque eu não venho mais aqui’. Eu era andando e os olhos eram olhando de um lado para o outro. Não sei por que, mas era doida para sair dali. A gente ficava com aquele ‘sombroso’ do que ia acontecer... A palavra mesmo era medo. (Simone, 49 anos, moradora do entorno).

O medo expresso pelos moradores do entorno parece ser vivenciado por outros habitantes do universo, conforme evidenciou Rossana, residente do CRPU, procedente da Lagoa do Opaia.

O taxista não vem trazer um cliente até aqui não [CRPU], porque ele tem medo. Ele diz: “Eu não vou para o Carandiru não. É muito perigoso lá”. Quem quer trazer nós para cá, sabendo que aqui é Carandiru? Eles têm medo de nós, tem medo daqui. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

As narrativas, tanto dos moradores do entorno como do CRPU, destacam o medo e a rejeição, sentimentos que parecem ocasionar a vergonha e a indignação; afetos que

constituem potências de padecimento e ensejam sofrimento psíquico, tanto para o morador do entorno quanto para o residente do CRPU.

Habitar o universo é conviver com a realidade que apresenta de fato segurança e insegurança, tanto para os moradores do entorno como para os residentes do CRPU. É Spinoza (2008), contudo, a lembrar que a realidade é também passível de místicas socialmente constituídas, decorrentes de medos edificadas pela imaginação que fazem as superstições sombrias e tristes e impedem que os sujeitos se alegrem; eles concorrem para perder nosso sentimento de *genericidade* perante a vida, na coexistência com o outro. (HELLER, 1979).

Eu imaginava que ia ser assim: que iam roubar as casas da gente, que a gente não ia poder está livremente... A gente pensava isto. É porque a gente ouvia falar que era de todo canto, de lugares perigosos, da Maravilha por exemplo. O pessoal da Maravilha é perigoso e quando a gente ouviu falar que era o pessoal da Maravilha, então a gente imaginou: ‘Nossa este pessoal vai sair em bando, vai sair em grupo, vai sair assaltando e a gente não vai poder sair mais a pé, como a gente saía de casa para ir ao supermercado, para uma farmácia’. (Vilma, 50 anos, moradora do entorno).

O medo e a rejeição são afetos que comumente impossibilitam identificar experiências que transpõem a violência nos universos da população de renda reconhecida como inferior. Segundo Santos (2007), somos chamados a pensar a violência, principalmente nestes espaços, que nos impedem de compreender outras formas de organização e de solidariedade.

A experiência relatada por dona Maria, moradora do CRPU, procedente da Maravilha, casada com seu José há 53 anos, mãe de dez filhos, em uma das conversas informais, durante ocasião das observações participantes, revelou a dimensão humana presente neste universo de moradores.

Um dia sai com os meus filhos menores, nesta época minha filha mais nova tinha 4 anos. Nós saímos para caçar lenha lá por perto mesmo da Maravilha, no meio dos matos, porque eu cozinhava no fogão à lenha. Ai ouvi uma coisinha se mexendo e algo parecido com um miado. Pensei que fosse um gato, mas ‘seu’ Pedro disse: É uma criança. Quando cheguei perto, ela estava lá, só de camisinha e um paninho por cima, dentro de uma caixa de papelão. Me tremi toda, peguei aquela criança no colo e criei. Meus filhos dizem que gosto até mais dela, eles dizem brincando, porque sabe que gosto de todos. (Maria, 69 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

“Mas não era para colocar isto [CRPU] aqui pra perto da gente não”, insiste ainda dona Josélia, moradora há mais de 40 anos – “40 + 2”, como ela mesma conta, e tem para isto seus significados em 42 anos de coexistência no bairro Vila União. Apesar de ter superado, em parte, seus medos, reconhece que é difícil coexistir de forma tão próxima com o outro *excluído/diferente*, em sua própria vizinhança.

Com suporte nos referenciais teóricos desta investigação, compreende-se que os antigos moradores, ao criar uma barreira territorial “psicológica” que os diferencia do “outro”, sobretudo, por ele “ter certa fama”, estão defendendo sua identidade social.

Eu acho que é mais o estigma, entendeu? É claro que tem [assaltos], mas eu saio meio dia, 3 horas da tarde, eu ando tudo por aqui. Já no bairro da mamãe [bairro de Fátima], eu fui assaltada três vezes. (Fátima, 48 anos, moradora do entorno).

O estigma é o princípio que diferencia um sujeito que poderia ser aceito em qualquer círculo de relações sociais e, no entanto, por possuir determinadas características, faz com que outros se desviem dele. (GOFFMAN, 1988).

Pesquisas nesta mesma direção parecem confirmar tais suposições, a exemplo da Favela do Canal das Tachas, Rio de Janeiro, por Maiolino (2008). Em seu estudo sobre conflitos e subjetividade em espaços urbanos, essa autora verificou que, enquanto os moradores do Canal das Tachas estavam na “favela”, não “atrapalhava” o seu entorno; no entanto, desde a mudança para uma área próxima às suas antigas moradias, quando passaram a ocupar um conjunto habitacional – também construído por um programa de melhoramento urbano e inclusão social – que se localiza nas proximidades de residências de padrão social mais elevado, estes moradores passaram a ser estigmatizados.

Outros olhares para o entorno

Observando o entorno, constatei a Favela do Trilho, situada em frente ao CRPU, no lado oposto à avenida Borges de Melo. A constituição desta favela ocorreu ,progressivamente, ao longo do tempo, entrelaçada com a história de vida dos seus habitantes. Talvez este seja um indicativo que sinalize a coexistência de forma mais “naturalizada” entre eles e os moradores do seu entorno.

Paugam (2003) esclarece que quando a pobreza é integrada ao conjunto da sociedade, ou seja, quando tratada de forma “banalizada”, ela não é discriminada, nem estigmatizada.



Figura 14. Residências da Favela do Trilho, em frente ao CRPU.

Quiçá o estigma atribuído ao CRPU possa explicar o episódio por mim vivido durante a observação sistemática em campo. Ao fotografar a Favela do Trilho, não recebi nenhuma advertência, no entanto, ao me aproximar das mediações do CRPU, alertas como “Cuidado, podem levar a sua máquina!” “Saia daqui; aqui é perigoso!”. Eles foram emitidos por um senhor moreno de meia idade, transitando em uma bicicleta; por uma senhora residente no próprio local do entorno, e por um jovem que passava dirigindo um carro.

Quando eles [os moradores do CRPU] vieram para cá, nós nos assustamos, achávamos que ficaria mais perigoso, já que aqui é um bairro calmo e por causa deles aqui iria ficar perigoso. Eu acho que ficou da mesma forma como antes. (Laís, 23 anos, moradora do entorno).

O relato de Laís parece retratar imagens feitas por místicas sociais que reforçam a imaginação, conforme esclarecido anteriormente. Tratar o “outro” como “classe perigosa”, configurando-o pelo viés da “negatividade” e “criminalidade”, pode torná-los socialmente como “passíveis de eliminação”. (CALDEIRA, 2000). Esta é uma das faces da “crueldade humana”. (ARENDDT, 1989).

Esta concepção reforça a segregação socioespacial tão evidenciada nos dias atuais. Ela intensifica os isolamentos em casas e condomínios fechados, em carros blindados e em *shopping center*. São atitudes que reforçam o apartheid e fortalecem a intolerância ao

diferente. Estes são traços estabelecidos socialmente, que distanciam os sujeitos da *genericidade*, ou seja, do sentimento de pertencer ao gênero humano.

Distintos universos no bairro Vila União

Ao fotografar o entorno do CRPU, sou reconhecida por Gabriela, 26 anos, sobrinha de uma amiga que é também assistente social. Gabriela mora nas proximidades deste Conjunto Habitacional. Sua residência situa-se à rua engº Edmundo Almeida, em frente ao CRPU. Esta é uma rua que transcorre paralela à avenida Via Láctea. Entre ambas, encontra-se o muro da RFFSA que chamou minha atenção no primeiro encontro com o *locus* desta pesquisa, ao visitar o Espaço Vida; muros que demarcam a linha visível do trem e a invisível das desigualdades sociais existentes.

Trata-se, na verdade, de uma só via que por ser dividida por muros, recebe nomes distintos. Ambas seguem paralelas, revelando diferentes entradas para adentrar o mesmo universo dos moradores: o bairro Vila União.



Figura 15. À esquerda, margeando o CRPU, a av. Via Láctea. À direita, a rua engº Edmundo Almeida e as casas do entorno.

Tem o muro tanto à direita como à esquerda e o trilho que passa no meio. E a nossa avenida é esta daqui (apontando). Nós temos a nossa avenida que se chama Via Láctea. Tanto é que na construção houve muito debate sobre os nomes das ruas e nós escolhemos **os nomes dos planetas de nosso universo**. Assim se chama Rua Urano, Rua Saturno, Plutão, Netuno e assim vai... até o Planalto Universo – o nome de nosso Conjunto Residencial. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia.

Segundo Rossana, moradora do CRPU, a escolha dos nomes foi uma iniciativa da equipe que executou o programa de assentamento social. Este é um aspecto relevante na elaboração da identidade de lugar, iniciativa que favorece a apropriação do espaço.

Não sei se vocês se lembram do dia em que escolhemos os nomes de nossas ruas, lembra D. Maria? (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Um acontecimento tão significativo na vida dos habitantes é quase impossível esquecer, não é dona Maria? Foi o que pareceu indagar a moradora. Como esquecer o momento da escolha dos nomes das ruas e avenidas do lugar das novas residências? É o que pensei quando escutei a indagação da moradora Rossana.

Aqueles que voltam o olhar cuidadoso para o seu entorno e ultrapassam os limites impostos pelos muros, concretos e imaginários, constataam a lógica da denominação deste conjunto, conforme anuncia a narrativa da jovem Laís, moradora do entorno do CRPU:

Cada rua do CRPU é o nome de um planeta: Rua Satélite, Rua Urano, Rua Plutão, Rua Mercúrio... **O nome dos planetas de nosso universo.** Por isto é que se chama Planalto Universo. (Laís, 23 anos, moradora do entorno).

– “Ah! E como você sabe disso?” Esta foi a indagação feita em conjunto pelos demais vizinhos do CRPU, para quem aquela comunidade é conhecida como “moradores do Carandiru”. É a própria jovem Laís quem esclarece: “Porque tem lá as plaquinhas nas ruas e quando você passa você vê”.

Os destaques em negrito nas narrativas, tanto da moradora do entorno, Laís, quanto daquela do CRPU, Rossana, foram formulados por mim por sugerir as suas falas que somos todos moradores do mesmo universo, seres espaciais e afetivos de um mesmo universo, em constantes movimentos e repousos. (SPINOZA, 2008).

Afetos decorrentes da denominação “moradores do Carandiru”

Enquanto fotografava o entorno do CRPU, ocasião em que fui identificada por Gabriela, sobrinha da minha amiga assistente social, esclareci os objetivos da pesquisa, e examinei se conhecia ela algum dos moradores da comunidade ao lado. “Os moradores daí do Carandiru?” – perguntou-me de imediato, em forma de resposta.

Sua resposta realçou o sentimento de indignação expresso nas narrativas dos moradores daquele conjunto residencial em relação ao estigma vivenciado, conforme relatou Léa:

Com três meses que a gente estava aqui eu e minha colega fomos fazer umas compras para a nossa casa nova. Fomos lá ao centro da cidade para fazer com o cartão... Aí o rapaz disse: ‘Onde é que vocês moram?’ Aí a gente disse: ‘No Vila União, Planalto Universo’. Ele disse: ‘Ah, lá no Carandiru, é?’ Desse jeito mesmo... Com três meses, três meses! (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O relato de Léa mobilizou todos os participantes do grupo focal. Muitos falaram ao mesmo tempo, entretanto, o brado angustiante manifestado no questionamento impactante de Maria de Jesus sobressaiu, chamando a atenção de todos: “Desse jeito? Lá no Centro?” - perguntou indignada e incrédula a moradora deste universo. De imediato, Léa confirma: “Sim, na praça do Ferreira, com três meses. Deste jeito mesmo. Lá na praça do Ferreira”.

A gente sofre muito preconceito... O pessoal da [avenida] 13 de Abril dizia que os flagelados vinham para cá, que a imundice ia começar. Chama a gente de *CARANDIRU*. Muita gente daqui do bairro chama a gente assim. Gente que mora num lugar pior, que Deus me livre morar num lugar daquele. *Cidade de Deus* também chamam aqui. (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O sentimento percebido nas narrativas dos moradores do CRPU é esclarecido por Wacquant (1997): o caráter segregador do *estigma territorial* constitui *purgatórios sociais* e provoca sentimento de vergonha e indignação em seus moradores.

– Muitas vezes quando vamos pedir a entrega de água ou gás, e a gente vai falar: “É para entregar no Planalto Universo”. O rapaz diz: “Planalto Universo? Aonde é?” O outro cutuca e diz: “No Carandiru!” Aí... (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

– Aí, eu morro! Morro de vergonha! (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU).

“Aí, eu morro! Morro de vergonha mesmo!” – complementa Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU. O sentimento de vergonha e indignação expresso por esta moradora do CRPU sintetiza a fala de muitos que narraram seu sofrimento diante de tal vivência. Como explica Sawaia (2007), “morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade. O corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência de órgãos, mas social e ética”. (P. 101).

A narrativa da moradora Maria de Jesus sugere a citação da obra brasileira *Cidade de Deus*¹⁰, que aborda, de forma similar, os afetos vividos pelos moradores de um conjunto habitacional do Rio de Janeiro. As transformações sociais vividas por estes moradores fazem que se pensem as mudanças provocadas nos espaços urbanos decorrentes da relação inclusão/exclusão social, conforme relata seu autor (LINS, 1997):

É necessário dizer isso [evidenciar tais experiências] para evitar estereótipos que confundem favelados com marginais. Embora ambos convivam em situações muitas vezes sub-humanas, de forma miseráveis e de exclusão, nem todos reagem da mesma forma a essa privação.

Como salientado por Paugam (2003) e Caldeira (2000), acentuadamente nos dias atuais, trata-se o “outro” – o favelado, o morador de periferia ou de conjuntos habitacionais – como “estrangeiros” à ordem instalada, tornando-o “classe perigosa”. Quando estes moradores são percebidos como socialmente ameaçadores, tornam-se passíveis de eliminação, parecendo significar que a exclusão social alcança valores culturais discriminantes, ela inclui a perda de vínculos afetivos, esgarçando o tecido social e o sentido de solidariedade.

“Mas de onde vem mesmo esse apelido de Carandiru?” – perguntou curioso o senhor José, morador do CRPU, procedente da Maravilha, quando da observação participante. Na percepção dos moradores do CRPU, tal apelido partiu de algum lugar do outro lado do muro, conforme informou Lenita, moradora do CRPU, oriunda da Lagoa do Opaia, durante o encontro do grupo focal.

Aquele pessoal que tem os apartamentos ali por detrás do muro colocou esse apelido em nós... (Lenita, 25 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Quando indaguei aos moradores do entorno do CRPU sobre o possível entendimento para esta denominação, eles responderam:

Eu acho, está entendendo? Que é assim: quando no início botaram muitas favelas, e como a gente sabe que em favela tem muita violência e o Carandiru é um bairro que abriga... É uma prisão, né? Aí associaram a isto. (Fátima, 48 anos, moradora do entorno).

¹⁰ Obra literária de Paulo Lins (1997), que inspirou criação do filme dirigido por Fernando Meirelles (2002).

Aos marginais, né? Ao preconceito. O presídio Carandiru está cheio de marginais, marginais de alta periculosidade, então associam o pessoal da Maravilha a marginais. (Vilma, 50 anos, moradora do entorno).

O sofrimento mediado pelas injustiças sociais suscita dor psíquica, principalmente a dor que surge de situações socialmente constituídas e impostas, que é a de ser tratado como inferior e sem valor, no caso, como criminoso de alta periculosidade. Este sentimento é denominado por Sawaia (2007) como *sofrimento ético-político*. “Ele abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas e se qualifica pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, na relação face a face ou anônimo”. (SAWAIA, 2007, p. 104).

Tal sofrimento pode ser vivenciado de forma diferenciada, existindo aqueles que convivem com ele de maneira amenizada e outros que o negam. Nuanças identificadas nas expressões dos moradores do CRPU, durante os grupos focais:

A minha vizinha que diz assim: ‘Ah eu moro no Carandiru, no pavilhão 64, cela 11’. Ela ainda brinca com isto. (Elen, 36 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O apelido Carandiru não foi por conta de violência é devido os modelos dos apartamentos. Aí os jovens quando veio visitar o CRPU na época da construção disseram: “Isto aqui é a Cidade de Deus, é só olhar para lá e vão ver um monte de calcinhas e cuecas penduradas”. Hoje eu vejo assim, não é por maldade não, eu não tenho vergonha não. (Rossana, 56 anos, moradora CRPU/Lagoa do Opaia).



Figura 16. Imagem de roupas estendidas nos varais e janelas dos apartamentos do CRPU.

Há ainda aqueles que sugerem como conviver com ele: “Se eu for brigar é pior. O apelido só pega se você brigar”, como relata Dayse, 63 anos, moradora do CRPU. Acreditando ou não no aforismo, ou ainda lidando com ele por meio do humor, o que de fato se percebeu nas falas dos moradores do CRPU foi que predomina o sentimento de vergonha e indignação por tal discriminação:

Ah, mas eu tenho vergonha sim! Muita vergonha mesmo. Eu digo logo indignada: ‘Você não sabe do nome não?’ Porque eles fazem isto rebaixando, só porque a gente mora num lugar simples. Eu acho isto uma coisa muito ruim, muito errada. (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Ai gente, eu concordo com a D. Maria. Eu também tenho vergonha. A gente não vai comprar briga com ninguém, mas que prevaleça isto: “Não, eu não moro no Carandiru, eu moro no Planalto Universo”. Isto para a gente manter o respeito. Não é porque a gente é pobre que... né? (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O que deixa em aberto a narrativa reticente da moradora Sandra? Teria tal narrativa se envergonhado de revelar tamanha humilhação? Será que caminham de mãos dadas a vergonha e a indignação neste universo de moradores?

Parece que nas narrativas dos moradores do CRPU, sintetizada no relato de Sandra, o sentimento de vergonha ali expresso não está a serviço do reconhecimento de uma regra social. Ele sugere caracterizar um instrumento da relação de desigualdade social, o que é contrário à vergonha que surge no âmbito das fronteiras da ruptura da regra social que

regula a dimensão pública. A vergonha expressa pelos moradores do CRPU revela um jogo de poder em que o sujeito em estado de pobreza e excluído socialmente vivencia um “vale menos” como experiência totalizante, constituído por critérios sociais. (MARTINS, 1997).

O poder da dominação se mantém, quando se trata de um sujeito envergonhado. É deste sentimento que ele se alimenta. Mesmo que se verse de uma situação de desqualificação, ele invade de tal forma que o sujeito envergonhado acredita, de fato, valer menos. (SPOSATI, 2006). Tal aspecto nutre os processos de exclusão social e acentua a dimensão do sofrimento ético-político, daí a vontade expressa por dona Maria de Jesus - moradora do CRPU: “Prefiro morrer!”

Sposati (2006) garante que é preciso ter sensibilidade para reconhecer a importância da “diferença”; ela é um instrumento de requalificação da igualdade. A “diferença”, quando mesclada com a equidade social, possibilita entender os limites da homogeneidade, no entanto, passa a ser um instrumento perverso quando é fator de separação, rejeição, desqualificação, discriminação, estigmatização.

As diferenças sociais entre os moradores do Universo

As diferenças sociais entre os moradores provenientes da Lagoa do Opaia que passaram a habitar o mesmo conjunto residencial, em única tipologia habitacional, foi um aspecto que chamou minha atenção durante este estudo. Estas diferenças, apresentadas anteriormente nas imagens da Figura 9, não foram evidenciadas nas falas dos moradores do CRPU. Eles se restringiram a destacar as diferenças sociais entre eles e a população do seu entorno. Perguntava-me por que elas não eram mencionadas em seus relatos. Durante encontro do grupo focal, esta questão parece ter sido esclarecida no diálogo dos moradores do CRPU, procedentes da Lagoa do Opaia:

– Rossana (56 anos): Eu do meu lado não sentia diferença lá na Lagoa do Opaia não, do meu lado não tinham essas diferenças entre a gente não.

– Muitos: Não tinha não.

– Maria de Jesus (68 anos): Mudou sim, tem gente aqui porque tem uma casa bonita, pensa que é o dono da situação. Diz que aqui estamos de favela. Eles dizem: ‘É uma favela feia ali’. Tem gente até que diz que tem muita casa aí para vender, o pessoal quer sair dali porque mora perto da gente aqui.

– Sandra (41 anos): Eu acho assim, como D. Maria falou, eu acho porque você está aqui no meio... como ela falou... você olha para lá, tem os prédios bonitos... e o nosso prédio aqui é feio né? Tem os prédios do bairro de Fátima... E as pessoas discriminam a gente. Coisas que lá na Lagoa era tudo...

– Muitos: Lá era tudo igual...

– Rossana (56 anos): Eram tudo pessoas do mesmo nível. Nós tínhamos, vamos supor que nós tínhamos a média, né? A baixa e a média. E aqui nós temos a baixa e a alta, né?

– Sandra (41 anos): Quer dizer... Isto porque... porque nós não somos baixa, eles que nos colocam a gente baixa, né? Eles que se acham alto... Mas...

– Silêncio.

“Como pode, no silêncio, tudo se explicar?” Poderia a estrofe de uma canção¹¹ sintetizar o significado deste silêncio? A análise feita pelos moradores do CRPU talvez esteja sugerindo que, para enfrentar tamanha discriminação, provinda dos moradores do entorno, foi preciso “não realçar” as diferenças internas e, com isto, fortalecer a identidade grupal para enfrentar coletivamente o estigma vivenciado.

Rossana, moradora do CRPU, rompeu o silêncio e retomou a palavra. Tomada por seus afetos, exemplifica o estigma social vivido no cotidiano da coexistência.

Por exemplo, é como ela falou, quando acontece qualquer coisa... é uma coisinha a mais... Aí falam assim: ‘Ah, é aquele povo lá favelado do Carandiru!’ A minha mãe mesmo era uma que não tinha sossego quando eu vim para cá. Ela dizia: ‘Menina aconteceu tiroteio, aconteceu isto e aquilo lá no Carandiru?’ Aí eu dizia: ‘Mamãe, como é que pode? Eu que moro lá não vi nada disso? Não aconteceu isto lá não!’ É porque tudo que acontece aqui nos arredores, aqui por perto, dizem logo que foi a gente. Então, por exemplo, na semana passada, e isto eu presenciei, foi lá em frente da borracharia, depois daquele buraco no muro, onde a gente passa. Lá assaltaram uma senhora. Foi um movimento, todo mundo correndo... Ela passou mal e o pessoal do lava-jato socorreu e tudo mais... Aí o pessoal lá de cima do prédio falou: ‘Correu lá para o Carandiru! É o pessoal de lá. Não, depois que estes favelados chegaram...’ (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

¹¹ Estrofe da letra/música Cangote - CD Vagarosa da cantora e compositora paulistana Céu (2008).



Figura 17. Muro da RFFSA que limita CRPU e entorno.

Léa interrompe a fala de Rossana, esclarecendo que “muitas vezes nem são os moradores do CRPU”, mas é Rossana quem faz questão de concluir seu relato: “E não era mesmo! Até porque os assaltantes estavam de moto e vi tudo e vi quando os assaltantes da moto fugiram pela avenida Borges de Melo, além do mais a gente conhece os moradores do CRPU”.

Como ela mesma fala: o bom aqui é que são todos conhecidos. Toda hora que você se encontra na rua é sempre um conhecido. Você está sempre segura. ‘Ah! Eu conheço aquele ali... Não vou ficar aqui... Ah não, aquele ali eu conheço...’ Você não tem tanto medo. Você não se sente sozinha. Não se sente só, porque a toda hora você está encontrando um conhecido do mesmo bairro. Embora você não tenha contato, nem aquela amizade toda, mas você conhece. Por exemplo, você conhece a pessoa que mora aqui. (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A narrativa de Sandra parece também denotar a importância da força da integração entre as vizinhanças, aspecto fundamental para o equilíbrio instável do poder onde a estigmatização é uma arma significativa nas tensões decorrentes das relações inclusão/exclusão social.

As diferenças sociais entre os moradores provenientes da Lagoa do Opaia são ainda minimizadas pela experiência da convivência diária edificada no antigo local de moradia quando os moradores compartilhavam o sofrimento comum provocado pela ameaça das águas da Lagoa em suas diferentes tipologias habitacionais. Este aspecto parece ter contribuído para fortalecer o vínculo afetivo entre eles. A coesão criada para enfrentar o período chuvoso pode ter favorecido a tolerância ao outro, ao vizinho diferente; tolerância

exercitada na prática solidária, principalmente, em situações emergenciais, conforme relata Rossana:

Eu era uma que tive a condição de abrigar muitos na minha casa. Ela era grande também como a da D. Maria. A minha casa tinha 12 compartimentos. A minha área lá no meu quintal moraram várias famílias, porque quando chegavam esses invernos assim pesados... Quando deu aquela grande chuva, lembra? Eu socorri muitas pessoas. Hoje quando está chovendo assim eu digo: 'Meu Deus como tu és maravilhoso'. Porque as pessoas que eu conheci lá viviam praticamente no meio da lama, passando os dejetos na porta. E hoje todo mundo quentinho, bem abrigado, não tem ninguém correndo da chuva. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A experiência relatada pela moradora Rossana mais uma vez reforça a importância de se manter os vínculos sociais estabelecidos ao longo das histórias constituídas nos locais de moradias. Estudos revelam que, em situações emergenciais, as pessoas em vez de buscar assistência social estatal, contam de imediato com a rede social composta por familiares, amigos e vizinhos, constituída ao longo da coexistência. (SOCKZA, 2005). Este aspecto parece ter sido considerado na execução do Programa de Melhoramento Urbano ao reassentar os moradores da Lagoa do Opaia, conforme evidenciou Rossana no relato a seguir.

O programa deu prioridade a gente continuar no mesmo bairro e escolher nossos vizinhos. O bom aqui é que são todos conhecidos e toda hora que você se encontra na rua é sempre um conhecido. Você se sente segura, não tem tanto medo. Você não se sente tão sozinha, porque a toda hora você está encontrando um conhecido, assim do mesmo bairro. Embora você não tenha aquele contato, mas você conhece e pode contar com ele. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

A ambiência no Universo dos Moradores

A ambiência é apreendida na cotidianidade do universo compartilhado, por meio dos objetos e eventos vividos em conexão com um todo que envolve uma unidade que dá sentido; sujeito e universo não estão dissociados. Esta definição de Thibaud (2004) clareia a compreensão dos sentimentos expressos pelos moradores do CRPU.

Dizem que o pessoal quer sair dali porque mora perto disto aqui. Diz que isto aqui é uma favela. Que nós estamos de favela... E favela perigosa! (Maria de Jesus, 68 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Tem gente até que diz que tem muita casa aí por detrás do muro pra vender. Quando a gente vai ao supermercado a gente só vê as placas de vendas nas casas. Tem muitas casas por aqui por perto de nós para vender. São as casas boas de lá por detrás do muro. É verdade, dizem que estão para vender por causa de nós. (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).



Figura 18. Residências do entorno do CRPU expostas à venda.

“As situações formam as unidades básicas de todos os tipos de experiência e podem ser definidas como um mundo ao redor vivenciado”. (DEWEY apud THIBAUD, 2004, p.350). Ela é percebida por intermédio da ambiência que tanto pode aumentar como reduzir a potência de ação ao dispor os sujeitos numa situação física e emocional peculiar.

Se a ambiência é apreendida na cotidianidade do ambiente constituído, nos fenômenos sensoriais e nas ações contínuas, onde se percebe que se está sempre em algum lugar exposto ao entorno, sendo parte de um movimento completo que expressa e condiciona o modo como os sujeitos se comportam e agem coletivamente (THIBAUD, 2004), como se sentem os moradores diante desta situação?

Dá uma coisa ruim na gente... porque dizem que estas casas estão para vender por conta de nós. (Léa, 40 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Percebe-se que muitas casas, quando não expostas à venda, estão elevando seus muros ou instalando cercas elétricas, conforme revela a figura 18 a seguir.



Figura 19. Quando não expostas à venda, os muros são elevados.

A chegada dos novos moradores da segunda etapa do CRPU – provenientes da Maravilha

Três anos após a chegada dos 504 moradores da primeira etapa do CRPU, oriundos da Lagoa do Opaia, passaram a fazer parte da paisagem existencial deste universo habitacional 144 novos moradores, provindos da Maravilha; eles passaram a compor a cena da segunda etapa deste conjunto residencial.

A nova figuração criou divisões internas entre os moradores da primeira e da segunda etapa do CRPU. Então, se constituíram dois territórios distintos no mesmo conjunto residencial: o Planalto Universo 1 e o Planalto Universo 2, conforme narrou Sandra:

É porque o povo daqui se considera assim: o Planalto Universo 1 e o Planalto Universo 2. Que no caso, 1 somos nós e o 2 são eles [se referindo aos moradores procedentes da Maravilha]. (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Esta divisão, salvaguardando as devidas proporções, da mesma forma, passou a ser discriminante no ambiente interno do CRPU. Os antigos moradores da primeira etapa, assim como foram estigmatizados por aqueles do seu entorno, passaram, desta feita, a estigmatizar os moradores da segunda etapa, vindos da Maravilha. Os moradores da primeira etapa atribuíram aos novos moradores da segunda etapa o termo desqualificante de *favelado ou drogado*. Assim como, da mesma forma, a área residencial habitada por eles passou a ser pejorativamente chamada de *Favela Portelinha*¹².

O aspecto inovador nesta observação é que entre os moradores do CRPU, em si, não há acentuada diferença social, como foi identificado no processo anteriormente vivido entre os moradores da primeira etapa e aqueles do seu entorno. Ao contrário, há muita semelhança entre os novos e antigos moradores do CRPU: eles são procedentes de área de risco, sujeitos de direito de um programa de melhoramento urbano e inclusão social, suas tipologias habitacionais eram similares às que predominavam na Lagoa do Opaia - casas precárias em áreas alagadas e construídas de forma desordenada. Eles possuem baixa escolaridade e o nível de renda é similar – muitos têm ocupações diversificadas no mercado formal e informal, alguns deles, tanto da Maravilha quanto da Lagoa do Opaia, vivem da catação de lixo. E eles são vistos pela população do entorno como “moradores do Carandiru”, sem distinção entre ambos.

Há, porém, um aspecto que diferencia os moradores da primeira e segunda etapa do CRPU. Este se refere ao tempo de chegada ao novo local de moradia. Esta é menção fundamental quando se compreende que tempo e espaço são referências vitais do humano. Segundo Korosev, “o sentimento de possuir e gerir um espaço, independente da propriedade legal, ele ocorre por uso habitual ou por identificação”. (Apud POL, 1999, p. 45).

Percebeu-se desta maneira que, com a chegada dos moradores da segunda etapa, após três anos de instalados os moradores da primeira etapa, o alvo do “*outro*”, do “*diferente*” se repete no cenário interno do CRPU. Desta feita, entre “iguais” socialmente. Os novos e antigos moradores deste conjunto residencial vivenciam entre si a mesma experiência discriminante, conforme exposto em Rossana:

Eu já não conheço os novos moradores. Lá é muito afastado. É porque lá tem uma certa diferença... Já é mais afastado, é lá na frente. Chamam eles de Portelinha, por causa da novela *Favela Portelinha*. Lá é mais afastado, já tem

¹² Termo decorrente da favela veiculada, em 2007, pela Globo na novela intitulada *Dois Caras*.

outros costumes, né? Entende? (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).



Figura 20. À esquerda os blocos da Maravilha, em construção, ao lado dos antigos blocos do CRPU, à direita.
Foto: Ano 2007.

Em termos de espacialidade física, a área onde estão localizados os novos blocos é a mesma que abriga as antigas unidades habitacionais, separadas apenas por uma via pública, como as demais ruas que compõem o CRPU.



Figura 21. À esquerda, a área habitada pelos moradores da Maravilha. À direita, a área habitada pelos moradores da Lagoa do Opaia.
Foto: Ano 2009.

A distância que prevalece, contudo, é definida pelos antigos moradores como “*é mais afastada, é lá na frente*”. Esta distância foi observada de forma diferente na narrativa de uma antiga moradora do CRPU, por ocasião das observações sistemáticas, quando ela se referia aos serviços de transportes utilizados.

A avenida 13 de Abril é paralela à Borges de Melo. A gente pode pegar ônibus tanto na 13 de Abril quanto na Borges de Melo. Elas são paralelas e próximas. A 13 de Abril é esta aqui pertinho [apontando]. Aliás, tudo aqui é pertinho. (Lenita, 25 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).



Figura 22. CRPU - Blocos de apartamentos localizados na avenida 13 de Abril.

Os blocos dos apartamentos residenciais destinados aos moradores procedentes da Maravilha situam-se, em sua maioria, na avenida 13 de Abril, avenida que, segundo a moradora Lenita, é próxima, porque “tudo é pertinho” no CRPU. Na opinião de Rossana e outros residentes entrevistados, no entanto, “lá é mais afastado” e possui “outros costumes”.

Os “outros costumes” são sinalizados como aspectos que diferenciam os antigos e novos habitantes do CRPU. O que são, porém, os costumes dos novos moradores? Rossana esclarece:

Assim, lá rola coisas mais pesadas. Aqui havia droga, mas havia aquele usuário. Mas não o traficante. Havia aquele que fuma e diz: eu fumo para me distrair. A questão é que agravou mais, né? Não tinha aquela coisa de agressões e destruir, que hoje é tão banal como é. Toda hora a gente vê os adolescentes se drogando, fumando, agredindo, roubando... tudo. Não era assim, tão assim, tão exposto, né?

Hoje está mais exposto, mais avançado. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Este relato se contradiz entre os próprios moradores. Por parte de alguns, percebeu-se a negativa desta afirmação, conforme anuncia o diálogo de Léa e Elen, moradoras da primeira etapa do CRPU.

– Léa (40 anos): Quando nós viemos para cá, muitos drogados vieram... Aqui já tinha...

– Elen (36 anos): É aqui também já tinha. Quando eles [moradores procedentes da Maravilha] vieram para cá, aqui já tinha muita drogas...

– Léa (40 anos): Aqui também tinha muita droga. Não só o drogado, mas havia o traficante também.

Estas narrativas comungam com as descrições de Maroca – ex-moradora do CRPU. Ela ocupava uma das habitações da Lagoa do Opaia (comunidade Ouro Verde, área de preservação ambiental). Ela residiu no CRPU durante aproximadamente dois anos: de 2004 – início das transferências dos moradores da primeira etapa, até 2006, antes da chegada dos moradores procedentes da Maravilha, que aconteceu em final de 2007. Ela esclareceu os motivos que a levaram a tomar esta decisão de voltar a morar na Comunidade Ouro Verde.

Quando eu cheguei lá [no CRPU] minha filha mais nova tinha 17 anos. Aí eu disse: ‘Não, não vou criar minha filha neste meio não’. Eu morei aqui nesse Ouro Verde durante muito tempo e eu digo que aqui nunca foi área de risco. Inventaram de tirar essas casas para misturar com gente que não prestava. Porque ali [CRPU] tem uma mistura de quem que presta e não presta. A gente botando numa peneira tem pouca gente que presta. Por isso saí de lá... ‘Me inclua fora disso’ – foi o que eu disse. (Maroca, 42 anos, ex-moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Maroca optou por se “excluir” deste Universo, aliás, decidiu “se incluir fora dele” (sic). As palavras de Maroca, ex-habitante deste universo, revelam a condição da impossibilidade de romper o par indissociável inclusão/exclusão. “Me inclua fora disto” realça as contradições da relação inclusão/exclusão social e aponta a falácia da existência fora do social; social embebido de afetos (sentimentos e emoções), sendo a afetividade um dos componentes de sua dinâmica – e é ela quem dá o tom da relação.

A figuração dos moradores da segunda etapa do CRPU – procedentes da Maravilha

A distinção entre Planalto Universo 1 e 2, sinalizada pelos moradores da segunda etapa do CRPU, justificaram a aplicação de um grupo focal específico junto aos habitantes da primeira etapa, procedentes da Maravilha, assim como exigiu visão mais atenta para o espaço residencial destinado a estes novos moradores.

Em meio ao percurso da observação sistemática, constatei que as vias públicas reservadas às novas residências no CRPU não possuem “os nomes dos planetas do nosso Universo”, como havia identificado o olhar sensível da jovem Laís, moradora do entorno. O novo cenário é constituído apenas por duas travessas, cujos nomes são: Travessa Maravilha e Olga.

A escolha dos nomes destas travessas parece sugerir o sentimento de saudade do antigo lugar e vizinhos, registrado tanto na denominação da comunidade como pela figura de Olga, uma das antigas moradoras pertencentes às 606 famílias da Comunidade Maravilha que, a semelhanças dos moradores da Lagoa do Opaia, também foram contempladas por um programa de melhoramento urbano e inclusão social.

Estas famílias residiam às margens do canal do Tauape, área considerada de risco. Elas integraram a obra do Projeto Complexo Maravilha¹³ que, além da urbanização do lugar, previu a construção de 606 unidades habitacionais, em três diferentes etapas: 174 constituídas no Conjunto Residencial N. S. de Fátima - ao lado da Rodovia BR 116; 144 compuseram a segunda etapa do CRPU; e 288 foram edificadas na própria comunidade, após remanejamento das antigas famílias.

Diferente dos moradores da primeira etapa, procedentes da Lagoa do Opaia, área de risco e preservação ambiental localizada no próprio bairro Vila União onde foi instalado o CRPU, os habitantes da segunda etapa são originários de outro bairro, o São João do Tauape - situado, como já mencionado, há aproximadamente dois quilômetros do CRPU.

O deslocamento para outro bairro, além do rompimento do vínculo estabelecido com antigos vizinhos, talvez reforce o sentimento da saudade, afeto tão presente nos moradores provenientes da Maravilha. Este afeto foi expresso com maior frequência pelos

¹³ Trata-se, desta feita, do Projeto Complexo Maravilha, obra atendida por meio do Orçamento Participativo (OP) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que investiu R\$ 19,9 milhões e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o referente a R\$ 6 milhões. Além das moradias entregues em três etapas, o Projeto dota o complexo habitacional de infraestrutura de saneamento básico, creche-escola, posto de saúde e centro de convivência, e recupera o canal do Tauape.

moradores da segunda etapa do CRPU, durante a realização do grupo focal, conforme contido na narrativa de Lourdes a seguir:

Com toda bala, com todas as coisas, eu não me esqueço da minha Maravilha. É muito boa. Boa assim: está certo que aqui é muito tranqüilo, e está certo que minha casa entrava água quando chovia e a gente ficava tudo acordado, mas eu tenho saudade. Eu ainda não me acostumei. Eu não gosto desta morada não, gostava da minha casinha lá na Maravilha. (Lourdes, 72 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

A falta da sequência nas denominações de ruas com nomes relativos “aos planetas de nosso universo”, como foi percebido pela jovem Laís, moradora do entorno, e enfatizado em Rossana em meio às suas lembranças sobre a construção deste Universo, pode parecer um detalhe verificado durante as observações sistemáticas na nova área do CRPU. Ele revela, contudo, o rompimento na continuidade do espaço físico-afetivo, parecendo reforçar o que os moradores chamam de Planalto 1 e 2.

Aqui já tem outro pessoal que a gente não tem tanta intimidade e a gente estranha, né? Têm vezes que a gente não tem com quem conversar, porque a gente já estava acostumada com nossos antigos vizinhos. Por isso não acho bom aqui, porque colocaram a gente num canto que quase não tem ninguém conhecido. Tem gente que mora aqui que vieram de lá que eu nem conheço, nem conheço os que já moravam aqui. Por isso que eu estranhei tanto. Meus vizinhos de antiguidade nenhum vieram. (Francisca, 60 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Estabelecer vínculos é uma condição essencial do humano, sendo dele que decorre o afeto de se sentir pertencendo ao lugar. Segundo Giuliani (2004), o sentimento de pertença é produzido entre a dimensão do ambiente físico e do sujeito. Aspectos como “nossas avenidas e ruas tem o nome do nosso universo”, “aqui todo mundo se conhece” foram percebidos nos relatos dos antigos moradores do CRPU, no entanto, nas falas dos moradores da segunda etapa, o sentimento da saudade estava presente, sendo um afeto predominante.

Eu não me sinto bem aqui, apesar da casa ser melhor. Ao contrário, eu fico é triste, porque eu tenho é muita saudade de onde morava. Só moro aqui por causa dos meus filhos, porque a gente mora tudo no mesmo bloco. Mas eu tenho mesmo é vontade de morar na nova Maravilha, nos apartamentos que estão fazendo por lá. Eu tenho muita saudade de lá, só não vou para lá porque tenho uma certa idade e meus filhos moram tudo aqui. O jeito é se acostumar... (Lourdes, 72 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Estudos apresentados por Giuliani (2004) indicam que a transferência “forçada” de local de residência representa uma triste experiência pela perda de vínculos de vizinhança e uma interrupção no sentido de continuidade dos indivíduos. Ela envolve a fragmentação de dois componentes essenciais da identidade: identidade espacial e identidade de grupo.

Os relatos dos moradores do CRPU confirmam a importância de manter os vínculos de vizinhança. Foi lá que eles “moraram, casaram, tiveram filhos, netos e bisnetos”. Foram anos de convivência em que consolidaram seus vínculos afetivos e seu apego ao lugar.

Parece haver maior homogeneidade em termos socioculturais entre os moradores da segunda etapa do CRPU procedentes da Maravilha. Este aspecto foi percebido nas descrições de suas tipologias habitacionais, como esclarece Maria.

O bom de morar aqui é porque lá as casas enchiam. Lá a maioria era barraco. Eu cansei de não dormir com medo da água subir. Eu morava próximo ao paredão e a água entrava pelos dois lados. Eu chamava os meninos para poder me socorrer para eu poder sair. A água não, a lama preta, com rato, com cobra, com lixo, com tudo. Vinha tudo de uma vez. Este ano se a gente tivesse lá, a gente tinha morrido... (Maria, 69 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Por esta descrição, percebe-se que a condição existencial dos moradores da Maravilha se assemelha à realidade social da maioria dos moradores da primeira etapa do CRPU, em que predominava o estado de pobreza, conforme relembra Sandra, antiga moradora da Lagoa do Opaia.

Lá na Lagoa do Opaia eram uns barracos, era quase igual a um labirinto, né? A casa ficava nuns becos. Embora também tivesse casas boas, a maioria eram casas ruins. Aqui todo mundo se tornou gente. Aqui a gente tem um endereço, tem presença. Isto aqui é muito bonito, né? Aqui a gente é muito bem situada. (Sandra, 41 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Ao indagar aos moradores procedentes da Maravilha sobre os atuais vizinhos do CRPU, eles responderam:

Eu não tenho nada contra não, mas tinha um dizer que era os meninos da Maravilha que fazem muita bagunça e zoada aqui – era assim que eles falam. Aliás, uma pessoa que eu não sei nem quem é só escuto mesmo o boato, diz que eles vivem fazendo coisas, que arrancam plantas. (Lourdes, 72 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Aqui tem uma pessoa que acontece alguma coisa e ela liga logo para a polícia, para o ronda. A gente não sabe dizer quem é, mas logo aparece a polícia. Chamam aqui de Portelinha, diz que aqui é tudo favelado. Por causa disso que eu digo: aqui a gente não pode mais conversar, porque não sabe com quem está conversando. Enquanto que na Maravilha a gente já conhecia. Lá na Maravilha a gente sabia quem era bom, quem era ruim, a gente conhecia todo mundo. A gente não pode conversar muito porque não conhece ninguém, não sabe quem é bom e quem é ruim. (Maria, 69 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Esta descrição da figuração dos moradores da segunda etapa realça a noção de que os residentes da segunda etapa do CRPU passaram a morar em outro bairro, que as famílias reassentadas não possuíam muita aproximação em seu antigo local de moradia, que os laços de vizinhança foram rompidos, e que encontraram um grupo de antigos moradores já estabelecidos – vulnerabilidades estas que parecem ter favorecido a sua estigmatização.

A visão do Universo dos Moradores com base nas sinopses das configurações

Para compreender as configurações estabelecidas entre os distintos universos dos moradores – primeira e segunda etapas do CRPU e seu entorno – busquei sustentação teórica na obra *Os estabelecidos e os outsiders*, de Elias e Scotson (2000).

Trata-se, como esclarecido, de um estudo sociológico e histórico desenvolvido num povoado industrial da Inglaterra, com nome fictício Winston Parva, em final de 1959; ele possui profunda semelhança com a realidade pesquisada, junto aos moradores do Universo, no bairro Vila União, Fortaleza.

Usando o “Método de Análise e Sinopse de Configurações” – método explicativo em pequena escala de uma figuração para descrever as diferenças de poder entre duas comunidades claramente divididas embora relativamente homogêneas – Elias e Scotson (2000) compreenderam a sciodinâmica entre dois grupos sociais semelhantes que divergiam apenas no princípio da antiguidade em relação ao local de moradia.

O grupo estabelecido [incluído] tende a atribuir ao conjunto do grupo outsiders [excluído] as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoria anômica¹⁴. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se

¹⁴ Conceito durkheimiano relativo a estruturas sociais mais relevantes, estabelecendo correlações dos fenômenos dotados de regularidade. Os estabelecidos criavam uma imagem nômica de si mesmos e uma imagem anômica dos outros – os *outsiders*.

moldar em seu setor exemplar, mais nômico ou normativo – na minoria de seus ‘melhores’ membros. (Elias & Scotson, 2000, p. 22 – 23).

Esses autores assinalam as condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre o outro. Eles dão subsídio para entender as relações de poder entre grupos sociais, conforme expresso no relato de Rossana, moradora da primeira etapa do CRPU.

Aqui não tinha aquela coisa de agressões, de destruir - o que hoje se tornou tão banal depois da chegada dos “Moradores da Portelinha”. Toda hora a gente vê os adolescentes se drogando, fumando, agredindo, roubando... Não era assim, tão assim, tão exposto, né? (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Elias e Scotson (2000) evidenciam o deslocamento dos atributos associados às imagens anômicas – ou seja, a porção pior existente (como: violência, delinquência, desintegração) para o “outro”, o “diferente”. Este deslocamento sucede na relação de poder, e, quanto mais coeso o grupo, mais condições têm de exercê-lo.

Eles chamam atenção para a tendência em discutir o problema da estigmatização social como se fossem “questões pessoais”. Na verdade, acontece é que os sujeitos de um grupo estigmatizam o outro, não por suas qualidades singulares, mas por ele pertencer a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior. Desta feita, diferenciam o preconceito individual da estigmatização grupal, embora os relacionem entre si. Para discernir algo no plano subjetivo, afirmam eles, deve entendê-lo, percebendo-o, ao mesmo tempo, no plano grupal.

Os moradores do entorno já se encontravam estabelecidos no bairro Vila União, com situação social reconhecidamente mais elevada. Os residentes do CRPU assentados na primeira etapa continuaram morando no mesmo bairro e mantiveram, em sua maioria, os laços de vizinhança; condições que possibilitaram estabelecer um estilo de vida e um conjunto de normas próprio antes da chegada dos residentes da segunda etapa. Estes, entretanto, passaram a residir em outro bairro e, entre si, não possuíam muita aproximação no antigo local de moradia, o que implicou o rompimento dos laços afetivos, assim como encontraram um grupo de antigos moradores já estabelecidos no CRPU, há três anos.

Seguindo as pistas do método de Elias e Scotson (2000), acredito que o fluxo dos moradores do CRPU afetou o estilo estabelecido pelos antigos residentes do entorno, provocado pela “invasão de seu território” por sujeitos reconhecidamente em situação socioeconômica inferior. Este fenômeno “ameaçou” a imagem de “boa sociedade”,

estabelecida historicamente num bairro considerado área nobre na Cidade. Fátima, uma das habitantes do entorno, esclarece, dizendo: “Quando você mora perto de uma favela, todo mundo é ladrão, entendeu?”. Seu relato parece reforçar a necessidade de se diferenciar do “outro”, estabelecendo distância por meio da estigmatização “morador do Carandiru”.

Acompanhando as pistas, creio ainda que a configuração estabelecida entre o Planalto Universo 1 e 2, ou seja, entre residentes socialmente semelhantes entre si, parece significar que a vinda dos moradores da “Favela Maravilha” intimidou o *status* adquirido pelos moradores da primeira etapa, quando do nivelamento pela porção melhor (caráter nômico). Este nivelamento parece explicar que: para enfrentar o estigma atribuído pela população do entorno, foi preciso evidenciar o *status* social pela “inclusão” da coletividade, conforme esclarece Rossana:

Aqui todo mundo virou gente. Aqui tem um endereço, isto aqui é bonito. Aqui é bem situado. Aqui não se ganhou só a casa, mas condições para virar gente. (Rossana, 56 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Relacionando as observações percebidas na formação das sinopses das configurações deste complexo universo e as articulações dos significados dos afetos expressos pelos sujeitos que ali residem, foi possível entender os afetos predominantes evidenciados nos relatos dos moradores do entorno: o medo e a rejeição, decorrentes da “ameaça” de romper a imagem de “boa sociedade”, constituída historicamente. Por outro lado, a vergonha e a indignação foram os afetos identificados como predominantes entre os moradores do CRPU, decorrentes da estigmatização.

De forma surpreendente, entretanto, percebe-se a repetição desta mesma configuração e afetos entre moradores semelhantes socialmente, ou seja, entre os moradores da primeira e segunda etapas do CRPU: habitantes que possuem universos similares entre si. Desta feita, os moradores instalados na segunda etapa deste Conjunto Residencial, são, eles também, rejeitados e discriminados com a denominação “morador favelado” pelos residentes da primeira etapa, os quais vivenciaram o “sofrimento” decorrente de um mesmo processo de estigmatização.

Entrelaçando as Sinopses de Configurações, de Elias e Scotson (2000), à Teoria dos Afetos, de Spinoza (2008), e aos conceitos sustentados por Sawaia (2000, 2002, 2007), fui levada a perceber que a presença do “outro”, do qual o sujeito se separa e se diferencia, caracteriza o jogo de ‘um dentro’ e ‘um fora’, definindo o incluído e o excluído.

Movimento que parece despontar para além das condições sociais estabelecidas, ele causa medo e rejeição, sentimentos que ocasionam vergonha e indignação, afetos que podem levar a uma potência de padecimento.

Elias e Scotson (2000) se referem à fofoca como um instrumento poderoso capaz de monopolizar as oportunidades de poder, utilizadas para marginalizar e estigmatizar o “outro”. Observei este fenômeno em várias ocasiões, presente nas narrativas dos moradores: “eu só escuto o boato, não sei quem é”. Os autores dizem que este não é um fenômeno independente, pois deriva das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias. Tanto a fofoca depreciativa como a elogiosa tem o poder de repassar imagens de interesses coletivos, e é por meio dela que se mantém o poder.

Interessante é notar que o processo descrito por estes autores foi observado em diferentes figurações. Segundo eles, há uma tendência de o grupo estabelecido buscar um “outro” para repassar sua porção “ruim”, criando uma imagem nômica (melhor) de si mesmo e uma imagem anômica (pior) dos outros – os excluídos.

Este aspecto foi percebido ainda junto aos moradores procedentes da Maravilha, conforme relato a seguir:

Esta vida de bala pra lá, bala pra cá, não acaba nunca na Maravilha. Mas eles não mexendo comigo... Lá na Maravilha tem **aquele pessoal do Lagamar**¹⁵ que vai pra lá e faz a maior bagunça. (Antônia, 70 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

A Maravilha só não é calma, como isso aqui [se referindo ao CRPU], porque o **pessoal do Lagamar** vai pra lá fazer zoada, brigar, roubar, se drogar. É muito ruim isso. (José, 78 anos, morador do CRPU/Maravilha).

A revelação desta tendência destaca a importância dos estudos de Elias e Scotson (2000). Eles esclarecem que “não é fácil entender a mecânica de estigmatização, sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada sujeito faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membros desse grupo”. (P.25-26).

“Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (p. 22), expressam eles. Estas considerações são compreendidas nos relatos dos moradores do CRPU, a seguir:

¹⁵ Lagamar – comunidade situada próxima à Maravilha; ambas estão inseridas no bairro São João do Taupe, pertencente a Secretaria Executiva Regional II - SER II/PMF.

As dondocas dos apartamentos por detrás do muro colocaram até apelido em nós: Carandiru. Muita gente daqui do bairro chama a gente assim. (Lenita, 25 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

As federais do outro lado do muro colocam culpa em nós. (Elen, 36 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

As bacanas só querem ser o que não pode. (Dayse, 63 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

O grupo estigmatizado pode retaliar com termos estigmatizantes equivalentes, ao se referirem ao grupo estabelecido. Enquanto o desequilíbrio de poder entre eles for muito desigual, porém, estes termos não têm um valor significativo em relação ao fenômeno. Este aspecto foi observado nas citações anteriores pelos moradores do CRPU, ao retaliar os residentes do seu entorno, atribuindo-lhe termos pejorativos. Qual a intensidade que têm os vocábulos “dondoca, federal, bacana” no universo socialmente estruturado da população do entorno, em seu elevado nível econômico e *status* social? Ante as desigualdades sociais tão solidamente estabelecidas? E, sobretudo, em relação ao peso estigmatizante da expressão *morador Carandiru*?

Um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem “favelado” e “criminoso”

Volto a minha atenção para a diferença dos termos atribuídos a cada uma das áreas estigmatizadas e percebo que, enquanto os moradores da segunda etapa são denominados como *favelados da Portelinha* pelos moradores da primeira do CRPU, estes são qualificados por aqueles do seu entorno como *moradores do Carandiru*.

Segundo o relato dos moradores do entorno, esta última dicção significa o local que “está cheio de marginais de alta periculosidade” e não somente sujeitos pobres, favelados. Esta diferença, talvez sutil, tem, no entanto, no meu entender, implicações complexas. Quando se compreende a figuração deste segmento da população pelo viés da ‘negatividade’ e da ‘criminalidade’, conforme exposto, o torna “passível de eliminação” por ser percebido como socialmente ameaçador. (CABRAL & FERNANDES, 2008). Estes sujeitos são, portanto, configurados como “classes perigosas”. (CALDEIRA, 2000).

A sutileza desta distinção entre “favelados da Portelinha” e “criminosos de alta periculosidade da casa de detenção Carandiru” pode ser compreendida de maneira mais clara, na narrativa de Vânia, moradora deste Universo, quando assim relatou:

A Lúcia diz assim comigo: ‘Sai daí “afavelada”!’ Eu digo: ‘Se sou afavelada, sou afavelada com orgulho! Eu tenho uma casa linda e maravilhosa’. Eu digo desse jeito: ‘Tem dois quartos, uma sala e não moro de aluguel. O que quero mais de minha vida?’ (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Vânia continua ainda em sua distinção precisa a respeito dos termos pejorativamente empregados.

Não é Carandiru não. Eu acho um luxo a minha casa. Mas eu não fui vender meu corpo para ter minha casinha não. Eu fui trabalhar. ‘Meu Deus me dá força e coragem para trabalhar’. Eu tenho que manter a casa que nunca tive em minha vida, do jeito que eu queria, com minhas coisinhas. Não preciso roubar nada, nem matar ninguém para ter minhas coisinhas com dignidade. Eu tenho coragem para vencer. Não é se vendendo, drogando ou roubando não. Não é Carandiru não! (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Tanto *Carandiru* quanto *favelado* são denominações depreciativas que

[...] acabam se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas para fora da sociedade, para fora de suas melhores, mais justas e corretas relações sociais, privando-os dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando de fato este movimento as está empurrando para dentro, para a condição de subalterno de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências. (VÉRAS apud MARTINS, 1997).

Potência de Padecimento e Potência de Ação

Dentre os muitos afetos identificados nas falas dos moradores do Universo, chamou em especial minha atenção “o sofrer” de dona Francisca, sobretudo, em pagar os encargos impostos por sua nova condição de “incluída”. A experiência desta moradora parece sinalizar potência de padecimento, conforme explicou:

Eu vou fazer o que? Eu não recebo bolsa família, bolsa escola, não recebo nada. O jeito é viver neste sofrer. (Francisca, 60 anos, moradora do CRPU/Maravilha).

Outros moradores encontram outras formas de enfrentamento de suas dificuldades, conforme relata Vânia, que revela caminhos para a busca da realização de sua potência de ação. Esta moradora, após adquirir seu “quartinho” na Lagoa do Opaia, espaço em que foi definido o seu lugar “próprio” no mundo, desejou um trabalho em que pudesse “manter suas coisinhas”, além de dormir em casa e ver seu filho diariamente, não apenas de 15 em 15 dias, durante as folgas do seu emprego em “casas de família”.

Passei na Adrelina, uma senhora que via meu sufoco, e ela disse: ‘Vamos fazer disso, *seu* Manuel é cozinheiro do Alecrim Motel, ele é meu amigo. Minha *fia* vai deixar de sofrer nas casas dos outros’. Tudo eu contava a ela, a minha vida toda, eu passava por lá e contava, era como se fosse minha mãe. ‘Vou arranjar um emprego de camareira para você. Faça o currículo, leve lá e vá bem chic’. Aí eu me vesti bem chic mesmo: botei um salto, uma calça preta, arrumei esse cabelo cacheadinho com gel para trás coloquei uns brinquinhos nas orelhas e fui. (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

“Saber ler não sei, mas de limpeza eu sei fazer tudo” – foi o que esclareceu a Vânia durante seu relato, depois de passar por um teste onde teve que se “esforçar” para atingir seus objetivos.

Eu tinha que ler, tinha que passar o cartão, colocar a senha. Tenho que treinar tudinho, eu dizia. Eu botei tudo na minha cabeça. Tinha que limpar 8 suítes, mas eu já tinha experiência em casa de família... Eu disse: Eu vou me esforçar e a primeira coisa que eu quero fazer é colocar as grades lá na minha casa nova. Eu vou vencer se Deus quiser e N. Senhora de Fátima. Aí eu comecei num motel grande, né? Tinha que correr, ver se a suíte estava limpa, passar álcool em tudo bem rápido, era 10 minutos, e se eu não se garantisse eu ia para fora. Eu comecei a limpar 10 suítes e tinha dia que eu limpava 35, bem ligeiro eu peguei o hábito de limpar tudinho.

Depois do esforço, a gerente disse: “Você passou no teste”. “Ah, eu fiquei feliz demais, mas tu é doida! Feliz demais, muita felicidade. Mas menina, eu fiquei muito feliz, um luxo, meu sonho realizado. A minha casa e meu emprego. O que eu queria mais na vida?”.

Com emprego fixo, carteira assinada e horário regular para trabalhar, além de estar instalada na casa nova do CRPU, Vânia pôde trazer o filho Alisson para viver com ela. Contou ela que seu filho até a idade dos nove anos residiu na casa de uma pessoa amiga, a qual dava a alimentação e pagava para cuidar dele.

A experiência do “emprego fixo”, contudo, veio mostrar também a instabilidade constante existente no social, movimento contínuo de processos de inclusão/exclusão. Vânia “perdeu” seu emprego de carteira assinada e montou seu negócio. Passou a ser “ambulante”, vendendo lanche numa “barraca” móvel em frente ao Hospital Albert Sabin.

Comprei a banquinha da Vera que não teve futuro. Ela tinha a banquinha dela e ia beber cachaça, gastava o dinheiro todinho com as amigas. Quando deu para eu comprar a minha banquinha, que era dela, eu comecei com 5 refrigerante, 5 água, aí de repente eu fui para 20 água, é assim... Era um isopô pequeno, hoje tenho 2 pequenos e 2 grandes.



Figura 23. Vânia retornando ao CRPU com material da “banquinha”.

Na casa nova, como esclarece Bachelard (1998), Vânia pôde integrar seus pensamentos, as lembranças e planejar novos sonhos para sua vida.

Como eu passei muita necessidade com o Alisson, eu só vinha ver meu filho de 15 em 15 dias, aí eu disse assim: ‘Meu Deus, eu já tenho minha casa, já tenho o meu trabalhozinho, então quando eu fizer 30 anos eu vou fazer uma filha! Nem que seja com quem for, mas que seja com um homem, né? Um homem de verdade! Eu não estou nem aí, mas vou ter minha filhinha para ela ter tudo o que meu filho não teve e para ela ter tudo o que eu nunca tive’. Ter assim... amor e ... como é que se chama? Ter tudo, roupinha, bercinho, tudo o que tem direito. Um dia não importa não, eu vou fazer minha filha. E tenho certeza que Deus vai abençoar cada vez mais. E eu tive. Quando eu fiz 30 anos, eu disse que é agora que vou fazer minha filhinha, e tomara que seja uma meninazinha. Aí eu inventei de fazer a menina. Taí: a Aninha nasceu!

Para realizar de seu sonho, diz Vânia “eu trabalhei mesmo, até o último dia dela nascer que foi no dia 13 de maio, dia de minha Nossa Senhora de Fátima. Todo dia eu ajuntava R\$ 5,00 em moedinhas e colocava na bolsinha pendurada no guarda roupa”.

Eu ajuntei R\$ 600,00 de moeda para comprar o enxoval de minha filha do jeito que eu queria. Só que o berço eu já tinha comprado por R\$ 250,00 e o carrinho eu não comprei na loja não, eu comprei usado. Comprei na loja foi o véu e as coisinhas do berço por R\$ 150,00 para ficar um luxo só. Coisa que eu não tive. Nem meu filho teve.

Contudo, o dinheiro que juntou para a compra do enxoval da filha “desapareceu do armário”. Novamente a Vânia diz: “Ah, eu chorei tanto, desesperada. Como é que eu vou comprar o enxoval da minha filha do jeito que eu queria?”

Mas Deus foi tão bom que eu passei 2 meses, recuperei e comprei. Estava tendo a feira da polícia federal no aeroporto e estavam vendendo aquelas bolinhas que piscam. Ai, eu fui lá na Leda e pedi R\$ 200,00 emprestado. Eu disse: com 15 dias eu lhe dou esse dinheiro. Foram 500 bolinhas a R\$ 0,50. Vendi tudo, cada uma a R\$ 2,50. Eu ganhei o dobro. Deus foi tão legal. Era tanta da gente comprando que eu disse: Vixe, meu Jesus! Juntei mil reais! Não foi 600 não! Vou comprar o guarda-roupa, eu disse.



Figura 24. O enxoval completo de Ana Beatriz, comprado pela Vânia.

Pude presenciar, durante a observação participante, o episódio da retirada das “barracas” em frente ao Hospital Albert Sabin, evento que revela as tensões próprias da relação inclusão/exclusão social, sobretudo, no mercado informal.

Passei a noite agoniada, sonhando que os policiais chegavam para pegar as coisas da gente e eu me agarrava com o isopô, chorando. Acordei no meio do sonho e passei a noite sem dormir. Meu Deus do céu se o homem chegar e levar tudo como ele disse que ia fazer... O que será da gente?

Presenciei também a mobilização da Vânia, constituindo uma comissão para negociar com os órgãos públicos a permanência das barracas, enquanto estudavam solução para a situação considerada irregular perante o uso do solo urbano.



Figura 25. Comissão de negociação na SER/PMF.

Nas adversidades, escuto a Vânia dizer:

É preciso ter coragem. A pessoa não pode perder as esperanças. Eu pergunto por que uma pessoa tem coragem de perder as esperanças? (Vânia, 31 anos, moradora do CRPU/Lagoa do Opaia).

Nas narrativas de Vânia, identifiquei conceitos abordados por Spinoza (2008), relatos que revelam a força do *conatus*. Para este Filósofo da alegria, como mencionado nos referenciais teóricos acerca do tratado sobre a Ética, este termo significa a essência do homem, sua virtude, seu esforço para perseverar na coexistência e poder vencer os obstáculos exteriores. Ele é a própria potência de ser e agir.

5 Considerações sobre a travessia no Universo dos Moradores

“Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo!
 Só estava era entretido na ideados lugares de saída e de chegada.
 Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa;
 Mas vai dar na outra banda que é num ponto mais embaixo,
 bem diverso do que em primeiro se pensou (...)
 O real não está na saída nem na chegada:
 ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...”
 (GUIMARÃES ROSA, 1986, p.26).

Guimarães Rosa diz que a realidade não se revela nem na entrada, nem na saída, mas na travessia. Adentrar o universo dos moradores e reconhecer que os caminhos são intermináveis porque são do tamanho da vida, é meu grande aprendizado no decorrer deste processo dissertativo.

Cheguei ao Mestrado em Psicologia com a intenção de transpor antigas fronteiras entre o sujeito e o social, necessidade premente ao meu campo profissional como trabalhadora social de um órgão governamental voltado para implementações das políticas públicas de assistência social, cujo foco é a população vulnerável socialmente.

Vim para esta busca sustentada na concepção de Sawaia (2007), que percebe a **afetividade** como o ponto de superação da oposição do dentro e fora, tão fundamental para compreensão da relação inclusão/exclusão social.

Iniciei minha travessia destinada a pesquisar os sujeitos agentes da trama social que envolve sujeito-ambiente de um programa de melhoramento urbano e inclusão social: os moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo/CRPU na inter-relação com seu entorno, entendendo que a subjetividade se entrelaça como intersubjetividade, constituindo-se na relação sujeito-mundo.

Ao partir para esta travessia, estava ciente de que o “muro” que havia chamado em especial minha atenção – ao me aproximar pela primeira vez do *locus* desta investigação, ao mesmo tempo em que divide desigualmente estes sujeitos, também é seu ponto de contato, de posicionamento: o *lugar de encontro dos diferentes, das possibilidades*.

Tomando os devidos cuidados para não cair nas armadilhas comuns aos muitos estudos sobre as desigualdades sociais em que se percebe um universo de denúncias rechaçado de sentimentalismo, entendo que, ainda assim me posicionava na suposta tendência “salvacionista”, ao voltar meu olhar preferencialmente para um grupo específico dos moradores do universo, mesmo sabendo que é a relação que dá o tom.

Hoje, no entanto, ao elaborar as considerações finais deste trabalho, reconheço que este posicionamento, talvez reforçado por uma cultura que caracteriza o perfil próprio de minha área profissional, ocorreu, sobretudo, pelos afetos próprios de minha subjetividade

em indignar-me com a “discriminação”; evidenciada, no caso, na expressão “morador Carandiru”, atribuída pelos moradores do entorno aos habitantes do CRPU.

Somente ao me lançar verdadeiramente na travessia, como diz Guimarães Rosa, que descobri que “o ponto em que se pensou primeiro vai dar na outra banda que é num ponto mais embaixo, bem diverso”. O caminho por mim percorrido, possibilitado por esta pesquisa, me abriu a porta para adentrar o Universo dos Moradores. Lá pude transpor barreiras concretas e simbólicas para compreender a dimensão do dentro e fora, tão peculiar à relação inclusão/exclusão social, transposição feita com base nos afetos vividos e narrados pelos moradores do CRPU e aqueles do seu entorno, em seu ambiente territorial.

À luz dos conceitos da Psicologia Ambiental, que esclarecem a dimensão da inter-relação sujeito-ambiente e sua implicação nos afetos dos sujeitos, compreendi o medo e a rejeição, sentimentos vividos pelos moradores do entorno em decorrência da “invasão de seu território” por sujeitos reconhecidamente em situação socioeconômica inferior às suas; ocupação que “ameaça” a imagem de “boa sociedade” constituída historicamente, provocando afetos que levaram estes moradores a designar a população do CRPU como “moradores Carandiru”.

Os referenciais teóricos da Psicologia Social, por outro lado, me permitiram perceber este sentimento expandido para toda a comunidade de sujeitos residentes no CRPU. Com a mesma intensidade, estes moradores vivem seus afetos, desta feita, por intermédio dos sentimentos de vergonha e indignação por se sentirem discriminados e denominados pelos moradores do seu entorno como “moradores Carandiru”; designação que, além de provocar tais sentimentos, lhes atribui culpa pelas possíveis fraturas sociais, ensejando “sofrimento ético-político” que é originado socialmente, imposto por situações que vêm de fora.

Notei que tanto o medo e a rejeição quanto a vergonha e a indignação – paixões tristes – são afetos que caminham de mãos dadas na relação inclusão/exclusão social, e provocam sofrimento psíquico aos “Moradores do Universo”, sejam eles do CRPU ou de seu entorno. Estes sentimentos aprisionam o ser humano e elevam a potência de padecimento. Na verdade, situam os sujeitos na condição de “servidão”, compreendida por Spinoza (2008) como “a impotência para regular e refrear nossos afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior”. (P.263).

Conhecer o universo dos moradores pelos seus afetos me possibilitou captar os significados dos sentimentos e emoções relativos aos espaços territoriais em que se vive; apreender o valor atribuído às suas moradias e perceber a vida pelos “múltiplos contornos” em que estão colocados em pauta: a alegria e a tristeza, a beleza e a angústia, o sofrimento e as possibilidades; múltiplas realidades percebidas, colhidas e acolhidas no decorrer desta travessia que me emocionaram com os medos, esperanças e seguranças, e que puderam contribuir para significar meus afetos.

Estes afetos me transportaram para o início desta travessia, que se deu no retorno à minha origem, ao (re)ouvir o frevo-canção de Capiba durante o centenário desta expressão popular pernambucana, peculiar a mim e ao lugar onde nasci. Lá a criança que habita em mim perguntou, como o fez Spinoza no século XVII: “Por que estamos tão propensos a abraçar a servidão/dominação?” Estas são questões da ordem dos afetos, pertinentes à Ética – é o que disse Spinoza (2008) em seu tratado; e é o que assevero após atravessar o imenso e complexo Universo dos Moradores.

Esta travessia está respaldada numa abordagem qualitativa que me possibilitou elaborar as figurações explicitadas pelo modelo explicativo proposto por Elias e Scotson (2000). Inspirada no método de análise e sinopse de configurações sugeridas por esses autores, descortinei as múltiplas vivências dos “Moradores do Universo” e percebi as “repetições” dos afetos nas diversas configurações socioambientais ali encontradas, o que possibilitou acessar a “surpresa” desta investigação.

A primeira figuração foi a estabelecida pelos habitantes do entorno do CRPU em relação aos moradores da primeira etapa desse conjunto residencial. Estes moradores, procedentes da Lagoa do Opaia, foram denominados como “moradores Carandiru” pelos habitantes do seu entorno. Entre eles, de fato, é notável acentuada diferença social.

A segunda figuração foi identificada após a chegada dos moradores provindos da Maravilha (segunda etapa do CRPU). Desta vez, estes moradores foram denominados pelos residentes da primeira etapa como “morador favelado”. Na nova figuração, não se trata mais de situações sociais diferentes. Eles são, entre si, considerados “iguais” socialmente: vieram de área de risco e proteção ambiental, por meio de um programa de melhoramento urbano e inclusão social, residem no mesmo conjunto, possuem características socioeconômicas similares e são tratados, indistintamente, como “moradores do Carandiru” pela população do entorno. O que os distingue é basicamente o tempo de moradia no CRPU, ou seja, o tempo de instalação/estabilidade no novo espaço territorial.

Nessas configurações, observei que os moradores da primeira etapa do CRPU que vivenciam o estigma que lhes foi atribuído pelos moradores do entorno – “morador Carandiru” – passaram eles próprios a discriminar os moradores da segunda etapa, com o mesmo teor pejorativo – “morador favelado/drogado”.

A recorrência desta configuração e os afetos daí procedentes denotam que os moradores instalados na segunda etapa do CRPU são, eles também, rejeitados e discriminados, pelo medo que provocam em seus vizinhos, instalados, três anos antes, durante a primeira etapa do conjunto.

Esta dinâmica sócio-histórica foi esclarecida à luz da teoria de Elias e Scotson (2000). Ela ressalta a tendência dos “incluídos” a atribuir aos “excluídos” as peculiaridades ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ e, contraditoriamente, modelarem sua imagem pelas características “melhores” existentes em sua minoria.

Em se tratando de uma “tendência”, denotam-se a importância e a necessidade de estudos nesta direção. Quiçá ao evidenciá-la, se cria a possibilidade de transfigurá-la, superando outras repetições, como a também identificada nas falas dos moradores da segunda etapa. Estes, ao se referirem ao seu antigo lugar, relataram que “lá [Maravilha] só não era melhor porque os “moradores do Lagamar” [comunidade próxima] iam se drogar e fazer o que não presta lá dentro, fazem a maior bagunça por lá”.

No estudo da obra de Sawaia (2000, 2007), entendi que a presença do “outro”, do qual o sujeito se separa e se diferencia, é a condição humana de coexistência. O medo do “outro, do “diferente”, no entanto, institui um jogo que caracteriza “um dentro” e “um fora”, definindo assim o que imprime o incluído e o excluído, socialmente.

Tanto a exclusão como a inclusão constituem instâncias que formam um par indissociável reunido na relação. A complementaridade das relações entre incluído e excluído, com seu caráter contraditório, constitui “a qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela”. (SAWAIA, 2007, p. 8).

Em uma mesma escala de valores, a inclusão e a exclusão social não se apresentam diferentes entre si. No senso comum, entretanto, eles são considerados opostos e é deslocada a existência para fora do social, o que é uma ilusão e expressa ideias inadequadas que provocam, na relação inclusão/exclusão social, o medo e a rejeição; afetos que, por sua vez, ocasionam a vergonha e a indignação. Entre tantos outros afetos identificados nesta travessia, estes marcaram a inter-relação das configurações dos moradores deste universo.

Como trabalhadora social, compreendendo a dimensão ético-afetiva proposta por Sawaia (2007), com base filosófica em Spinoza (2008), resalto a importância e a urgência

de se propor nos espaços das políticas públicas da assistência social, local de meu exercício profissional, trabalhos que visem a recuperar a dimensão comunitária do espaço público, para que se possa refletir sobre a ética e a liberdade humana.

Com amparo nos referenciais teóricos e na escuta dos relatos dos Moradores do Universo que iluminaram esta travessia, é possível considerar alguns pontos que se devem pensar, sobretudo, em programas de melhoramento urbano: adotar soluções urbanísticas, preferencialmente, sem remanejar os moradores de suas antigas áreas, fazendo edificações verticalizadas na própria área, conforme estratégia comumente utilizada por este segmento da população, e raramente aproveitada pelas intervenções governamentais¹⁶. Quando não possível, seguir políticas de pequenos assentamentos, mantendo os vínculos de vizinhança, constituído historicamente nas comunidades.

Convém pensar na distribuição das áreas internas das moradias e das áreas comuns dos prédios – esta foi uma queixa constante nos relatos dos moradores do CRPU. O direito à moradia deve estar vinculado ao dimensionamento espacial, visto que o fenômeno de apinhamento acentua as tensões e reflete na questão da violência. Um espaço ampliado congrega os habitantes – é o que mostram estudos de Psicologia Ambiental.

Impende reforçar ações que visem a implementar a qualificação da mão de obra, incentivando o desenvolvimento de trabalhos grupais cooperativos, além de combater o índice de analfabetismo, incentivando a continuidade do ensino médio e os múltiplos lugares da educação, visando não só às mudanças das condições estruturais urbanas, mas a superação do espaço limiar da instabilidade social.

Para isto cumpre estimular um plano participativo de desenvolvimento local, envolvendo Poder Público, instituições e população do seu entorno, de forma planejada, monitorada e avaliada, tomando como referência a emancipação social como *modo-contínuo*, objeto permanente de invenção, onde os grupos e os sujeitos consigam fazer fluir emancipações em movimentos constantes.

Urge priorizar o fortalecimento dos espaços secundários, criando ou apoiando os grupos sociais, e consolidando a construção de espaços de convivência comunitária. Essa dimensão comporta aspectos como pertencer, valorizar, apropriar, “empoderar”, criar,

¹⁶ Trata-se de aproveitar as moradias que apresentem condições satisfatórias para verticalização, em parceria com o proprietário ou posseiro - Relatório de Avaliação do Projeto Integrado de Urbanização da Lagoa do Opaia, 2007.

libertar, conviver, compartilhar – elementos fundamentais à convivência social e ao processo de emancipação da comunidade.

É necessário possibilitar maior atenção à formação de grupos de autoconhecimento e convivência social, dando margem ao reforço de atitudes ético-afetivas e autônomas, que busquem criar uma tendência que possibilite romper as barreiras afetivas que perpetuam a não aceitação do “outro”, do “diferente”, superando a disposição que colabora na manutenção da estigmatização social erguida mediante a herança social presente “no sentimento da virtude superior, especialmente por parte dos descendentes dos senhores de escravos, e do sentimento de um valor humano inferior, de uma desonra grupal dos descendentes de escravos”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 25).

Esta última citação de Elias e Scotson (2000) me fez recordar de que há dois anos, no dia da pré-qualificação deste estudo, foi anunciada a vitória de um negro democrata para presidir uma das maiores potências econômicas mundiais, anúncio que refletiu a voz da esperança embalada no sonho de muitos que tencionam inventar o mundo de *outra* forma, como o clamado, em especial, pela voz negra de Martin Luther King: “*Eu tenho um sonho* que um dia os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade”. (Discurso em 28/8/1963).

Spinoza (2008) compreende que “a esperança é uma alegria instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização nós temos alguma dúvida. Não há esperança sem medo, nem medo sem esperança”. (P. 243). Se excluirmos a dúvida, diz Spinoza (2008), a “esperança torna-se segurança, uma alegria surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, da qual foi afastada toda causa de dúvida”. (P. 245).

É a segurança meu outro grande aprendizado, adquirido por meio da produção deste trabalho, em que compreendi, à luz de todos daqueles que me acompanharam nesta travessia, que, como “Moradores do Universo” que todos são, ora visitante/estrangeiro ora habitante, dependendo do lugar diante da porta, é preciso estar atento e contrapor, com ética, rótulos, descobrindo “as brechas que se abrem na práxis de um vivido capaz de transformar a vida e o mundo e dar sentido à esperança radical do homem que se humaniza e se liberta a si mesmo de carências, de pobreza, de distintos tipos de exclusão. (MARTINS, 1997, p.21).

Tais brechas possibilitam *passagens* de um estado de perfeição menor a uma maior (SPINOZA, 2008), e vice-versa, por meio das forças afetivas – desejo, alegria e tristeza – que tanto podem levar os sujeitos a uma potência de ação quanto a uma potência de

padecimento. Este é um caminho a ser percorrido pelo desejo de cada um dos moradores deste universo, porque todos são espaciais, afetivos e inventivos.

Resta-me agora, em especial, agradecer aos “Moradores do Universo”, e a todos aqueles que me acompanharam nesta travessia, pelos afetos revelados e compartilhados mediante os quais compreendi os meus, em meio a um caminho árduo, raro e precioso, de sorte que posso dizer: tudo valeu a pena ter sido vivido para poder tê-lo encontrado.

Referências bibliográficas

- Altman, I. e Chemers, M.M. (1984) *Culture and environment*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1997). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Florense Universitária.
- Atkinson, R. (1998). *Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades européias*. (M. Reis, Trad.). Cadernos IPPUR, ano XII, nº 1, Rio de Janeiro, UERJ, jan.-jul., 1998, P. 109.
- Bachelard, G. (1993). *A Poética do Espaço*. (A. P. Danesi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e Afetividade: Estima e construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo.
- Baudrillard, J. (1992). *Transparência do mal – ensaio sobre fenômenos extremos*. Campinas: Papirus.
- Cabral, H. H. P. & Fernandes, R. M. C. (2008). *Áreas de risco em Fortaleza: Vivenciando os motivos do retorno*. In: Aragão, E. F. Freitas, G. J. et al. (Orgs.). *Fortaleza e suas tramas: Olhares sobre a Cidade*. Fortaleza: Editora da UECE – EDUECE.
- Caldeira, T. P. R. (2000). *A cidade dos muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, EDUSP.
- Castel, R. (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica de salário* (2a ed.). Trad. de I. D. Poleti. São Paulo: Editora Vozes.
- Castro, J. (1992). *Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. Última Edição - Gryphus, RJ.
- Cavalcante, S. (2004). *A Porta*. In: Günter, H., Guzzo, R. S. L., & Pinheiro, J. Q. (Orgs.). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas: Alínea
- Cerqueira, M. B. (2006). *Pobres, Nômades e Incivilizáveis: Potência e Criação de Novos Modos de Vida*. São Paulo, Tese de Doutorado do Programa de Estudos de Pós-Graduados em Serviço Social. PUC-SP.
- César, V. et al. (2006). *Escadas – Transição Lustrada*. Vídeo – site <http://vitorcesar.org>
- Universidade de São Paulo – USP.
- Chauí, M. (2005). *Spinoza: uma filosofia da liberdade* (2a ed.). São Paulo: Editora Moderna.
- Chauí, M. (1999) *A mulher, o príncipe e o saber*. Jornal o Globo, Prosa & Verso.

- Corraliza, J. A. (1998). *Emoción y Ambiente*. In: Aragonés, J. I. & Américo, M. *Psicologia Ambiental*. Madrid: Ediciones Pirâmide S.A.
- Da Mata, R. (1997). *A casa & A Rua* (5a ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Deleuze, G. & Guatarri, F. (1996). *Mil Platôs: Micropolítica e segmentariedade* (Vol. III). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Dewey (1938). *Logic: The Teory of Inquiriry*. Nova York: Henry Holt and Campany.
- Elias, N. & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: estudo sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Figueiredo, E. (2005). Ambientes de Saúde: o hospital numa perspectiva ambiental terapêutica. In: Sockza, L. *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (8a ed.). (S. T. Muchail, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido* (40a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Goffman, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.
- Quaresma, S. J. & Boni, V. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais* (Vol. 2 nº 1 (3) p. 68-80). Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. www.emtese.ufsc.br
- Hall, E. T. (1977) *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Heller, A. (1970). *O cotidiano e a história* (4a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heller, A. (1979). *Teoria de los Sentimentos* (3a ed.). Madrid: Editorial Fontamara.
- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (1974). *An introduction to environmental psychology*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kuhnen, A. & Higuchi, M. G. (2004). *Contribuições Teórico-Methodológicas da Psicologia aos Estudos de Educação Ambiental*. In: X Encontro de Pesquisa e Intercâmbio Científico - ANPEPP, 2004, Praia Formosa - Aracruz - ES. Impresso. P. 128-128.
- Lane, S. T. M. (2002) *A dialética da subjetividade versus objetividade*. In: Furtado, O. & Rey, F. L. G. (Orgs). (2002). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a*

- teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (Orgs). (1995). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Editora Brasiliense: EDUC.
- Lins, P. (1997). *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maiolino, A. L. G. (2008). *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*, São Paulo: Paulus.
- Moser, G. (1998). *Psicologia Ambiental*. In: Estudos de Psicologia, Natal, 3(1). P. 121-130.
- Moser, G. (2001) *Psicologia Ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal*. In: Eda T. & O. Tassara (Orgs.) Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano. São Paulo: EDUC; FAPESP. P. 189-210.
- Oliveira, W. (1945). *A originalidade do frevo*. Boletim Latino Americano de Música. Rio de Janeiro.
- Paugam, S. (1999). *Abordagem sociológica da exclusão*. In: Vêras, M. P. B. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. (C. Giorgetti & C. Lourenço, Trad). (M. P. B. Vêras, pref. e ver). São Paulo: Educ/Cortez.
- Pinheiro, J. & Günther, H. (2008). (Orgs). *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ramos, G. J. (1999). *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record.
- Rivlin, L. G. (2003). *Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente*. (Vol. 8, nº 2). Estudos de Psicologia. Natal.
- Rolnik, S. (2006). *Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia*. Anais do XII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico - *Conhecimento em Psicologia no Brasil: expansão e avaliação*. Rio Grande do Norte.
- Rosa, G. J. (1986). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Sousa Santos, B. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Santos, M. (2007). *O espaço cidadão* (7a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Saramago, J. (2003). *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sartre, J. P. (1963). In: Prefácio de 'Os Condenados', F. Fanon.

- Sartre, J. P. (1965) *Esboço de uma Teoria das Emoções*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sawaia, B. B. (1995). *O Calor do Lugar, Segregação Urbana e Identidade. São Paulo em Perspectiva: Questões Urbanas, Os Sentidos das Mudanças* (Vol. 9/2Abr-Jun/20-24). São Paulo.
- Sawaia, B. B. (1997). *A legitimidade subjetiva no processo de participação social na era da globalização*. In: Loulier, L. (Org.) *Estudos sobre movimentos políticos e sociais*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina e Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Sawaia, B. B. (2000). *Por que investigo afetividade?* Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP. São Paulo.
- Sawaia, B. B. (2002). *A afetividade como fenômeno ético-político e locus da reflexão crítico-epistemológica da Psicologia Social*. *Internacional Journal of Critical Psychology* (no prelo).
- Sawaia, B. B. (2007). *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão* (7a ed.). In: Sawaia, B. B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Sennett, R. (1988). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Speller, G.M. (2005). *A importância da vinculação aos lugares*. In: Soczka, L. (Org.) *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spinoza, B. (2008). *Ética – Spinoza* (2a ed.). (T. Tomaz Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Sposati, A. (2006). *A Fluidez da inclusão/exclusão social* (Vol. 58). São Paulo: Ciência e Cultura (SBPC).
- Sposati, A. (2007). *Pobreza e Desigualdade no século do desperdício* (Vol. 1). *Debates Sociais*. Brasília. http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/aldaiza_sposati.pdf
- Soczka, L. (2005). *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sommer, R. (1973). *Espaço Pessoal, as bases comportamentais de projetos e planejamento*. São Paulo: EPU/ EDUSP (trabalho originalmente publicado em 1969).
- Themudo, T. S. (2002). *Gabriel Tarde: sociologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto.

- Thibaud, J. P. (2004). *O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas*. In: *Psicologia e Ambiente*. Bernard, Y et al. São Paulo: EDUC.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e Lugar: A perspectivada experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Véras, M. P. B. (2003). [Prefácio de] *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, Paugam, S. São Paulo: Educ/Cortez.
- Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/Fase.
- Zaluar, A. (2000) *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.

Anexos

Anexo A

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Comitê de Ética em Pesquisa – COÉTICA

PARECER N.º. 350/2009

Projeto de Pesquisa: Moradores do universo: afetos e significados da exclusão/inclusão social em Programas de Melhoramento Urbano.

Pesquisador Responsável: Salete Maria Salomoni

Data de apresentação ao COÉTICA: 09/09/09

Registro no COÉTICA: 09-367

CAAE: 0133.0.037.000-09

Parecer: Aprovado na data de 29/10/09

Marília Joffily Pereira da Costa Parahyba

Prof. Marília Joffily Pereira da Costa Parahyba
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFOR – COÉTICA

Anexo B



ACADEMIA CEARENSE
DA LÍNGUA PORTUGUESA
DVLICISONAM ET CANORAM LINGVAM CANO

Declara-se, para constituir prova junto ao (a) PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA
do (da) UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR,
que, por intermédio do acadêmico titular infra-assinado, foi procedida à correção gramatical e estilística
do (da) DISSERTAÇÃO intitulado (da) "MORADORES DO UNIVERSO: AFETOS
E SIGNIFICADOS DA REMISSÃO ETC. JUC. SOCIAL VIVIDOS POR MORS. AC. PROCS. DES. URBANO"
da autoria de SALTEZ MARIA SALOMONI,
orientado (a) pelo (a) PROF.ª DRA SYLVIA CAVACANTE,
razão por que se firma a presente, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 01.01.2009.

Fortaleza (CE), 11 de ABRIL de 2010.


Prof. Vianney Mesquita
Reg. Profissional
CE 00489 JP

Prof. João VIANNEY Campys de MESQUITA
Acadêmico Titular da Cadeira número 37 da ACLP.
Escritor e docente Adjunto IV da Universidade Federal do Ceará
Reg. Prof. MTE00489JP.

Apêndices

Apêndice A**FICHA DE PARTICIPAÇÃO**
MORADOR DO CRPU

SEXO: _____

IDADE: _____

ONDE MORA:

QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA? _____

COM QUEM MORA: _____

A CASA É NO SEU NOME? SIM () NÃO () GRAU DE PARENTESCO COM
PROPRIETÁRIO: _____

HÁ QUANTO TEMPO MORA NO CRPU? _____

MORAVA AONDE ANTES? _____

ESTUDA OU ESTUDOU? () SIM () NÃO
FAZ OU FEZ ATÉ QUE SÉRIE? _____TRABALHA? () SIM () NÃO
AONDE? _____

Quem mais trabalha em sua família? _____

Onde? _____

Apêndice B

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL DO CRPU:

- Como é para você morar aqui? (no Conjunto Residencial Planalto Universo)?
 - Como você se sente morando aqui, no CRPU?
 - Veio para cá porque quis?
 - Você gosta de morar aqui no CRPU?
 - Você sente este conjunto, o CRPU, como seu?
 - Você conhece seus vizinhos? Como é sua relação com eles?
 - O CRPU tem tudo que você precisa (comida, escola, hospital, transporte)? Você consegue fazer tudo aqui?
 - Você gosta deste novo local de moradia, deste bairro?
 - Aqui tem tudo o que você precisa?
 - O que tem aqui, neste bairro, neste novo local, que você gosta?
 - E o que tem aqui, neste bairro, neste novo local, que você não gosta?
 - Você conhece pessoas que moram perto do seu prédio (CRPU)? Você se dá bem com elas?
 - Qual o local desta nova comunidade que você mais gosta de freqüentar? Por quê?
 - O que significa sua casa para você? (O que você sente quando pensa nela?)
 - Você pode fazer uma comparação de sua vida na antiga moradia e sua vida hoje, aqui?
 - Como você chama este local? Ele tem outros nomes? Como (por qual nome) ele é conhecido? Você gosta destes outros nomes? Por quê?
-
- OUTRAS POSSÍVEIS PERGUNTAS:
 - Tente expressar com uma única palavra o que você sente por este local, o seu sentimento de pertencer ao CRPU.
 - Percebo que existe uma grande extensão de muro protegendo os trilhos dos trens entre o CRPU e as demais ruas do Bairro da Vila União? Como isto interfere em sua vida? Como é viver com esta barreira?

Apêndice C**FICHA DE PARTICIPAÇÃO**
MORADOR DO ENTORNO

SEXO: _____

IDADE: _____

ONDE MORA:

QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA? _____

COM QUEM MORA: _____

A CASA É NO SEU NOME? SIM () NÃO () GRAU DE PARENTESCO COM
PROPRIETÁRIO: _____HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTE
LOCAL? _____

MORAVA AONDE ANTES? _____

ESTUDA OU ESTUDOU? () SIM () NÃO
FAZ OU FEZ ATÉ QUE SÉRIE? _____TRABALHA? () SIM () NÃO
AONDE? _____

Quem mais trabalha em sua família? _____

Onde? _____

Apêndice D

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL DO ENTORNO DO CRPU:

Grupo Focal – Moradores do Entorno

- Qual o nome de seu bairro e quais os seus limites dele (até onde ele vai)?
- Você gosta de morar aqui?(Como você se sente morando aqui?)
- Já morou em outros locais? Onde?
- O que tem aqui que você gosta?
- E o que tem aqui que você não gosta?
- Você conhece este conjunto que foi construído ali? Como ele se chama? Tem outro nome? Já esteve lá? Tem alguém de lá que você conhece?
- Você pode fazer uma comparação de seu bairro antes e depois da construção d CRPU?
- O que significa sua casa para você? (O que você sente quando pensa nela?)
- Qual o lugar da sua casa que você mais gosta?
- Qual o local de seu bairro que você mais gosta de freqüentar?
- Você trabalha aonde? Quem mais trabalha em sua família, e aonde?
- Você conhece os moradores do CRPU? Qual a sua relação com eles?
- Tente expressar com uma única palavra o sentimento de pertencer ao Bairro da Vila União.

- OUTRAS POSSÍVEIS PERGUNTAS:
- Percebo que existe uma grande extensão de muro protegendo os trilhos dos trens entre as ruas do Bairro da Vila União e o CRPU? Como é esta interferência para vocês? Como é viver com esta barreira?

Apêndice E

TERMO DE CONHECIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo compreender a constituição dos afetos e articulação dos significados decorrentes da relação exclusão/inclusão social em programa de melhoramento urbano. Para colaborar com esse estudo solicito sua valiosa participação no grupo focal que terá duração média de duas horas, aproximadamente. Trata-se de uma entrevista coletiva que seguirá um roteiro pré-estabelecido; ela será gravada e transcrita para efeito de estudo e descrição. Sua participação será voluntária e não remunerada. Será mantido absoluto sigilo, conforme orienta a Resolução de nº 196/96 do CMS/MS. Creio que não haverá riscos, mas, caso sinta-se constrangido(a), poderá interromper procedimento. Asseguro a liberdade de retirar a sua autorização ou consentimento a qualquer momento, sem que isto traga qualquer prejuízo.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Ciente das informações contidas neste documento, compreendo que sou livre para retirar-me do estudo em qualquer momento, sem penalidade. Confirmo o recebimento de uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido, ao tempo que consinto participar deste estudo de livre e espontânea vontade.

Nome do participante

Assinatura do participante

Fortaleza,

de 2009